



**HELGA SANTOS DA SILVA**

**ARQUITETURA MODERNA PARA HABITAÇÃO POPULAR:  
A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS NO CONJUNTO RESIDENCIAL  
MENDES DE MORAES (PEDREGULHO).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Arquitetura.

Orientador:

Mauro César de Oliveira Santos

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2006

ARQUITETURA MODERNA PARA HABITAÇÃO POPULAR:  
A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS NO CONJUNTO RESIDENCIAL MENDES DE  
MORAES (PEDREGULHO).

Helga Santos da Silva

Orientador: Prof .Dr. Mauro César de Oliveira Santos

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, área de concentração em Racionalização do Projeto e da Construção.

Aprovada por:

---

Prof. Dr. Mauro Cesar de Oliveira Santos – PROARQ/UFRJ

---

Prof. Dr. Gerônimo Leitão - UFF

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Rangel Tura – NESC/ UFRJ

---

Prof. Dra. Marlice Nazareth Soares de Azevedo - UFF

Rio de Janeiro,  
Fevereiro de 2006

S586 Silva, Helga Santos da.  
Arquitetura moderna para habitação popular:  
a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial  
Mendes de Moraes(Pedregulho)/ Helga Santos da  
Silva.- Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2006.

iv, 130f.: il.; 30 cm.

Orientador: Mauro Cezar de Oliveira Santos.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/

Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2006.

Referências bibliográficas: f. 123-8.

1.Arquitetura moderna – Brasil – Rio de Janeiro(RJ). 2. Habitação popular.  
I. Santos, Mauro Cezar de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-  
Graduação em Arquitetura. III. Título.

CDD 724.98153

## **Agradecimentos**

Ao professor Mauro Santos pela oportunidade de participar do LabHab, pelo apoio e conhecimento, tão importantes para a realização desse trabalho.

Aos professores Ivani Bursztyn e Luiz Fernando R. Tura pela preciosa colaboração para a realização deste trabalho.

Às amigas Adriana Kelly dos Santos (Tia Nana), Deborah Faria Simões e Fabiana Dias da Silva, pela ajuda certa na hora certa.

Às colegas do LabHab Ana Carolina do Amaral Martins e Fernanda Novaes pela ajuda nas pesquisas de campo.

Aos Colegas do Espaço Saúde, e ainda, às colegas Carla Bergan, Gabriela Dalmasso e Maria Paula Zambrano Fontes pela agradável e feliz convivência e a sempre sadia troca de idéias.

Aos moradores do Conjunto Mendes de Moraes principais colaboradores desta pesquisa.

Aos meus pais, irmã, cunhado, sobrinho e familiares pelo apoio de sempre.

Aos professores e funcionários e colegas do PROARQ.

## **Resumo:**

SILVA, Helga Santos da. Arquitetura Moderna para Habitação Popular: A Apropriação dos Espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho).

Orientador: Prof. Dr. Mauro César de Oliveira Santos

Este trabalho resgata o diálogo entre moradores e arquitetura, no Conjunto Residencial Mendes de Moraes, buscando investigar como os moradores se apropriam dos espaços do Conjunto; e se houve, por parte dos moradores, a assimilação dos pressupostos preconizados pelos arquitetos modernos. Para esse estudo, foi investigado o significado da *moradia* para os habitantes do Conjunto, tendo como eixo teórico a Teoria das Representações Sociais.

Para a coleta de dados sobre a História do Conjunto e a apropriação de seus espaços, utilizei os seguintes procedimentos metodológicos: aplicação de questionários, entrevistas com informantes-chaves – moradores e pessoas que trabalharam no Conjunto – observação participantes, levantamentos físico-geográficos e revisão bibliográfica.

A proposta normalizadora contida no projeto do Conjunto acabou por não se cumprir. No entanto, a qualidade do projeto acabou por ser um diferencial para a satisfação dos moradores, que possuem como representação social da moradia o *conforto*.

Palavras-Chave: Habitação Popular, Pedregulho, Representações Sociais

Rio de Janeiro,

Fevereiro de 2006

**Abstract:**

SILVA, Helga Santos da. Arquitetura Moderna para Habitação Popular: A Apropriação dos Espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho).

Orientador: Prof. Dr. Mauro César de Oliveira Santos

This research brings back the dialogue between the inhabitants and the architecture in the “Conjunto Residencial Mendes de Moraes”. Trying to investigate how people, who live there, take part of the spaces from the Residential Complex; and if there was, from the point of view of its dwellers, an assimilation of the criterion established by the modern architects. For this study, it was investigated the meaning of the word *dwelling* to the residents of the studied place, having like a theoretical line the Social Representations Theory (Teoria das Representações Sociais).

For the collect of the data about the Residential Complex History and its spaces appropriation, I had used the following methodological procedures: the questionnaire application, interviews with inhabitants and people that worked in the Residential Complex’s project – participate observation, research physical and photographical and bibliographic revision.

The normalized propose took inside the Residential Complex project hasn’t occurred. Although, the project quality has become a difference to its own residents, that have like habitation social representation the *comfort*.

Rio de Janeiro,

Fevereiro de 2006

Introdução:.....	2
Capítulo I – A Moradia Moderna:.....	5
1.1 - Razões da Modernidade .....	5
1.2 - Unidade de Vizinhança: a solução para o urbanismo moderno .....	10
1.3 - Le Corbusier e a Era da Máquina:.....	15
1.4 - Brasil: A presença da Arquitetura Moderna no discurso da habitação popular. .....	22
Capítulo II – O Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes:.....	25
2.1 – O DHP e o projeto para o novo homem: .....	25
2.2 – Mendes de Moraes, um Conjunto de idéias.....	30
2.3 – O Conjunto e sua singularidade plástica .....	58
Capítulo III – Pressupostos teórico-metodológicos .....	66
3.1 – Pressupostos teóricos: a Teoria das Representações Sociais.....	66
3.2 – Procedimentos Metodológicos .....	70
Capítulo IV – A Apropriação dos Espaços no Conjunto Mendes de Moraes.....	73
4.1 – Memórias do Conjunto .....	73
4.2 – O Conjunto e seu entorno: momento atual. ....	86
4.3 - Conhecendo os moradores do Conjunto: Dados sócio-econômicos. ....	89
4. 4-Moradia é conforto: a Representação Social dos moradores. ....	91
4. 5-Moradia e conforto: o binômio mantido através de espaços flexíveis. ....	95
4. 6 - Moradia e conforto: a aspiração do morar. ....	108
4. 7- A relação entre os moradores e o Conjunto. ....	110
Capítulo IV – Considerações Finais.....	119
Referências Bibliográficas .....	123

## **Introdução:**

Estudar o Conjunto Residencial Mendes de Moraes, sob a ótica de sua ocupação, é buscar notícias de um empreendimento que ajudou a escrever as páginas da história da arquitetura moderna brasileira. O que se propõe nesta pesquisa é retratar o diálogo entre moradores e arquitetura buscando responder a duas questões: como os moradores se apropriam dos espaços do Conjunto; e se houve, por parte dos moradores, a assimilação dos pressupostos preconizados pelos arquitetos modernos. Esse diálogo é travado diariamente pela forma como a arquitetura do Conjunto vai se adequando às necessidades de seus moradores, e como esses moradores poderiam vir a se adequar às propostas contidas no projeto do Conjunto.

O projeto do Conjunto Mendes de Moraes reflete, em sua solução, o rebatimento pleno dos pressupostos preconizados pela Arquitetura Moderna da corrente funcionalista: espaços flexíveis, arquitetura monumental, padronização e produção em grande escala são propostas que compõem a espinha dorsal dos ideais defendidos pelos expoentes dessa arquitetura.

Os espaços destinados ao habitar são enxutos para a realização das atividades cotidianas. Essas atividades seriam previsíveis e semelhantes para todas as famílias, que iriam variar apenas no número de membros. Quartos para dormir, salas para receber visitas, cozinhas para o preparo de alimentos, banheiro para o asseio, armários para guardar e janelas para a vista. Para lavar a roupa: lavanderia mecanizada. Os corredores seriam apenas para o acesso. Para as horas livres o passeio e a prática de esportes quadras, ginásios, piscina e jardins. Para a tranquilidade dos pais, e a educação creche e escola primária. E para apreciar, os mosaicos de Burle Marx e Painéis de Portinari e Anísio de Medeiros. Os moradores desse empreendimento seriam trabalhadores, que despenderiam quase todo o dia exercendo suas funções em locais próximos à moradia, e nas horas livres exerceriam o lazer com a família no próprio Conjunto.

A ocupação do Conjunto ao longo de sua trajetória, no entanto, acabou sendo diferente do que fora planejado. Os espaços da moradia foram se adequando, a medida em que as famílias cresciam e adquiriam bens de consumo. Os espaços externos tiveram seus usos alterados, até mesmo as áreas livres.

Um simples passeio pelo Conjunto pode trazer a tona ao observador os resultados da apropriação dos espaços do Conjunto. Roupas coloridas em varais nas fachadas, plantas e móveis nos corredores de circulação, por onde a caminhada tem o cheirinho de feijão fresco e uma dourada malha reticulada é desenhada pelo chão. O caminhar pelos corredores é freqüentemente interrompido por grades com portões. Por esse motivo, várias vezes temos de subir e descer as escadas, onde se pode notar o desgaste dos pisos. Continua-se a caminhada, as portas, quase sempre abertas, mostram que cada parte do corredor é extensão de apartamento.

As alterações na arquitetura não são as únicas marcas do Conjunto. As marcas do tempo trazem a todas as edificações do Conjunto um aspecto envelhecido. Partes lhe faltam, tais como cobogós que se quebraram, reboco que se soltou, painéis com azulejos faltantes. Marcas que tempo impiedoso e a ausência de manutenção constante deixaram no Conjunto. Nossa visão capta e nosso pensamento registra e nossa memória se impacta com a oposição entre o projeto de um ideal e o seu abandono real.

No entanto, a beleza traduzida pela riqueza de detalhes do projeto insiste e perdura através do tempo. No interior da maioria dos apartamentos, cheiro de limpeza e aprumo na arrumação. A escada tipo “espinha de peixe” flutua e poupa espaço da sala; o piso em taco dá um tom de requinte e o teto da cozinha se curva levemente, moldado pela solução estrutural. A beleza marca os apartamentos do tipo duplex e a funcionalidade é característica dos apartamentos do tipo conjugado. Armários embutidos são encontrados na sala e na cozinha; o espaço destinado à sala e ao quarto pode ser contínuo ou não, e termina com uma bela vista panorâmica para o subúrbio.

Para o estudo da apropriação dos espaços do Conjunto recorreu-se à Teoria das Representações Sociais, que trata do saber comum ou senso comum. Através da qual foi possível revelar o significado da moradia para os moradores do conjunto, e a partir desse significado, analisar suas práticas e atitudes frente a esse objeto, ou seja, a apropriação do Conjunto.

A pesquisa apresentada neste trabalho é resultante de uma trajetória que se iniciou em 2000, na realização do meu Trabalho Final de Graduação. Nesta pesquisa, utilizei procedimentos metodológicos semelhantes aos que adotei para construir o corpus

desta dissertação. Foram aplicados questionários aos moradores nos anos de 2000 e 2003, ano no qual me integrei ao grupo de pesquisas Laboratório de Habitação (LabHab) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/ FAU/ UFRJ). Com o suporte do LabHab foi possível colher informações, e ainda, complementar e sistematizar o que eu já havia pesquisado.

Na coleta de dados sobre a História do Conjunto e a apropriação de seus espaços, utilizei os seguintes procedimentos metodológicos: aplicação de questionários, entrevistas com informantes-chaves – moradores e pessoas que trabalharam no Conjunto - observação participante, levantamentos físico-fotográficos e revisão bibliográfica.

Assim, o que está exposto nas páginas a seguir é o retrato de como os moradores do Conjunto Residencial Mendes de Moraes se apropriaram dos espaços, a partir dos significados que atribuem à moradia. O pano de fundo das análises é o suporte teórico do qual se origina o projeto, e também o desenrolar histórico e político da cidade do Rio de Janeiro no período que se estende entre o projeto do Conjunto até os dias atuais.

## Capítulo I – A Moradia Moderna:

### 1.1 - Razões da Modernidade

A Revolução Industrial pode ser considerada como a principal responsável por grandes transformações no modo de se viver. A Inglaterra foi o palco pioneiro da industrialização, sendo também a primeira a enfrentar suas conseqüências. Uma delas foi o aumento da produtividade no campo em virtude do emprego de máquinas. A modernização do campo levou à valorização da terra, que antes era território livre para pequenos produtores. A Lei dos Cercamentos de Terras ou *enclosures* levou à concentração das propriedades, nas mãos de poucos Senhores, e à expulsão dos pequenos camponeses, que sem alternativa foram tentar uma nova vida nas cidades industrializadas. Outra conseqüência do processo de industrialização foi a progressiva extinção do artesanato, tendo em vista que os produtos industrializados, por serem produzidos em grandes quantidades, apresentavam menor preço no mercado. Friedrich Engels (1820-1895) descreve de forma breve esse processo de expulsão dos pequenos camponeses:

*Com a introdução das máquinas tudo mudou. O preço passou a ser determinado pelo produto feito à máquina e o salário do trabalhador rural a domicílio desceu em proporção idêntica. Mas era obrigado a aceitá-lo ou procurar outro trabalho, o que não podia fazer sem se tornar proletário, isto é, sem abandonar sua casinha, sua horta, seu pequeno campo do qual fora proprietário ou arrendário. (ENGELS, 1979, p. XIV)*

A oferta de empregos passa a se concentrar nas indústrias, e estas nas cidades. As antigas cidades já apresentavam os problemas da industrialização intensa, sendo a poluição a maior delas. Os terrenos próximos às indústrias se valorizavam e as antigas construções, antes destinadas à moradia, são derrubadas, para cederem lugar aos grandes edifícios públicos, comerciais e de escritórios. A grande massa populacional que chegava à cidade em busca de emprego gerou demanda de moradia. Porém, edifícios com esse fim não foram construídos na mesma proporção.

*A extensão das grandes cidades dá aos terrenos, sobretudo nos bairros do centro, um valor artificial, que cresce por vezes em enormes proporções; as construções que aí estão edificadas, em lugar de aumentarem este valor, pelo contrário o diminuem, pois já*

*não correspondem às novas condições e são demolidas para serem substituídas por edifícios modernos. E isso se verifica sobretudo com respeito aos alojamentos operários situados no centro, e cujo aluguel, mesmo nas casas superlotadas, não pode nunca ultrapassar um certo máximo, ou pelo menos só pode ser de uma maneira extremamente lenta. Por isso são demolidas e nos lotes são construídos grandes armazéns, lojas, edifícios públicos. (ENGELS, 1979, p. 3)*

Assim, nas antigas construções, abrigavam-se numerosas famílias que buscavam moradia próxima às indústrias, tendo em vista que seus pequenos salários não eram suficientes para os custos com o transporte. Era comum uma numerosa família morar em um único cômodo, bem como um grande número de famílias dividirem o mesmo ponto de água e latrina.

A descrição dessas moradias retrata a insalubridade a qual estavam submetidas essas famílias. A mistura de odores retratava a falta de asseio dos moradores, a presença de animais e a precariedade das instalações sanitárias. A tudo isso, somavam-se as características da edificação e do entorno, que permitiam pouca renovação do ar, e ainda um exíguo acesso à iluminação natural. Iluminação e ventilação naturais eram privilégios aos quais os encortçados não podiam usufruir. A proliferação de doenças era uma consequência da vida miserável a qual estavam fadadas essas criaturas.

A vida nas cidades industrializadas tornou-se um mal necessário. Era lá que estava o emprego, mas também a vida miserável e promíscua. Segundo Engels (1979), os problemas causados pela miséria transcendiam os limites da classe operária, atingindo a burguesia. Podemos citar como exemplos desses problemas, o crescimento da violência e a constante eminência de epidemias. Logo, como reação à intensificação dos problemas da cidade, inicia-se um movimento intelectual cujas reflexões resultariam em planos para as cidades, que, no entanto, eram considerados utópicos por terem sido suas propostas pouco implementadas. Dentre os teóricos que elaboraram planos e estudos sobre as cidades, encontram-se Charles Fourier (1772-1837), Frederich Engels, Karl Marx (1818-1883), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1863), Robert Owen (1771-1858), William Morris (1834-1896), John Ruskin (1818-1900) e outros. Uma característica comum a esse grupo, é a tentativa de solucionar os problemas das cidades a partir da moradia.

Alguns destes intelectuais propuseram modelos que vislumbravam o homem como único, independente do tempo e do lugar onde se encontrariam. As reflexões deste grupo têm como norteadoras as propostas de ruptura com o passado, e a busca de soluções que permitissem a higiene, através da insolação e aeração, a partir da criação de áreas verdes. As soluções de Owen, Fourier e Proudhon são típicas destes modelos. Em contrapartida, a outra corrente de reflexão sobre as cidades traz o homem como único e insubstituível, e a busca de soluções deveria ser baseada na História. Os principais expositores destes pensamentos são Ruskin e Morris.

O urbanismo é então fundado como disciplina no século XX, tendo como território, o continente Europeu. Segundo Françoise Choay (2002), o urbanismo era dividido em duas correntes: o Urbanismo Progressista e o Urbanismo Culturalista, dos quais podemos extrair como pontos de partida as reflexões do pré-urbanismo progressista e do pré-urbanismo culturalista.

A tipificação do homem, encontrada nas propostas do Urbanismo Progressista, o torna previsível do ponto de vista de suas atividades, que podem ser classificadas e planejadas segundo um padrão. Assim, de Tony Garnier (1869-1948) à Le Corbusier (1887-1965), passando por Walter Gropius (1883-1969), a cidade é o local onde o ser humano exerce atividades coletivas, tais como, trabalhar e deslocar; e atividades individuais, como as fisiológicas. Corbusier chega a afirmar que “os homens têm as mesmas necessidades, nas mesmas horas, todo dia, durante a vida toda” (CORBUSIER, 2004, p. 113).

O grupo que Choay (2002) classifica como intelectuais do Urbanismo Progressista será o que influenciará a corrente Racionalista (ou Funcionalista) da Arquitetura Moderna. Das reflexões destes intelectuais resultam os pressupostos que influenciaram grande parte dos arquitetos modernistas brasileiros. Para melhor compreensão da linha de pensamento do grupo progressista, encontram-se resumidas abaixo, as idéias centrais de alguns de seus intelectuais:

a) Tonny Garnier: Busca a solução para as cidades, em novos planos que visam integrar a moradia e a indústria em uma cidade autônoma. As habitações ocupariam o terreno conforme a orientação solar, havendo a ventilação natural em todos os cômodos. Os lotes seriam permeáveis para os pedestres havendo a ocupação de apenas 50% destes por construção, para que o solo das cidades fosse visto como um

grande parque. Estas cidades teriam serviços públicos como hospitais e escolas, locais para lazer e esportes e locais para coleções históricas e documentos, além de teatros e prédios administrativos (CHOAY, 2002; FRAMPTON, 1997).

b) Walter Grópius: Disserta sobre as mudanças na estrutura familiar, e seus reflexos sobre as dimensões da moradia. A mudança nas relações entre a família e o Estado torna este último responsável pela assistência aos doentes e idosos, educação das crianças, dentre outras. Essas atividades eram antes realizadas no interior da moradia. A transformação das famílias se dava, inclusive, em suas dimensões, pois acabaram por se tornar menores devido ao controle da natalidade, e a redução do número de empregados. Desta forma, também a moradia moderna sofreria reduções em suas dimensões. Grópius ressaltava ainda, que a industrialização havia trazido a vantagem da produção em série, e a padronização de elementos construtivos, conseqüentemente reduzindo o custo das construções. Para ele, a solução para o urbanismo estava calcada em uma moradia mínima e econômica; na verticalização dos centros urbanos para melhorar o acesso à iluminação e ventilação; e nos subúrbios horizontais, mais adequados à escala humana. Ainda segundo Grópius, a racionalização não se limitava à fronteira da economia, sendo, acima de tudo, a busca pela satisfação psicológica, e pela resolução dos problemas sociais (GROPIUS, 1977).

c) Le Corbusier: Por ser de extrema influência para o grupo de arquitetos da Arquitetura Moderna Brasileira, Corbusier tem uma seção a parte neste capítulo, onde estarão expostas suas principais idéias com relação à arquitetura e principalmente a habitação.

d) Construtivistas Russos: Este grupo, formado por artistas e arquitetos logo após a Revolução Russa, acreditava na transformação da sociedade através da arquitetura e do urbanismo. O período de produção significativa deste grupo foi a década de 20. Os defensores dessa corrente acreditavam que a coletivização de atividades, como cozinhar, lavar roupas ou praticar esportes, trariam à convivência das pessoas a troca e a difusão de idéias. Os espaços destinados a essas atividades se denominariam Condensador Social. Os estudos dos arquitetos construtivistas eram inspirados nos modelos de comunidades propostas por Owen e Fourier. Nestes estudos, a moradia seria integrada a locais de serviços coletivos, como cozinha e lavanderia, e espaços para a convivência como locais para lazer e sala de jantar. O papel da família também

entrara em discussão, tendo em vista de que a mulher deveria ser liberada das atividades domésticas e a educação dos filhos passaria a ser papel da escola. Assim, as construções que teriam a função de Condensador Social, seriam constituídas além da moradia, por seus prolongamentos, que se constituiriam em cozinhas coletivas, lavanderias, jardim de infância, ginásio esportivo, biblioteca, etc.. As construções propostas seriam respostas racionais à questão da habitação, constituídas por volumes nus, claros e integrados ao exterior, com o objetivo de ampliar a renovação do ar e a insolação no interior dos ambientes. O exterior seria composto por áreas destinadas à prática de esportes (KOOP, 1990).

Podemos extrair das propostas acima as seguintes idéias centrais:

- Criação de conjuntos de moradias integradas aos serviços, ao trabalho e a áreas livres destinadas ao lazer e ao esporte;
- Cuidado com a orientação solar e com a aeração constante no interior das moradias;
- Integração entre a moradia e áreas verdes, que possibilitariam encontros, prática de esportes, e ainda, funcionariam para garantir o acesso à ventilação constante nas moradias;
- Redução das dimensões da moradia, que deixaria de abrigar funções que passaram a ser delegadas ao Estado, ou exercidas em espaços coletivos;
- Produção em série e padronização dos elementos construtivos, através da industrialização, o que acarretaria a redução de prazos e custos na produção da moradia;
- Transformação da sociedade através da arquitetura e do urbanismo.

As propostas dos teóricos do Urbanismo Progressista retratam a confiança destes no progresso, trazido pela industrialização, e pela mudança de mentalidade do homem moderno, que utilizaria a moradia para as necessidades primárias, e do restante da cidade para o desenvolvimento social. As novas técnicas e a cidade se uniriam para fortalecer e aprimorar a classe operária, a nova classe surgida nas cidades, cujo volume só se faria aumentar. A descoberta de novas técnicas de produção de artefatos e de materiais para a construção civil impulsionou os artistas, dentre estes os arquitetos, a refletirem sobre as novas possibilidades de solução formal. A

inquietação do período que envolveu as duas grandes guerras levou ao questionamento do papel da arte na sociedade e para o bem-estar social de forma mais ampla.

Boa parte dos arquitetos envolvidos com as questões que desordenavam as cidades, sobretudo os que exerciam suas atividades na Europa, se reunirão formando os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que em seu quarto encontro, retomarão o conceito de Unidades de Vizinhança, como modelo de solução para a construção de bairros dotados de certa autonomia.

## **1.2 - Unidade de Vizinhança: a solução para o urbanismo moderno**

No início do século XX desenvolveu-se nos Estados Unidos o “Community Centre Movement”, que pretendia criar centros comunitários, propiciando locais para discussões, debates e ação cooperativa. Para Clarence Arthur Perry (1872-1944), o local para essas reuniões poderia ser a escola, utilizada para este fim fora dos horários de aula<sup>1</sup>. Em um outro trabalho (1929), Perry publica a monografia “The Neighborhood Unit: A Scheme of Arrangement for the Family Life Community”, onde defende a solução para as cidades americanas através de planos denominados por ele Unidades de Vizinhança (TETLOW & GOSS, 1968).

A Unidade de Vizinhança é, segundo Vicente Barcellos, “uma área residencial que dispõe de relativa autonomia com relação às necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços urbanos” (BARCELLOS, 2004, p. 1). Ainda de acordo com Barcellos (2004), a solução em Unidades de Vizinhança apresenta duas preocupações básicas: a distribuição dos equipamentos de serviço e consumo na escala da cidade e a busca pela recuperação das relações de vizinhança.

Para Perry as Unidades de Vizinhança se definem a partir de:

---

<sup>1</sup> Monografia apresentada por Perry em 1910, intitulada “The Wider Use of School Plant” (TETLOW & GOSS, 1968).

1. *Tamanho. Uma unidade de vizinhança deve prover habitações para aquela população a qual a escola elementar é comumente requerida, sua área depende da densidade populacional.*
2. *Limites. A unidade de vizinhança deve ser limitada por todos os lados por ruas suficientemente largas para facilitar o tráfego, ao invés de ser penetrada pelo tráfego de passagem.*
3. *Espaços Públicos. Um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e para as necessidades particulares da unidade de vizinhança devem ser providenciados.*
4. *Áreas Institucionais. Locais para escola e outras instituições tendo a esfera de serviço coincidindo com os limites da unidade de vizinhança devem ser adequadamente agrupadas em lugar central e comum.*
5. *Comércio Local. Um ou mais locais de comércio adequados à população devem ser oferecidos, de preferência na junção das ruas de tráfego e adjacente a outro similar comércio de outra unidade de vizinhança.*
6. *Sistema Interno de Ruas. A unidade deve ser provida de um sistema especial de ruas, sendo cada uma delas proporcional à provável carga de tráfego. A rede de Ruas deve ser desenhada como um todo, para facilitar a circulação interior e desencorajar o tráfego de passagem. (PERRY, 1929 apud BARCELLOS, 2004, p. 2-3)*

O elemento fundamental tomado como referência para o dimensionamento das Unidades de Vizinhança é a escola. Desta forma, tanto para se dimensionar a densidade, quanto à extensão das unidades de vizinhança o ponto de partida seria a escola, que deveria estar localizada no centro. A extensão da unidade de vizinhança era definida, então por um raio de  $\frac{1}{4}$  de milha (400m), sendo esta a distância definida por Perry, como máxima para que as crianças pudessem percorrer a pé. As áreas livres deveriam estar espalhadas totalizando 10% da área total da unidade. O comércio deveria estar localizado nos cantos das unidades, de preferência no

encontro de vias e junto ao comércio das unidades vizinhas para facilitar a concorrência. (TETLOW & GOSS, 1968).

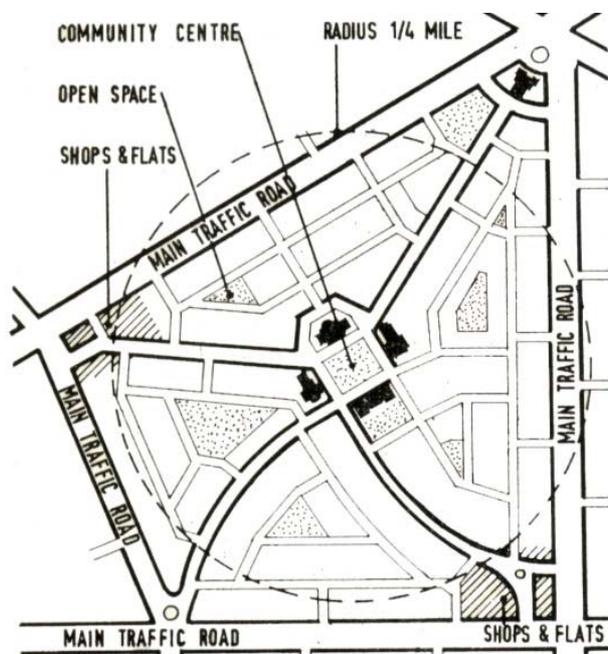


Figura 1: Unidade de Vizinhança planejada por Perry.

Fonte: TETLON & GOSS, 1968.

Nos estudos de Perry está clara a influência de Ebenezer Howard (1850 – 1928), que em 1902 publica o livro "Garden Cities of Tomorrow"<sup>2</sup>. Partindo da degradação existente nas cidades industrializadas, e da constante evasão do campo, Howard sugere que a qualidade de vida está no que seria a combinação entre as qualidades do campo e da cidade. A cidade, de forma circular, partiria do centro, que seria um jardim, através de "boulevares" ao anel externo onde ficariam as fábricas e armazéns, ligados à linha férrea. Ao redor do jardim, situado no centro da circunferência, estariam dispostos os edifícios públicos, seguidos pelo parque e pelo palácio de cristal, a partir do qual iniciariam as avenidas transversais aos boulevares. O palácio de Cristal funcionaria como um local coberto para o passeio, e também para a exposição de produtos manufaturados para a venda. As casas teriam variada

<sup>2</sup> Edição revisada do livro publicado pelo autor, em 1898, sob o título "Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform".

arquitetura de acordo com o gosto individual, tendo alguns jardins comuns e cozinhas cooperativas (HOWARD, 2002).

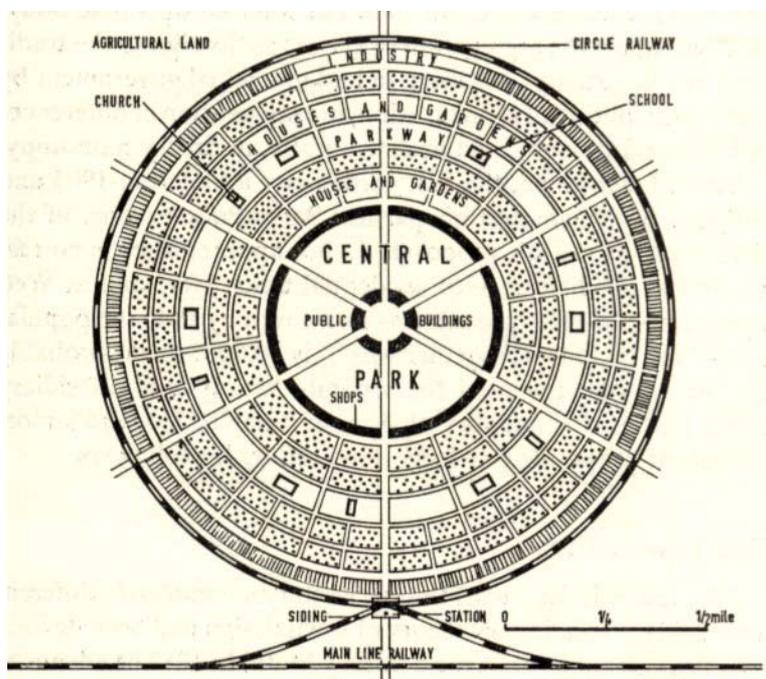


Figura 2: Diagrama da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard  
Fonte: TETLON & GOSS, 1968.

No ano de 1933 realizou-se em Atenas a IV Assembléia dos CIAM, cujo tema foi *A Cidade Funcional*. Desta assembléia resultou a *Carta de Atenas*, que trazia um conjunto de tratados sobre o que era e como deveria ser tratada a cidade na era mecanicista, tendo em vista os entraves ocasionados por sua origem medieval, como a insuficiência do sistema viário e a falta de áreas verdes. Quase todos os conceitos das Unidades de Vizinhança preconizadas por Perry são então retomados, nesta carta, como soluções para os problemas da cidade.

Redigida pelo grupo, cuja maioria era formada por arquitetos expoentes do Urbanismo Progressista (CHOAY, 2002), a Carta de Atenas parte do pressuposto da tipificação do homem moderno, cujo cotidiano é dividido em quatro atividades básicas: *habitar, recrear, trabalhar e circular*. Para estas atividades foram elaboradas observações e recomendações, que tinham como principal objetivo articulá-las com maior eficiência,

para melhorar a maneira de viver das pessoas. A seguir serão destacadas as principais diretrizes da carta.

Para a atividade habitar foi elaborado um maior número de postulados. O primeiro deles é uma crítica à ocupação das grandes cidades, que têm no seu Centro e área vizinha grande número de habitantes por área. A moradia dessa população seria o cortiço, onde o controle ambiental visando a higiene seria impossível, dada as características de superpopulação, alinhamento ao longo das vias, com prejuízo do acesso à insolação e ventilação adequadas. O discurso higienista está presente, vinculando o urbanismo à questão da saúde do corpo e do espírito. Também presente encontra-se a antítese moradia doente, a qual se deveria exterminar, na figura do cortiço; e a moradia sadia, que deveria ser construída em série, de forma veloz e com menor custo para suprir a demanda por habitação.

A Carta traz recomendações que buscam o aperfeiçoamento do homem através do urbanismo, e da arquitetura. O urbanismo deveria então garantir, através da correta setorização, o melhor local em termos de orientação para os bairros habitacionais, de maneira que a habitação não distasse tanto do trabalho que exigisse grandes deslocamentos. As duas atividades, no entanto, não deveriam ficar tão próximas que a poluição pudesse trazer malefícios à população dos bairros habitacionais. Uma barreira verde deveria separar os setores destinados à habitação e às indústrias. A habitação deveria estar ligada aos edifícios destinados aos serviços públicos, dentre eles a escola elementar, e locais para a prática de esportes e lazer.

Em oposição à antiga estrutura das cidades européias, a Carta recomenda o aumento da altura dos edifícios, de forma que mesmo havendo uma alta densidade populacional, as moradias pudessem ter melhor acesso aos recursos de iluminação e ventilação naturais. O barateamento da infra-estrutura seria a consequência natural da verticalização. A unidade habitacional deveria, ainda, possuir dimensões mínimas, porém confortáveis, de modo a se obter custos menores de construção e maior densidade.

O terreno deveria ter maior área liberada através do uso dos pilotis, ficando, então, livre para a implantação de bosques e jardins. Para os CIAM, mais que uma atividade básica, o lazer tinha o papel de recuperar a saúde física e mental do homem, após o desgaste de um dia de trabalho. Com isso, há a recomendação para a criação de

parques para passeio e áreas de lazer coletivas, como complemento da função habitar.

A Carta de Atenas aplica outro conceito das unidades de vizinhança com relação à circulação: a hierarquia viária. Assim, as vias deveriam ser classificadas de acordo com a intensidade do fluxo, e também de acordo com a natureza de sua destinação – automóveis ou pedestres. Para dar conta da nova era, na qual o uso do automóvel se tornaria indispensável, o cruzamento entre as diferentes vias não deveria existir, lançando-se mão da diferença entre níveis para dar conta deste problema. Nas quadras residenciais, como no plano de Perry, para a velocidade dos automóveis seriam destinadas vias periféricas, e aos pedestres estariam liberadas as vias no interior destas quadras.

É importante ressaltar duas assembléias dos CIAM anteriores ao IV congresso, cujas discussões influenciaram os arquitetos modernos brasileiros. No I Congresso, ocorrido em La Sarraz no ano de 1928, os arquitetos reunidos chegaram à resolução de que a construção eficiente seria o resultado da racionalização e padronização. A planta mínima foi discutida pelos CIAM, no II Congresso, ocorrido em Frankfurt (1929). Nas soluções habitacionais apresentadas nesta assembléia, pode-se notar a preocupação com detalhes de projeto, como a integração do mobiliário na arquitetura – armário embutido e plantas humanizadas, interessantes soluções de circulação e a largura mínima dos quartos de solteiro, solução adotada para privilegiar o acesso a iluminação e ventilação naturais, além de um ensaio de verticalização com a maioria dos projetos tendo quatro pavimentos.

### **1.3 - Le Corbusier e a Era da Máquina:**

No ano de 1920, Le Corbusier e Amédée Ozenfant (1886-1966) lançam em Paris a revista *L'Esprit Nouveau*, que ficou em circulação até 1925. A coletânea desses textos foi reunida e publicada em 1923, em livro intitulado *Vers une Architecture*. O conteúdo desses textos engloba as questões como a modernização trazida pelo processo de industrialização, que revolucionaria a arquitetura, que deveria seguir as tendências de uma nova era. No Brasil as idéias de Le Corbusier só tiveram maior difusão quando o mesmo realizou uma viagem à América Latina, em 1929, ministrando palestras em Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo Le Corbusier (1979), a modernização da vida cotidiana era inevitável, graças à industrialização. As cidades não se encontravam, então preparadas para esta modernização, que se evidenciava pelo uso do automóvel, o qual, segundo o arquiteto ultrapassava a velocidade dos passos humanos ou dos animais, transgredindo a escala humana.

Como a maior parte dos arquitetos preocupados com o desenvolvimento das cidades, Corbusier atentou-se para os subúrbios, que para ele estavam se desenvolvendo sem plano e sem ligação com as cidades. Este crescimento faria com que a população se deslocasse cada vez mais, levando mais tempo no trajeto habitação – trabalho, havendo ainda, significativa quantia de dinheiro gasta com este transporte. Corbusier atribuía, então, um fator econômico negativo nestes deslocamentos.

A solução para o desenvolvimento urbano destinado à vida moderna seria, então, aliar as novas técnicas desenvolvidas para a construção civil, verticalizar as habitações e trabalhar com as vias de circulação de forma racional. As novas técnicas da construção civil seriam, sobretudo, o desenvolvimento da aplicação do concreto armado na produção das moradias. Para o arquiteto, as antigas formas de construção obrigavam uma drástica adaptação do terreno, devido às escavações para a execução dos alicerces para as paredes, resultando nos porões, que apresentavam problemas de ocupação devido à iluminação e ventilação precárias. O sistema construtivo em alvenaria obrigava a mesma compartimentação nos diferentes pavimentos, causando distorções na distribuição e no dimensionamento dos cômodos. Um dos piores problemas para o arquiteto era, no entanto, o condicionamento das aberturas, ao sistema construtivo, o que não permitia a abertura de grandes vãos para a entrada de luz.

Comparando a “casa de pedra” com a “casa de ferro ou de concreto armado” Corbusier busca comprovar em uma de suas conferências realizadas na América Latina, a eficiência a qual se chega quando se emprega o concreto armado na construção das moradias (CORBUSIER, 2004). A utilização de pilotis proporciona a elevação da edificação com relação ao solo, que é poupado de grandes alterações em sua conformação original, graças à possibilidade de adaptação da construção, reduzindo-se custos. As paredes dariam lugar, em sua função estrutural, a esbeltos pilares, tornando a edificação livre para ser iluminada, ventilada e compartimentada. A

cobertura poderia ser aproveitada com jardins proporcionando um local privado de descanso com sol, vento e vegetação.

Corbusier atrela, então, as modificações na arquitetura, à nova forma de vida da era mecanicista. Para trabalhar a quantidade de horas necessárias na indústria, o homem deveria aprender a habitar de maneira moderna, em casas que ele denominara *máquinas de morar*, por terem como premissas a funcionalidade e a racionalização das dimensões do espaço. Havia também uma preocupação com o lazer do operário, que deveria praticá-lo como forma de recompensar o desgaste com o trabalho. Tratava-se, então, de um programa mínimo para a casa, na qual somente seriam realizadas atividades básicas para a sobrevivência (repouso, alimentação, etc). Para as demais atividades, como recreação, haveriam áreas abertas, terraços ou parques, nos quais os moradores poderiam conversar, caminhar e praticar esportes.

Como forma de exemplificar e, de certa forma, comprovar suas premissas com relação à moradia em dimensões mínimas, Corbusier cita sua viagem de navio de Bordéus a Buenos Aires. Para ele, todas as atividades realizadas, nos quinze dias que passou no navio, poderiam ser adaptadas ao dia a dia de qualquer ser humano. Dormir, ler, escrever e receber amigos: atividades perfeitamente realizáveis na sua cabine com área de 15 m<sup>2</sup>. As atividades de lazer e refeições poderiam ser realizadas já no ambiente coletivo, havendo assim a economia com os empregados no preparo da comida. Camareiras e lavadeiras também fariam serviços para várias cabines. Desta forma, os custos com alguns serviços poderiam ser partilhados, e a área para *habitar* reduzida e padronizada, diminuindo-se os custos de sua produção.

Desdobrando este conceito, Corbusier chega ao que denomina *célula na escala humana*, chegando, assim, à solução das casas “Dom-ino” nas quais:

*Módulos comuns ofereceriam inúmeras combinações. Havia algo de muito novo: não se colocariam portas e janelas em aberturas que fossem obras de pedreiros, mas seriam instaladas portas, janelas, armários, aos quais a altura padronizada dos pisos e as distâncias constantes das pilastras possibilitariam fixar com facilidade. Colocados esses elementos, levantavam-se as paredes em torno deles, isto é, enchimentos. (CORBUSIER, 2004, p. 100)*

Desta forma, Corbusier explicava como chegaria a solução da casa produzida industrialmente. É interessante observar na citação acima, como Corbusier coloca de forma antitética o termo “obra de pedreiro”, referindo-se à produção artesanal, e o termo “instaladas”, já denotando o processo industrial. Para o arquiteto, as casas deveriam ter linhas simples, geométricas, que possibilitassem a construção em larga escala para suprir as necessidades habitacionais, com baixo custo e menor prazo. No entanto, o próprio arquiteto chama a atenção com relação à aceitação destas moradias pela população, que “protegida por um romantismo característico” (CORBUSIER, 2004, p. 103), as chamaria, de “caixotes”. Ainda assim, o argumento da possibilidade de acesso a estas casas, que poderiam ser montadas *em qualquer lugar*, a um grande número de pessoas com baixo poder aquisitivo, era precioso para o arquiteto na defesa de sua idéia.

Outro desdobramento das idéias do arquiteto franco-suíço após sua viagem de navio foi o projeto para a Unidade de Habitação de Marselha, construída entre 1946 e 1953. Neste projeto está inserida a idéia de moradia aliada aos serviços básicos, em uma solução vertical. À habitação mínima, que no caso deste edifício variava em 23 tipos diferentes de apartamento, agregam-se, ao longo de uma “rua no ar” ou “rua interior”<sup>3</sup>, os serviços de creche, escola maternal, ginásio esportivo, além do comércio. Esta “rua” está situada na metade da altura do edifício. A concepção da Unidade de Habitação de Marselha tem estreita ligação, também, com as propostas dos arquitetos do Construtivismo Russo, já mencionadas anteriormente.

Quando afirma que “é preciso criar o estado de espírito de residir em casas em série” (CORBUSIER, 2000, p. 166), o arquiteto franco-suíço expõe a necessidade de se fazer aceitar uma nova condição de moradia: a máquina de morar. A planta livre conseguida através da libertação das paredes da função estrutural, permite sua adequação a cada família. No entanto, esta adaptação obedeceria a disposição do mobiliário, que seriam pré-fabricados e integrados à moradia, com o objetivo de atender às necessidades das atividades humanas. O mobiliário seria utilitário e não estético. Julgando as necessidades humanas as mesmas, e seus utensílios os mesmos, Corbusier defende a padronização e a produção industrial dos móveis.

*O mobiliário consiste em:*

---

<sup>3</sup> As duas expressões foram citadas no livro de Anatole Koop, que afirma a primeira expressão ser do próprio Corbusier, sendo a segunda sua.

*Mesas para trabalhar e comer,  
cadeiras para comer e trabalhar,  
poltronas de diversas formas para descansar de diversas maneiras  
e prateleiras para guardar os objetos de nosso uso. (CORBUSIER,  
2004, p. 113)*

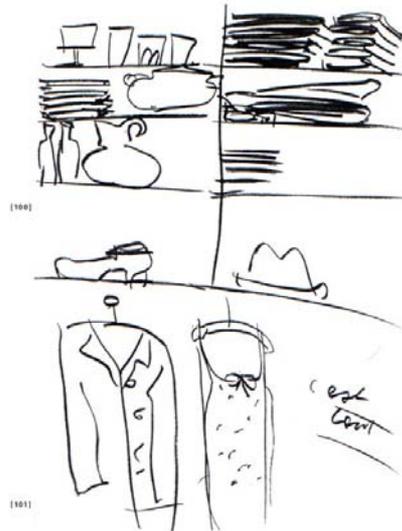


Figura 3: Cada coisa em seu lugar: a função das prateleiras.

Fonte: CORBUSIER, Le. *Precisões: Sobre um Estado Presente da Arquitetura e do Urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

A máquina de morar poderia ser resumida como o espaço mínimo, flexível e confortável para habitar, com aberturas que captassem suficientemente a iluminação e a ventilação, e com móveis que respondessem com eficiência suas utilidades e circulação adequada.

*Ao alcance da mão, no quarto de dormir, na biblioteca, na sala de estar, no escritório, na cozinha, as portas abaixam-se ou levantam-se e as divisórias deslizam. Aparecem atrás deles os compartimentos apropriados àquilo que eles devem conter. Cada objeto está disposto como num estojo; certos equipamentos se projetam para a frente por meio de gavetas deslizantes; as roupas de vestir estão diante de nossos olhos etc. (CORBUSIER, 2004, p. 120)*

Ainda segundo Corbusier, não se esgotava o problema das cidades resolvendo-se apenas os problemas da habitação em separado. A revolução na forma de habitar deveria acompanhar ou ser acompanhada por uma revolução na forma de se utilizar a cidade. Para isto, vinculados à habitação deveria haver espaços para os serviços

comuns e para a prática de esportes. Corbusier resume assim, sua busca para a solução da moradia e do urbanismo:

*Aquilo que denomino pesquisar “uma célula na escala humana” significa esquecer todas as moradias existentes, todo o código de habitação em vigor, todos os hábitos ou tradições. É estudar, com sangue frio, as novas condições sob as quais transcorre nossa existência. É ousar analisar e saber sintetizar. É sentir, atrás de si, o apoio das técnicas modernas e, diante de si, a fatal evolução das técnicas construtivas em direção a métodos sensatos. É aspirar a satisfazer o coração de um homem da época maquinista e não acalentar alguns romancistas caducos, que assistiram, sem mesmo se dar conta do fato e tangendo o alaúde, a dissolução da raça, o desencorajamento da cidade e a letargia do país. (CORBUSIER, 2004, p. 110)*



Figura 4: A cidade verde, com áreas de lazer entre os blocos.

Fonte: CORBUSIER, Le. *Precisões: Sobre um Estado Presente da Arquitetura e do Urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

A visita de Corbusier ao Brasil, e especificamente ao Rio de Janeiro, em 1929, marcou o arquiteto. O Rio de Janeiro possuía uma paisagem exuberante que poderia se ter das janelas. A cidade fluía entre o mar e as montanhas. Foi sobrevoando o Rio de Janeiro, que Corbusier avistou as montanhas e o mar, imaginando que um edifício viaduto seria a solução de circulação para a cidade. Situado a 100m de altura do solo, a imensa estrutura-serpente, abrigaria além da auto-estrada, construções, localizadas em seus diferentes pavimentos. Um desdobramento da idéia do edifício viaduto foi o

projeto para Argel (1930-1933), cujos pavimentos seriam “lugares artificiais” destinados á construção de residências.



Figura 5: Plano para o Rio de Janeiro a partir da solução de cidade viaduto.

Fonte: CORBUSIER, Le. Precisoões: Sobre um Estado Presente da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

Confiante na precisão da técnica, que proporcionaria o equilíbrio que resultaria na beleza, Le Corbusier acredita que a solução para a sociedade encontra-se no urbanismo, e para a ordenação deste, o módulo mínimo seria o homem, e, por conseguinte sua casa. Casa bela, econômica, simples e funcional como uma máquina, na qual os componentes trabalhariam em conjunto, independente do local ou do tipo do homem que poderia vir habitá-la. As aspirações de Corbusier encontrariam eco no Brasil, cujo governo encontrava-se engajado em firmar a identidade nacional. A nova arquitetura, preconizada por Corbusier, ancorava em terras cariocas, passando a fazer parte da paisagem da cidade e permitindo a busca por soluções de conjuntos destinados à habitação.

#### **1.4 - Brasil: A presença da Arquitetura Moderna no discurso da habitação popular.**

O crescimento industrial experimentado pelo Brasil, a partir da década de 20, é acompanhado pelo crescimento populacional nos centros urbanos<sup>4</sup>, principalmente no Distrito Federal, onde se concentrava a maior parte das indústrias. A migração devido a crise de 30 que afeta o emprego no campo e o aumento do comércio e dos serviços na cidade do Rio de Janeiro, acaba por ser a principal responsável pelo vertiginoso crescimento populacional na cidade. Sem muita alternativa para a aquisição de moradia, a população pobre acaba por intensificar a ocupação de encostas e mangues, terrenos públicos ou sem muito valor comercial. Em contrapartida, a concentração da população urbana torna interessante a atuação dos políticos na cidade. O Estado Novo, que tinha como uma das mais marcantes características o populismo, atua junto à população operária através da introdução das Leis Trabalhistas, e, por consequência na criação de fundos de previdências e pensões que mais tarde teriam como finalidade o financiamento da moradia.

Entre os anos 1933 e 1938, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que tinham como principal objetivo administrar os benefícios de diferentes categorias profissionais. A partir de 1937 os IAPs passam a atuar de forma mais intensa no campo habitacional, sendo a primeira intervenção do Estado na produção de moradia em grande escala. A partir de então, o Estado passa a ser visto, pela população trabalhadora como o provedor da moradia (FARAH, 1983).

O primeiro Conjunto de vulto construído pelos IAPs, especificamente pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), foi o Conjunto Residencial Realengo, projetado pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira (1906-1996) em 1939, inaugurado em 1943. Este trazia os ideais de trazer a habitação junto aos serviços como solução para transformar seu morador em operário ideal (MANGABEIRA, 1987). Neste Conjunto estão presentes as iniciativas de se trabalhar com a habitação mínima, a produção em série e a padronização dos elementos de construção, de forma a reduzir custos. Outra iniciativa do governo no campo habitacional nos anos 40

---

<sup>4</sup> No início dos anos 20, a população é de cerca de 30 milhões, com 10% vivendo nas cidades; entre as décadas de 30 e 40, o país conta com 40 milhões, sendo 30% morando em cidades; em meados da década de 40, a população chega a 45 milhões de habitantes, sendo 1/3 habitantes das cidades (FINEP, 1985).

foi a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, que tinha como objetivo construir moradias para qualquer brasileiro, não havendo a necessidade de vínculo com qualquer fundo de previdência social. Outro objetivo da FCP era o de financiar indústrias que construíssem casas para seus funcionários. Sua atuação não foi muito significativa, e se estendeu até o início da década de 60 (BONDUKI, 1998). No mesmo ano em que é criada a FCP, o governo municipal do Distrito Federal, cria o Departamento de Habitação Popular (DHP), subordinado à Secretaria Geral de Viação e Obras.

A busca pela produção da moradia era apenas uma vertente da política do Estado Novo. O governo de Getúlio Vargas (1883-1954) tinha um projeto de formação de uma identidade nacional, tendo como principal instrumento a ação do Ministério da Educação e Saúde. Gustavo Capanema (1901-1985) torna-se Ministro da Educação em 1934. Tendo ligações com o grupo da intelectualidade de Minas Gerais, onde deu início a sua carreira política, Capanema tinha como chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) (SCHWARTZMAN, 2000). Drummond participava do grupo expoente da arte moderna, não tardando para que colegas seus também fizessem parte do Ministério. Assim foi com Mário de Andrade (1893-1945) e Lucio Costa (1902-1998), figuras de vulto do movimento moderno.

Lucio Costa chegou a dirigir por um breve período, em 1930, a Escola Nacional de Belas Artes, realizando uma reforma curricular que lhe custou brigas internas e seu desligamento da direção da escola, sob inflamados protestos dos alunos. Lucio é chamado por Capanema para realizar um novo anteprojeto para o prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES), pois o projeto selecionado não condizia com as propostas modernizantes aspiradas pelo Ministério (SEGAWA, 1999). Lucio organiza uma equipe, da qual Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) é um dos integrantes. Ele também viabiliza junto a Capanema a visita de Corbusier ao Brasil, com a finalidade de prestar consultoria ao grupo. Executado, o prédio acaba se tornando referência mundial para a Arquitetura Moderna, vindo, mais tarde a surpreender até mesmo Corbusier. Estava atingido, na construção do prédio do MES, o objetivo de, através da nova estética introduzida pela Arquitetura Moderna, firmar uma Identidade Nacional.

Os arquitetos empenhados com o discurso desta nova arquitetura ressaltavam as vantagens da produção em série e em massa, com a simplificação dos elementos e a solução da habitação mínima. A Arquitetura Moderna trazia também um discurso de

transformação do homem através da habitação. Era um importante objeto de ação a produção de moradias econômicas, tendo em vista o crescimento da população das grandes cidades, e ainda a orientação política paternalista do Estado Novo. Os arquitetos do Movimento Moderno acabaram por dominar esse panorama, principalmente nos projetos realizados pelos IAPs e pelo DHP.

No Brasil estava, então, criada a atmosfera propícia à implantação do projeto social idealizado por Carmen Portinho (1906-2001) e Affonso Eduardo Reidy. A vontade de construir um empreendimento de vulto, que voltasse os olhos do mundo para o potencial da arquitetura que estava se desenvolvendo no Brasil; legitimar esta arquitetura com a bandeira do atendimento social; e ainda ter um Governo preocupado em marcar a identidade nacional através das artes, principalmente a arquitetura, foram fatores que possibilitaram a execução do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes.

## Capítulo II – O Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes:

### 2.1 – O DHP e o projeto para o novo homem:

Em 4 de abril de 1946, o Departamento de Habitações Proletárias passou a denominar-se, Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (DHP), através do decreto-lei nº 9.124. Este departamento fazia parte da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal. No período em que o Conjunto do Pedregulho foi projetado o DHP contava com a engenheira Carmen Portinho como diretora e Affonso Eduardo Reidy como Chefe do Setor de Planejamento.

Carmen Velasco Portinho se formou em engenharia no ano de 1926 pela Escola Politécnica, ingressando imediatamente na Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal, a convite do prefeito Alaor Prata (1882-1964). No ano de 1939, Carmen Portinho se torna urbanista, após freqüentar o curso de Urbanismo da Universidade do Distrito Federal, defendendo a tese *Anteprojeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central*. Esta tese já trazia como norteadoras as propostas de Le Corbusier e dos CIAM (PORTINHO, 1999). Em 1944-45 a engenheira ganha uma bolsa de estudos do Conselho Britânico e viaja à Inglaterra. Lá acompanha as obras de reconstrução das cidades destruídas pela Segunda Grande Guerra:

*Eles queriam sobretudo construir casas porque a guerra estava terminando e não havia residências suficientes para os que estavam voltando. Aprendi muita coisa com eles (...) da infra-estrutura de uma cidade às construções de casas, que eles chamavam de residências temporárias, com duração prevista para oito ou dez anos.*

*Acabada a guerra, a utilização do alumínio foi deslocada das fábricas de aviões para a construção civil. O planejamento deles visava não apenas às casas, mas sim às unidades de habitação: a escola era o centro principal, os postos de saúde, mercados, enfim, cidadezinhas adequadas ao número de habitantes que nelas iriam morar; outras, maiores, comportavam hospitais, escolas primárias e secundárias, ou seja, cada uma tinha suas soluções específicas (PORTINHO, 1999, p. 91).*

A experiência vivida na Inglaterra acabou por legitimar, para Carmen Portinho, a confiança nas soluções de planejamento tais como as Cidades-Jardins e as Unidades

de Vizinhança, idéias presentes nos planos para as cidades inglesas. Como mencionado anteriormente, no ano de 1946 foram designadas as “New Towns” inglesas, as quais seriam planejadas aplicando-se conceitos das Cidades-Jardins e dos CIAM. O que Carmen encontrou em sua viagem foi essa atmosfera rica em idéias para o planejamento urbano, bem como uma grande vontade política de implementar esses planos. Em seu retorno, munida de novas idéias para tentar solucionar os problemas habitacionais brasileiros, Portinho participa da criação do DHP.

Um pouco da filosofia do DHP pode ser extraída do seu decreto de fundação, no qual se encontra explícito seu objetivo de encontrar “a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos (...) mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico”<sup>5</sup>. Com essa proposta o DHP tentaria vencer o desafio do problema habitacional carioca, avançando em direção a outros dois desafios no que diz respeito à população que pretendia alcançar: habitar em apartamentos e a moradia de aluguel. Ao primeiro, o departamento responde com uma solução de qualidade, e o segundo, através do desconto direto em folha de pagamento, tendo em vista que o primeiro Conjunto a ser construído, o Pedregulho, seria destinado aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal.

Para Reidy o custo da habitação mínima ainda estava muito além do que poderia pagar o trabalhador, ou a população de baixa-renda, o que leva o problema da moradia à esfera financeira, e não arquitetônica ou urbanística. Assim, a habitação não poderia ser tratada como forma de se obter lucros, mas, como um serviço público. Carmem Portinho reafirma esta idéia, declarando que a “arquitetura é, eminentemente, elemento para servir à sociedade e não para desservir, especular, fazer comprar apartamentos quem não tem dinheiro para pagar.” (PORTINHO, apud CAVALCANTI, 1987, p. 69)

Tendo a moradia como serviço público, a proposta do DHP (principalmente para o Conjunto Mendes de Moraes) seria construir moradias de aluguel. Essa proposta, contudo, ia de encontro à idéia pregada pelo Estado, que considerava a “casa própria” uma recompensa ao trabalhador.

---

<sup>5</sup> Serviço de Documentação da Secretaria Geral de Administração. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal (janeiro – junho de 1946), Rio de Janeiro, 1947 – p. 42/43.

Para seu funcionamento, o DHP, contaria com uma Direção e sete serviços, sendo estes: Estudos Preliminares, Planejamento, Execução, Administração, Fiscalização (este sendo dois) e Correspondência. Para os serviços, a exceção do de Correspondência, os responsáveis seriam engenheiros ou arquitetos, todos do Quadro Permanente de funcionários da Prefeitura. Para cada um destes serviços haveriam funções a serem cumpridas, desde a realização de censos nas habitações consideradas insalubres, até a administração dos Conjuntos. Dentre estas, destaca-se uma, a do Serviço de Planejamento, por sua estreita ligação com os pressupostos da Arquitetura Moderna: executar estudos para a padronização e industrialização de elementos para a construção dos Conjuntos.

É importante sublinhar que a criação do DHP, ou até mesmo o projeto do Conjunto Mendes de Moraes, não era um ato isolado. Fazia parte de uma reflexão ampla sobre o problema habitacional no país, que envolvia não apenas os profissionais de arquitetura, mas também os governantes (BONDUKI, 1998). A esta altura, o governo já incorporava em seu discurso, a problemática da habitação, através da atuação dos IAPs e da FCP, tendo os primeiros, a importância de trazer para o planejamento dos Conjuntos habitacionais as discussões a cerca das Arquitetura Moderna.

Desde a criação dos IAP's criou-se o vínculo entre o operário, o Estado e a aquisição de moradia através da figura do operário padrão, regularmente empregado, que teria na "carteira assinada", um passaporte para melhorar seu padrão de vida, podendo inclusive adquirir sua casa própria. O ideal de moradia planejado para este operário seguiria rígidos padrões de higiene, com a preocupação de afastar os exemplos de moradia popular em voga na época: os cortiços, aos quais eram freqüentemente atribuídos os desvios de conduta da população que neles residia, por serem ambientes de promiscuidade e de proliferação de doenças.

Pode-se considerar que essa busca pelo operário ideal é parte do contexto histórico do final do século XIX e início do século XX no qual se encontrava em expansão o modo de produção capitalista. O taylorismo e o fordismo foram os principais métodos científicos de organização do trabalho que viabilizou o avanço do capitalismo nesse período. Esses modelos de administração científica têm como elemento central a divisão social do trabalho – a divisão de tarefas e da gestão do trabalho – que parte da premissa do homem certo para o lugar certo (operário ideal) (FLEURY e VARGAS,1983). O fordismo, visto como uma ampliação do taylorismo, apresenta

como princípios estruturantes a produção em massa por meio da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; o controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro e a produção em série; a existência do trabalho parcelar e da fragmentação das funções dada pela divisão entre elaboração e execução no processo de trabalho; a presença de unidades fabris concentradas e verticalizadas e, por fim, a constituição do operário-massa, do coletivo fabril (ANTUNES,1995).O discurso fordista, de produção em massa, estava em consonância com o discurso do Estado Novo, que possuía a intenção de trazer para o país indústrias para atingir o desenvolvimento econômico.

Cavalcanti (1987) traça um interessante paralelo entre as idéias do Estado Novo e as premissas de Le Corbusier, o que, segundo o autor, leva à identificação do primeiro, que pregava a “construção do homem novo”, com as premissas do segundo, que a essa altura, já havia escrito sobre o “espírito novo”, e as necessidades de se ensinar a morar. Segundo Cavalcanti, tanto para o Estado Novo, quanto para Corbusier, a “representação sobre as camadas populares é bastante próxima: o homem é considerado irresponsável, infantil, preguiçoso, necessitando a intervenção redentora do arquiteto e/ ou Estado” (CAVALCANTI, 1987, p. 44).

A criação do homem novo, como já foi mencionado anteriormente, perpassava pela educação, através da arquitetura. Um exemplo de como se pensava essa educação pode ser encontrado no livro *O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões*, escrito pelo o engenheiro-arquiteto Rubens Porto em 1938. As idéias expostas nesse livro estão calcadas nos pressupostos modernos. No início de seu discurso, o autor cita Ebeneser Howard (1850-1928) e a proposta das *Cidades – Jardins*. Logo após, quando descreve seu anteprojeto, Porto toma como base de sua proposta as *neighbour-hood unit cells*, ou *unidades de vizinhança*, idealizadas por Perry. Assim, Porto baliza sua proposta com os preceitos do Conjunto autônomo, no qual os moradores deveriam encontrar tudo o que precisassem, exceto trabalho. Desta forma, a moradia deveria ser complementada pelo lazer, pelo comércio e por serviços, sendo o mais importante a escola, a partir da qual o Conjunto deveria ser dimensionado.

O caráter normalizador, presente no discurso dos teóricos do Urbanismo Progressista, se pretendia, através de habitações higiênicas, corretamente mobiliadas e atendidas por um programa de serviço social, transformar os hábitos dos seus moradores. Como

exemplo, segue uma das justificativas do autor para o emprego dos pilotis na construção:

*Os “pilotis” resolvem, portanto, mais este problema, aliás de alta relevância social, de vez que naquela área agradável e amena, em constante contato com a natureza, os homens podem se reunir à noite e nas suas horas de lazer, organizando diversões, jogos, palestras, etc. Com um pouco de jeito e persistência, pôde-se forçar o operário a freqüentar com assiduidade essas reuniões, bastando, para tal, atraí-lo por meio de distrações, como sejam: leitura de jornais (gratuitos), um bom rádio, ping-pong, bilhar, xadrez, damas e mesmo “cartas” (baralho), que geralmente tanto aprecia. (PORTO, 1938, p. 46)*

Desta forma, o objetivo dos projetos para habitação popular transcenderia a simples oferta de abrigo, e partiria para esse processo de reeducação, seja através de espaços, seja através de regulamentos para “habitar”. Essa idéia de ensinar a morar já estava consolidada desde muito tempo nas propostas de Portinho, que no ano de 1942 publica *A Habitação – o Homem*, na Revista Municipal de Engenharia:

*(...) O homem civilizado do Século XX (...) vive em sua maior parte, em habitações mal projetadas técnica e economicamente, construídas em desacordo com a escala humana, de nível sanitário inferior, sem ar, sem luz, sem vista e quasi sempre, atulhada de móveis incômodos, imensos e inúteis. Habitações que fizeram da mulher uma escrava doméstica, sempre preocupada com sua limpeza e conservação. (...) Parece-nos que já é tempo de oferecer a este homem da era maquinista, (...) uma habitação digna dele e de sua época. Uma máquina de habitar, bem equipada e organizada (...). Produzida industrialmente poderá tornar-se acessível à população e, considerada como um prolongamento dos serviços públicos (...). A base econômica da construção é sem dúvida a sua industrialização e a estandartização dos seus elementos tais como: estrutura, janelas, portas, escadas, etc. (PORTINHO, 1942, p. 10-11)*

À época da fundação do DHP os arquitetos brasileiros já haviam ampliado os debates sobre a nova arquitetura e suas potencialidades plásticas e funcionais, bem como das suas vantagens econômicas. Le Corbusier já havia feito sua primeira visita ao Brasil, e

os CIAM já haviam se reunido algumas vezes, tendo, como já foi visto, incluindo em suas discussões a habitação econômica e a elaboração de planos para as cidades da era da máquina. O arquiteto Gregori Warchavchik (1896-1972), um dos fundadores da Arquitetura Moderna brasileira, foi o representante dos CIAM na América Latina, a convite de Le Corbusier, por indicação do crítico de arte Pietro Maria Bardi. No entanto, o arquiteto nunca havia comparecido às conferências, embora tivesse uma correspondência assídua com alguns de seus representantes, havendo a troca de informações e a publicação de obras suas nos congressos.

O campo de atuação do DHP direcionava-se para o projeto e construção de Conjuntos habitacionais, tendo como público os funcionários municipais. Mas também tinha uma vertente voltada para o licenciamento de projetos para casas, as denominadas “casas proletárias” com área máxima de 70 m<sup>2</sup>, ou 60 m<sup>2</sup> por pavimento, no caso de possuírem dois pavimentos. O departamento deixava a disposição do público, projetos para pequenas casas, formulados por seu corpo de arquitetos.

Para os idealizadores do Conjunto Mendes de Moraes, deveria haver para cada bairro, um Conjunto seguindo seu padrão de autonomia, cujos moradores deveriam ser funcionários da prefeitura do DF que trabalhassem nas redondezas. Assim, o DHP conseguiu executar além do Mendes de Moraes (1947), os Conjuntos Marquês de São Vicente, na Gávea (1952), contendo 748 unidades no projeto, tendo sido executadas apenas 328; o Conjunto Residencial de Paquetá (1952), localizado na ilha carioca de mesmo nome, com 27 unidades; e o Conjunto Residencial Santa Isabel (1955), localizado em Vila Isabel, na Rua Barão do Bom Retiro. Os dois primeiros são de autoria de Reidy e os dois últimos de autoria do arquiteto Francisco Bologna (1923-).

## **2.2 – Mendes de Moraes, um Conjunto de idéias**

As soluções plástica e funcional do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes se fundamentam nas correntes teóricas pensamento do Urbanismo, e da Arquitetura Moderna, que levantaram questões como a solução dos problemas habitacionais, através de cidades ou bairros autônomos e as mudanças de hábito para viver a era moderna.

Claras e predominantes são as influências de Le Corbusier, com o discurso voltado para a economia e racionalidade, sempre apoiado na simplificação e produção em

série, aumento da densidade populacional e inserção urbana que impedisse os grandes deslocamentos. Também é indiscutível a influência dos CIAM, na concepção do Conjunto, mais diretamente nos assuntos da habitação mínima e das Unidades de Vizinhança.

Tanto Reidy, quanto Portinho, encontravam-se no âmbito dessas discussões, através de contatos diretos com Le Corbusier e sua obra. A essa altura, Reidy já tivera participado do projeto do MEC e trocava correspondências com o arquiteto franco-suíço. O primeiro contato de Reidy com Corbusier foi através das publicações deste arquiteto. Reidy lia em vários idiomas e buscava conhecimento através de livros e revistas, como forma de reação à imposição dos cânones acadêmicos que tivera em sua formação. Aplicando boa parte do conhecimento adquirido com Corbusier, e adaptando-o para sua própria linguagem estética, Reidy, em conjunto com Portinho, idealizam, projetam e executam o Conjunto Mendes de Moraes, obra que acabou por se tornar uma das mais importantes e expressivas da Arquitetura Moderna Brasileira.

Localizado no limite dos bairros de São Cristóvão e Benfica<sup>6</sup>, o terreno destinado à construção do Conjunto se caracteriza por possuir um sítio acidentado e forma irregular totalizando 50.000 m<sup>2</sup>. O terreno se divide em uma parte com inclinação suave, quase plana, e outra composta por uma colina, cuja diferença de nível chega a 50m. Além de sua topografia acidentada, o terreno tinha outro problema a ser vencido: tendo em vista que a “encosta é voltada para o poente, o que constitui uma condição desfavorável, compensada, entretanto, em parte pelo magnífico panorama que dela se descortina” (REIDY, 1948, p. 3).

Destinado aos funcionários do DF, o Conjunto foi projetado com base em um *censo*<sup>7</sup>, que resultou na inscrição de 570 famílias, das quais foram identificados dados como a composição familiar, profissão, renda familiar e condições de moradia dos candidatos a residirem no Conjunto. Através deste censo foi estabelecido o programa, no qual estavam estabelecidas diretrizes como: a variedade de número de quartos por apartamento e a demanda para os edifícios de assistência, principalmente os de

---

<sup>6</sup> A Rua Marechal Jardim, onde se localiza o bloco A faz parte do bairro de São Cristóvão, enquanto as ruas Capitão Félix e Lopes Trovão, por onde se tem acesso às demais edificações encontram-se no bairro de Benfica.

<sup>7</sup> De acordo com texto assinado por Reidy e Portinho, publicado no livro Affonso Eduardo Reidy organizado por Nabil Bonduki, este censo foi fundamental para a concepção do projeto. Foi a partir dele que as famílias que iriam residir no Conjunto foram selecionadas.

educação infantil, os quais seriam divididos em creche, jardim de infância e escola primária.

Retomando alguns princípios já descritos no primeiro capítulo desta dissertação, é importante ressaltar que existem muitos pontos de encontro entre as premissas de Perry e dos CIAM. Para o primeiro, em resumo, as Unidades de Vizinhança teriam como bases a dimensão do Conjunto baseado no número de vagas que a escola poderia oferecer, a criação de parques e espaços de convivência de modo a reforçar as relações de vizinhança, a implantação de serviços públicos em local central do conjunto, implantação de comércio e a adoção de um sistema hierarquizado de vias, separando-se velocidades e natureza dos transportes.

A Carta de Atenas retoma essas mesmas premissas, porém de forma mais detalhada e organizada de acordo com o cotidiano de um *homem tipo*. Em termos gerais os pressupostos da Carta de Atenas são: compensar a densidade, barateando o custo da implantação de infra-estrutura, com o aumento da altura dos edifícios, proporcionando condições de ventilação e iluminação adequadas às moradias; proporcionar habitações mínimas, porém confortáveis, com adequação do mobiliário à arquitetura; transformação do homem através da moradia; moradia integrada aos serviços básicos e ao lazer; liberação do solo com a utilização dos pilotis; implantação de Conjuntos Habitacionais próximos aos locais de trabalho; hierarquização viária evitando-se o cruzamento de vias através da diferença de níveis.

A concepção do Conjunto Mendes de Moraes levou em consideração todos os pressupostos descritos acima. Seguindo os pressupostos da Carta de Atenas, a ocupação do terreno visou aproveitar a parte acidentada com a edificação que abrigaria o maior número de unidades habitacionais. O bloco único foi implantado de maneira a acompanhar o desenho feito pelas curvas de nível do terreno, fazendo-se assim pouco movimento de terra. O uso de pilotis tinha então duas funções: a primeira era a de elevar o bloco do solo, para que possibilitar a criação de bosques para passeio; a segunda era a de também vencer ainda alguns acidentes do terreno, não precisando planificá-lo.

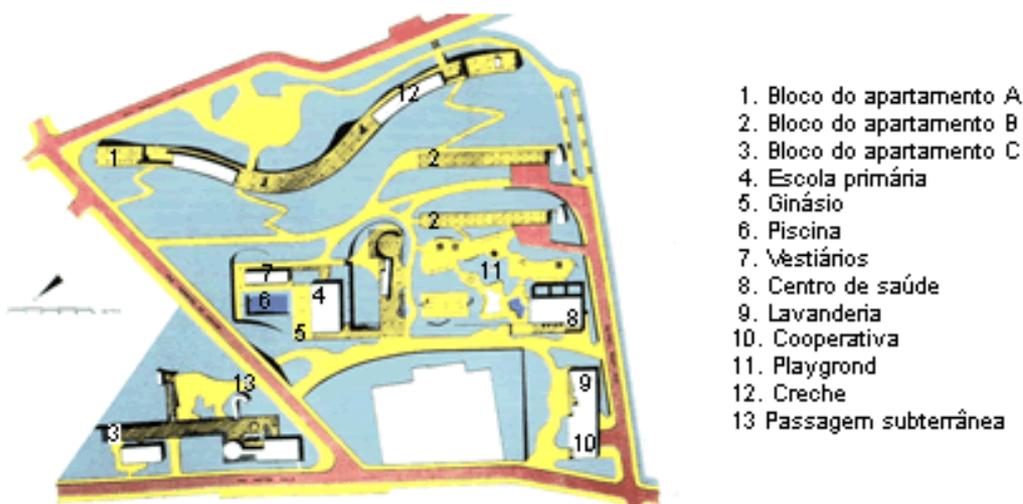


Figura 6: Implantação dos edifícios do Conjunto.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

Na parte mais baixa, foram implantadas as edificações destinadas à assistência pública e lazer: posto de saúde, lavanderia/ mercado, escola primária, ginásio, vestiários e a piscina. Em platôs intermediários, foram dispostos os dois blocos residenciais menores. Em uma parte do terreno mais afastada, seria construído um edifício residencial de doze pavimentos, bloco C, que teria em anexo uma creche e uma escola maternal.

O Conjunto está situado muito próximo à Avenida Brasil, importante eixo de comunicação da cidade. Uma via de grande movimento (Av. Capitão Félix), passa próxima ao Conjunto, e destina-se ao acesso à Avenida Brasil. As demais vias que circundam o terreno são de pouco movimento. As edificações são afastadas das vias de circulação de carros, possuindo, no entanto, ligação com elas. Próximo à via de maior circulação, implanta-se apenas o prédio destinado à lavanderia e mercado<sup>8</sup>. Vias de pedestres, situadas no interior do terreno, liga todas as edificações. Nota-se então, o emprego no Conjunto da hierarquização viária, proporcionando a circulação de carros por vias periféricas e de pedestres pelo interior do terreno.

Se o bloco C tivesse sido construído, este estaria separado do restante do Conjunto por uma via. Para haver uma circulação exclusiva de pedestres ligando os dois

<sup>8</sup> A localização do mercado se dá de acordo com as recomendações de Perry, ou seja, em um dos cantos da Unidade de Vizinhança próximo ao encontro de duas vias de circulação de carros.

grupos, lançou-se mão da diferença de níveis para o cruzamento entre as duas vias, fazendo uma passagem subterrânea.



Figura 7: Hierarquia viária proposta.

A escola tinha fundamental importância para as Unidades de Vizinhança preconizadas por Perry. Tanto, que o dimensionamento do número de moradias, o tamanho do Conjunto, deveriam ser feitos de acordo com a capacidade de vagas que a escola poderia suportar, bem como pela distância máxima a ser percorrida a pé pelas crianças. Os idealizadores do Conjunto Mendes de Moraes sublinham a importância da escola para o Conjunto:

*A escola primária é, sem dúvida, um dos mais importantes elementos da comunidade. É um centro de influência atuando na formação do caráter e das personalidades das gerações futuras. Na escola primária a criança aprende a viver e a se comportar em sociedade. A influência da escola ultrapassa a criança e vai penetrar nos lares de seus pais, levando aos mesmos noções e conhecimentos que muito contribuem para elevar seu nível de educação. (PORTINHO e REIDY apud BONDUKI, 2000, p. 84)*

Para eles a “construção do homem novo” passa pela escola, pelas crianças, o que leva o direcionamento das atenções para este edifício do Conjunto. Carmen Portinho comenta um dos objetivos da escola:

*A criança aprende a comer merenda na escola. Quando chega em casa não fica mais comendo como as pessoas pobres fazem. Eles não botam a mesa. Vão na cozinha, arrumam o prato e saem comendo pela casa toda. De modo que a criança passando a comer na mesa atrairá o resto da família (PORTINHO apud CAVALCANTI, 1987, p. 46).*

Localizados no centro do Conjunto, conforme recomendado por Clarence Arthur Perry, a escola e os edifícios destinados ao lazer, possuem um rebuscado tratamento plástico, que se reflete na conjugação de abobadas com fechamentos verticais revestidos com painéis de azulejo decorados. Estes painéis de cerâmica presentes nas fachadas do ginásio e do vestiário, e também nos pilotis da escola, foram confeccionados por artistas de grande expressão, como Cândido Portinari, Anízio de Medeiros e Roberto Burle Marx. Assim, os painéis cumpriam a função de integrar arte e arquitetura, bem como oferecer as crianças a oportunidade de vivenciar a arte no dia a dia. Os painéis de Portinari e Burle Marx, este localizado nos pilotis, trazem como tema brincadeiras de criança. Carmen Portinho deixou clara textualmente a importância da contribuição destes artistas, bem como a adesão dos mesmos à ideia do Conjunto pois, segundo ela, “nenhum desses artistas cobrou sequer um centavo” (apud BONDUKI, 2000, p. 99).

O edifício da escola possui dois pavimentos sendo o térreo composto pelos pilotis, onde se localizam os sanitários feminino e masculino, a despensa, a cozinha, o W. C. e o refeitório. O segundo pavimento, ao qual se tem acesso por uma rampa, compreende secretaria, sala dos professores, equipada com banheiros feminino e masculino, sanitários para os alunos, banheiro para funcionários e seis salas de aula. Os compartimentos do segundo pavimento são conectados por uma circulação retilínea, que possui como vedação ao exterior parede de cobogós, com finalidade de permitir a ventilação cruzada nas salas. As salas de aula, a sala dos professores e a secretaria possuem um terraço com jardim.

A funcionalidade da escola é assim explicada por Reidy e Portinho:

*A sala de classe é o elemento básico de uma escola moderna. Sai do tipo tradicional para construir uma unidade individual que permite uma relação mais íntima entre mestres e alunos, maior flexibilidade*

na disposição do mobiliário e maior contato com o exterior, utilizando espaços ao ar livre imediatamente ligado às mesmas.

*Pelo Censo realizado, verificou-se que a escola primária do Conjunto deveria ter capacidade para a freqüência de 200 crianças (de 7 a 11 anos), ou seja, cinco salas de aulas de 40 alunos cada. As condições locais do terreno, bem como o propósito de orientar as salas de classe para o sul – lado da sombra -, levou-nos a adotar a forma quadrada para as mesmas.(...) As salas de classe prolongam-se em amplos terraços ao ar livre, nos quais, durante os dias mais quentes, são realizados os trabalhos escolares.*

*A escola funciona em dois turnos, podendo, pois, atender não só os moradores do Conjunto, como também parte das crianças excedentes das escolas dos bairros vizinhos". (PORTINHO e REIDY apud BONDUKI, 2000, p. 86)*



Foto 1: Fachada Sul da Escola.  
Helga Santos, 2004.

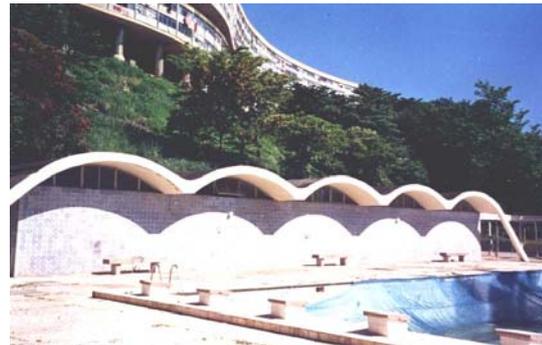


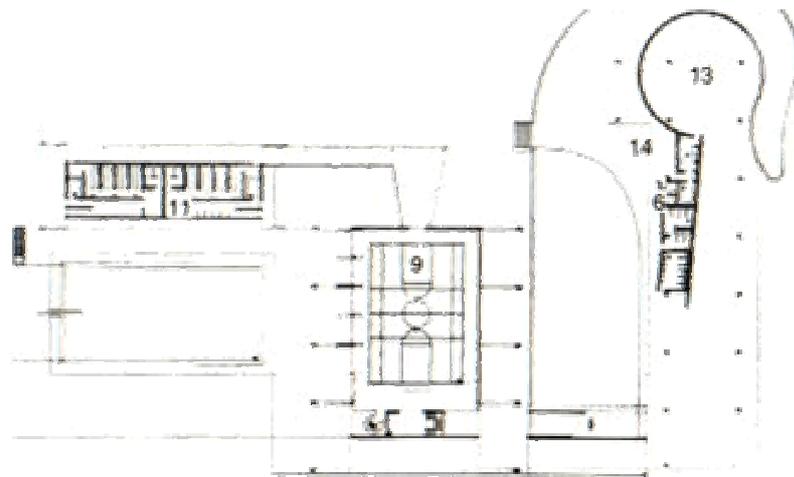
Foto 3: Vestiários e Piscina.  
Helga Santos, 2000.



Foto 2: Fachada Norte da Escola.  
Helga Santos, 2000.

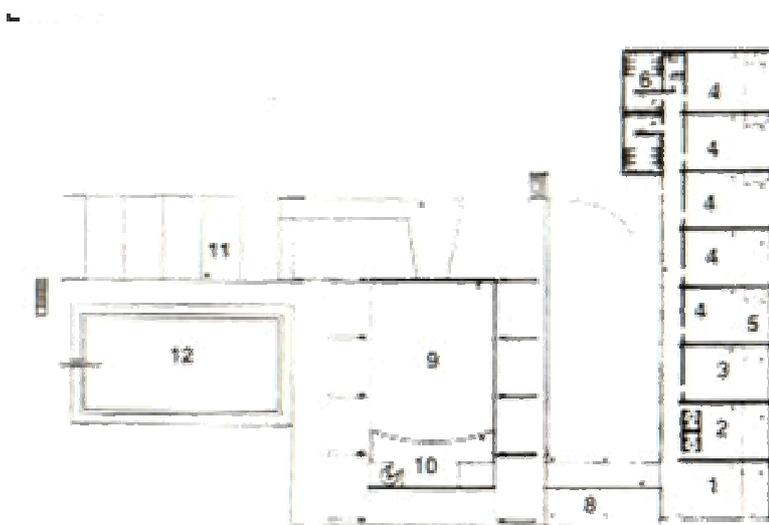


Foto 4: Ginásio.  
Helga Santos, 2000.



- 1. Hall de entrada e administração
- 2. Secretaria
- 3. Biblioteca
- 4. Sala de Aula

- 5. Terraço
- 6. Banheiro
- 7. Corredor
- 8. Rampa
- 9. Ginásio



- 10. Balcão
- 11. Vestiário
- 12. Piscina
- 13. Pátio
- 14. Cozinha



ESCOLA



Figura 8: Escola Primária, Ginásio, Vestiários e Piscina.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

Além da escola primária, o atendimento educacional às crianças do Conjunto teria o reforço de creches e escolas maternas acopladas aos blocos A e C. Assim, a mãe ao sair para o trabalho deixaria o filho pequeno no próprio prédio, em espaços projetados para o desenvolvimento de sua educação, até que se atingisse a idade de freqüentar a escola primária.

Se a escola primária, apoiada pelas creches e escolas maternas, se encarregaria da educação das crianças, um grupo de assistentes sociais, instituído pela própria Carmen Portinho, cuidaria da disciplina dos moradores do Conjunto. Segundo o regimento, o Serviço Social do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes teria sido criado com o objetivo de promover o bem-estar social, garantindo a assistência social das famílias moradoras do Conjunto. Ao avançar na leitura do regimento, podemos observar que “promover o bem-estar social”, seria garantir o respeito às regras impostas para a moradia no conjunto. É importante ressaltar que está explícito no regimento que o Serviço Social está “diretamente subordinado ao DHP”<sup>9</sup>.

O Serviço Social se dividia em duas esferas, sendo estas o Serviço Social de Família e o Serviço Social de Grupo. Esta última se dividia em quatro grupos: Cultural (Recreativo), Médico, Escolar e Econômico. Ao Serviço Social de Família competia:

- a) *promover o ajustamento social de cada família residente no Conjunto;*
- b) *estudar os problemas econômico-sociais das famílias e promover a adoção de medidas tendentes a solucioná-los;*
- c) *colaborar com a administração do Conjunto na pesquisa e identificação das causas de inobservância do regulamento, examinar as medidas relativas às mesmas, propondo meios para removê-las;*
- d) *promover entrevistas com os descontentes e ajustamento das queixas;*
- e) *manter atualizado o fichário social das famílias residentes no Conjunto;*
- f) *programar com a As-CRMM um informativo para integrar os recém-admitidos. (DHP, 1950, p. 3 e 4)*

Nota-se no texto uma busca pela adaptação das famílias àquela nova realidade de moradia, através do controle do atendimento ao regulamento ou através da integração das famílias recém chegadas ao Conjunto. Outro objetivo seria o de tentar “promover” o ajuste social e econômico das famílias.

---

<sup>9</sup> Toda a referência do regimento é retirada do próprio.

O Serviço Social de Grupo, mantinha um maior número de atribuições, tendo em vista que se dividia em quatro “setores”. O primeiro a ser descrito é o setor Cultural – recreativo, o qual deveria:

a) *promover cursos, palestras, reuniões com os seguintes objetivos:*

1. *auxiliar o indivíduo a formar uma idéia clara da necessidade de escolher bem as atividades das suas horas de lazer e da responsabilidade do seu uso adequado;*
2. *desenvolver a compreensão e a crítica das formas de recreação e de atividades não profissionais no modo mais útil ao indivíduo;*
3. *criar a oportunidade de aprender vários misteres ou ofícios e por eles se interessar;*
4. *mostrar as conexões supletivas entre o lazer e o trabalho;*
5. *estimular a cooperação social, o espírito de equipe, a solidariedade e o respeito mútuo;*
6. *orientar o espírito crítico para o bom gosto e a excelência nas artes plásticas, na música e na literatura.*

b) *proporcionar recreação física e mental;*

1. *atividades esportivas;*
2. *atividades culturais;*
3. *atividades sociais;*

c) *promover cursos de economia doméstica.*

*Parágrafo único: Os cursos, programas, condições de matrícula, regime escolar e condições de habilitação serão estabelecidos pelo Serviço Social e submetidos à aprovação do 4 H.P. (DHP, 1950, p. 4 e 5)*

Começa a se observar, ao longo do desenvolvimento da redação do regimento, o grau de *normalização* pretendido para os moradores do Conjunto. Com uma postura claramente didática, a primeira atribuição do Setor Cultural-Recreativo seria a de *esclarecimento*, para que o morador tivesse clareza quanto aos benefícios e a importância de seu crescimento cultural, bem como da sadia convivência coletiva, baseada na “cooperação social, o espírito de equipe, a solidariedade e o respeito mútuo”, seja através dos esportes, da convivência social ou cultural.

O Setor Médico seria o responsável por um importante viés tratado pela Arquitetura Moderna: a higiene e a saúde nas construções. Neste caso, o controle, o diagnóstico e a cura de doenças infecto-contagiosas. Assim, o setor médico deveria:

- a) *promover e manter estreita colaboração com os serviços médicos do Conjunto Residencial para garantir a preservação da saúde coletiva;*
- b) *proceder o aconselhamento médico, odontológico e relativo à higiene pessoal;*
- c) *auxiliar o tratamento dos casos clínicos por uma constante orientação social e educativa dos doentes;*
- d) *estudar e seguir os casos individuais dos hospitalizados;*
- e) *promover o ajustamento social dos casos individuais que exijam readaptação;*
- f) *promover o ajustamento dos casos de menores anormais;*
- g) *encaminhar periodicamente as famílias aos serviços Médicos do Conjunto para controle do estado físico, afim de assegurar o cumprimento do artigo 6º do regulamento;*
- h) *entrar em entendimento com os Serviços de Biometria Médica e Hospital do Servidor (DAF), quando a sua cooperação se fizer necessária, para a garantia da Assistência médico-social, as famílias residentes no Conjunto;*
- i) *promover campanhas de educação sanitária, alimentar, sexual e profilaxia das doenças venéreas. (DHP, 1950, p. 5 e 6)*

Ao Setor Escolar, caberia o acompanhamento daqueles que seriam a nova geração transformada, cuja educação deveria ser oferecida através da disciplina e da colaboração entre pais e escola. As atribuições deste setor eram:

- a) *promover o ajustamento da criança ao convívio escolar a fim de ser alcançado o melhor rendimento das atividades escolares;*
- b) *pesquisar e estudar as causas de impontualidade, absenteísmo, indisciplina do escolares domiciliados no Conjunto;*
- c) *entrar em entendimento com a Diretora da Escola do Conjunto quando a sua cooperação se fizer necessária para a solução de assuntos de natureza social;*
- d) *manter estreita colaboração da família com a escola. (DHP, 1950, p. 6)*

E, finalmente, ao Setor Econômico, caberia “organizar cooperativas de consumo e trabalho” (DHP, 1950, p. 6). As cooperativas ocupariam a edificação destinada ao mercado, que funcionaria já na inauguração do conjunto. Fechava-se assim, o círculo que compreendia a tríade cultura-saúde-educação, que seria responsável, segundo

os idealizadores do projeto do Conjunto, pela transformação da população que nele residiria.

Estava, então, lançado o plano de trabalho das assistentes sociais para com os moradores do Conjunto. Havia ainda, um conjunto de normas direcionadas ao próprio pessoal do Serviço Social, que tinha como objetivo a disciplina, a seriedade do trabalho e a cooperação entre esses trabalhadores e os demais grupos do DHP.

As assistentes sociais seriam responsáveis pelo cumprimento das normas, as quais os moradores do Conjunto deveriam respeitar, estas estavam descritas no “REGULAMENTO PARA O CONJUNTO RESIDENCIAL PREFEITO MENDES DE MORAES”<sup>10</sup>, que cada morador receberia. Já em uma primeira leitura do texto do Regulamento, pode-se logo observar o caráter autoritário e centralizador, na figura do DHP, que domina sua redação. O tom desse texto guarda resquícios do modelo de governo ditatorial, do qual o país ainda estava despertando, velado por um idealismo de educar a população a viver nesta nova forma de moradia.

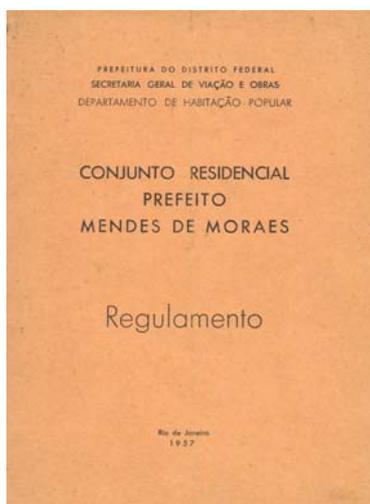


Figura 9: Capa do Regulamento destinado aos moradores.

Fonte: NPD

Logo no artigo 2.<sup>o</sup> o regulamento já estabelece a relação de propriedade dos apartamentos, o aluguel; e a quem se destinava: “exclusivamente, a servidores municipais” (DHP, 1950<sup>a</sup>, p. 1), os quais faziam parte de uma relação que seria aprovada pelo próprio Prefeito. A forma de pagamento, através do desconto em folha de pagamento, está prescrito nesse artigo.

---

<sup>10</sup> Toda a referência do regimento é retirada do próprio.

No artigo 4º está uma parte do regulamento que muito dos moradores se recordam, a de que só poderiam residir no conjunto, os que passassem pelos exames médicos, pois o contrato não seria assinado se algum membro da família apresentasse alguma “moléstia infecto-contagiosa”. Da mesma forma, no artigo 6º, estava presente a proibição da permanência de quem apresentasse alguma doença infecto-contagiosa nos apartamentos ou nas áreas comuns do Conjunto, cabendo aos próprios moradores, comunicarem este fato à administração, para que esta pudesse tomar as providências cabíveis.

No artigo 5º estava presente uma preocupação com a sublocação dos cômodos das unidades, o que era proibido. De forma a manter esse controle, o DHP teria sempre atualizada a lista dos moradores e seus familiares, sendo que qualquer visitante que pretendesse pernoitar no apartamento deveria antes ser autorizado pelo próprio diretor do DHP. O uso dos apartamentos também estava fixado no regulamento, sendo vetada qualquer atividade que não fosse residencial, sendo permitido apenas a costura, desde que não houvesse a necessidade de contratação de outras pessoas (Arts. 7º, 8º e 12).

O artigo 9º versava sobre as responsabilidades do morador com relação aos danos ao patrimônio do Conjunto, a conservação do apartamento, utilização indevida dos jardins, áreas coletivas, pelo descumprimento dos horários de funcionamento das áreas de esporte e lazer e, pelo estacionamento e circulação de carros em áreas não autorizadas. Mais adiante, no artigo 13, o DHP se coloca como o responsável por consertar as avarias nos apartamentos, podendo a despesa ser descontada do morador, na folha de pagamento, de acordo com a decisão do Prefeito.

O artigo 11 define que o morador, ou locatário deveria permitir o acesso dos funcionários do DHP, em todas as dependências dos apartamentos, com a finalidade de se realizar vistorias, de maneira a comunicar ao diretor do DHP quaisquer irregularidades encontradas.

O artigo 15 era composto pelo que era “expressamente proibido”. Seis itens constituíam esse artigo, sendo o mais interessante o item (c), referente à proibição de “estender ou colocar qualquer roupa ou objeto de uso pessoal ou doméstico, nas paredes externas, peitoris, varandas, galerias de acesso, gradis ou lugares de uso comum” (DHP, 1950<sup>a</sup>,p.6).

Sobre a lavanderia e seu funcionamento versava o artigo 16, que definia seu uso exclusivo para os moradores do Conjunto, sendo a taxa já incluída no aluguel, referente à lavagem de 2 kg de roupas por ocupante do apartamento. Era “vetado”, segundo o regulamento, lavar roupas nas unidades habitacionais ou nas áreas comuns do conjunto. Nos artigos seguintes eram apresentados os edifícios destinados aos demais serviços aos moradores, sendo o último artigo referente à conservação dos edifícios e jardins, que ficaria a cargo do DHP.

A introdução destes novos hábitos perpassava pela intimidade dos moradores, como por exemplo, a adoção de um sistema automatizado de lavanderia e a supressão da área de serviço nos apartamentos. Segundo Carmen e Reidy (*apud* BONDUKI, 2000), esta supressão acabaria por viabilizar economicamente o custo da construção da edificação para a lavanderia. Os idealizadores do projeto assim descrevem as vantagens da lavanderia para os moradores, segundo eles, um sucesso comprovado nos três primeiros anos de uso:

*A lavagem gratuita da roupa demonstrou, em três anos de experiência, ser um valioso auxiliar no serviço social, porque produziu uma sensível modificação no aspecto e modo de vida dos moradores, principalmente nas crianças, as quais anteriormente andavam sujas e mal cuidadas, por não terem suas mães tempo suficiente para lavar e passar, com a necessária freqüência, as roupas de seus filhos, ocupadas que estavam com os demais serviços da casa, limpando arrumando, cozinhando, cozendo, etc. Estas mesmas crianças apresentam-se hoje limpas e com boa aparência e suas mães dispõem de tempo extra para outros misteres. (PORTINHO e REIDY *apud* BONDUKI, 2000, p. 87)*

O arquiteto e a engenheira ressaltam ainda a vantagem de evitar-se o “espetáculo de roupa pendurada, escorrendo água pelas paredes das fachadas, que é tão comum até mesmo nas habitações de luxo” (*apud* BONDUKI, 2000, p. 87). No entanto, eles não escondem o fato de no início a proposta da lavanderia não ter sido aceita plenamente pelos moradores. Alegavam que essa dificuldade se dava pela vergonha que os moradores tinham do estado em que se encontravam suas roupas, não podendo ser por motivos econômicos, tendo em vista que esse serviço não apresentava custos extras, pois seu valor estava embutido na taxa do aluguel. Para ambos, o problema foi

vencido com a marcação do número dos apartamentos nas roupas com tinta invisível<sup>11</sup>.

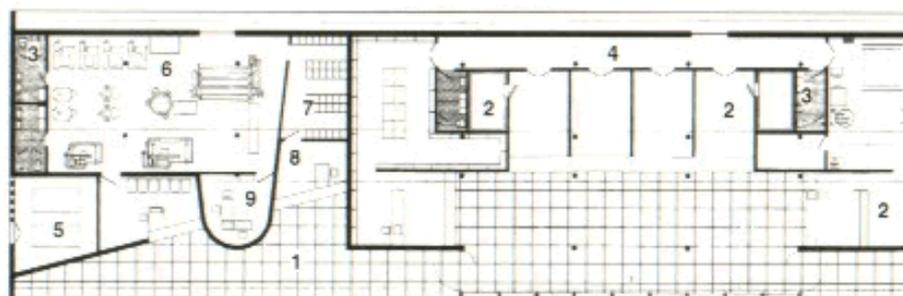
A funcionalidade, marca nas obras de Reidy, está presente na solução do projeto da lavanderia. Ocupando a mesma edificação do mercado, mas fisicamente separada e com entrada independente, a lavanderia contava com uma organização espacial que permitiria a “linha de produção” do processo de lavagem mecanizada. Assim, as roupas eram recebidas através de um balcão, em seguida marcadas, lavadas e desinfectadas, armazenadas nos escaninhos correspondentes aos apartamentos, sendo retiradas pelos moradores por outro balcão, já passadas. A lavanderia contava também com acesso de serviço, banheiro para os funcionários e sala de administração. O acesso do público era restrito ao pátio de entrada da edificação.

#### COOPERATIVA E LAVANDERIA



CORTE TRANSVERSAL

1. Terraço de entrada
2. Cooperativa/ depósito de gêneros
3. Banheiro
4. Corredor
5. Marcação de roupas
6. Lavanderia
7. Vestiário
8. Depósito e expedição
9. Administração



PAVIMENTO TÉRREO



Figura 10: Mercado e Lavanderia.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

<sup>11</sup> Essa marcação com tinta invisível foi descrita por apenas uma moradora do bloco B em conversa informal no corredor. Seu pai era administrador do Conjunto e a levou para ver a lavanderia, de onde ela guarda a lembrança de uma “luz roxa”, que era utilizada para a leitura desta tinta invisível.

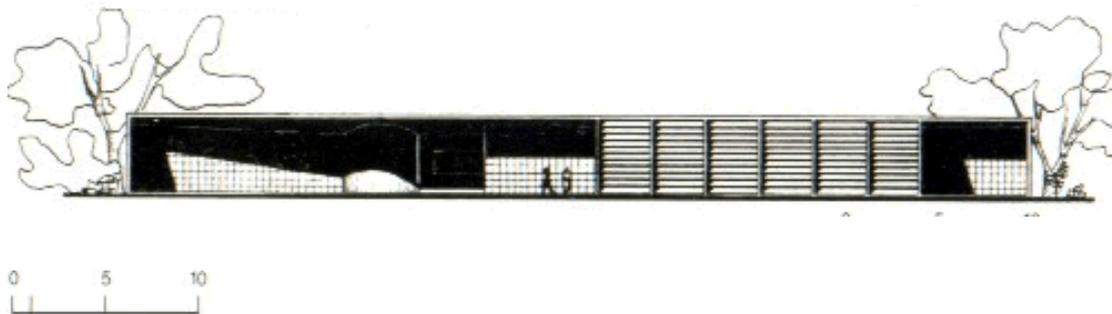


Figura 11: Mercado e Lavanderia - Fachada Frontal.

Fonte: , Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

O projeto do mercado tem como marca a disposição dos boxes voltados para um pátio coberto e fechado por painéis de brises horizontais. A conexão entre os boxes e o pátio para o público era feita através de balcões. Num total de seis, estes boxes eram destinados à mercearia, açougue, peixaria, quitanda, laticínios e padaria. Dois desses boxes eram equipados com frigorífico e um deles com depósito. Os acessos de serviço e público eram separados. O primeiro contava com baia de estacionamento, carga e descarga. Apenas através deste acesso chegava-se aos boxes e aos sanitários para funcionários.

Além dos painéis de brises que tinham a função de proteger a fachada norte da insolação, outra preocupação com o conforto térmico se reflete no rebaixo na parte central da edificação ao longo de sua extensão, que permitia a ventilação através da cobertura.



Foto 5: Mercado/ Lavanderia - Fachada Norte. Fonte: AGCRJ, 1950.



Foto 6: Mercado/ Lavanderia – Fachada Sul. Fonte: AGCRJ, 1950.

O projeto do Conjunto conta, ainda como parte dos serviços comuns aos moradores, com um posto de saúde, no qual estes teriam atendimento médico e dentário, além da possibilidade de nele ocorrerem pequenas cirurgias. Acreditava-se que com o devido acompanhamento da saúde dos moradores se poderia precaver doenças, e quando estas não pudessem ser evitadas, poderiam ser lá mesmo tratadas.

A edificação destinada ao posto de saúde contava então com recepção, consultórios, sala para curativos, farmácia, sanitários, quartos para observação (estes acoplados aos jardins e equipados com banheiros), e os compartimentos de apoio como administração, refeitório, cozinha e lavanderia. A varanda localizada na parte da frente da edificação destinava-se à espera, sendo protegida da insolação por brises verticais.

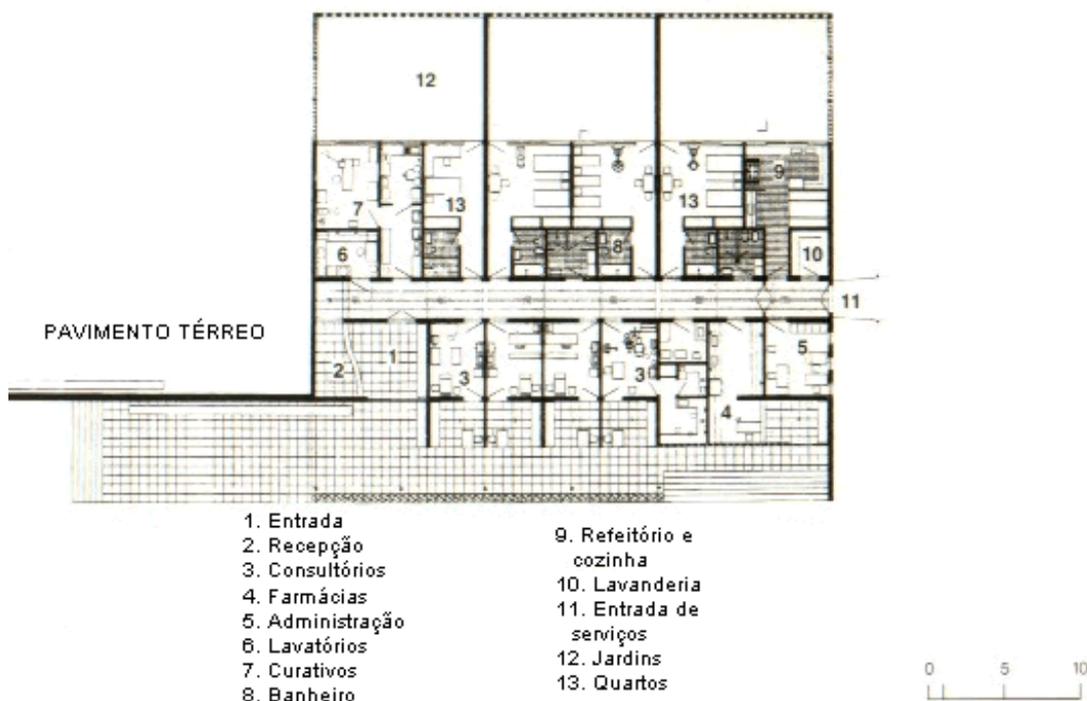


Figura 12: Posto de Saúde - Planta.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

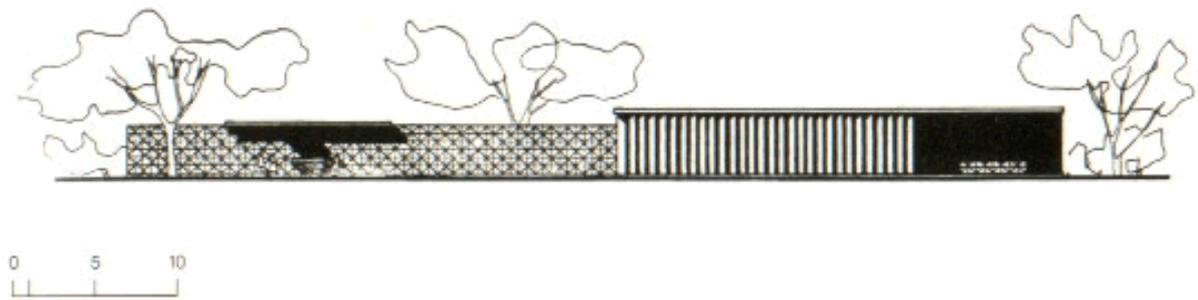


Figura 13: Posto de Saúde - Fachada Frontal.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.



Foto 7: Posto de Saúde.

Fonte: AGCRJ, 1950.

A preocupação com os esportes e o lazer se fazia presente na concepção do Conjunto. Para tanto, lançou-se mão das áreas externas aos prédios para a criação de jardins, a implantação de uma piscina e a construção de duas edificações destinadas aos vestiários e ao ginásio.

Integrado à escola, o ginásio destina-se tanto à prática de esportes, quanto às festividades do Conjunto e escolares. Além do ginásio havia, ainda, um campo ao ar livre, também destinado à prática de esportes. Contíguo ao ginásio encontram-se a piscina e os vestiários. A integração entre piscina, vestiários e ginásio se faz total quando as portas deste se abrem, formando-se assim, uma única área de esportes. Mesmo não possuindo cercas, o acesso à piscina seria controlado pelos instrutores,

de maneira que antes de nela entrarem, os freqüentadores deveriam passar pelos vestiários onde deveriam tomar banho.

A opção pela verticalização das edificações e a implantação dos maiores blocos, os residenciais, sobre pilotis foram decisivas para a liberação de áreas livres no terreno. Para o lazer das crianças, após o tempo que permaneciam na escola, havia uma praça, com brinquedos, um lago e uma caixa de areia, onde elas poderiam brincar sob os cuidados de duas assistentes sociais. Assim, além dos jardins, vários caminhos exclusivos para os pedestres cortavam o terreno, com a finalidade de proporcionar caminhadas. Sob os pilotis, os moradores também poderiam se reunir.



Foto 8: Brincadeiras no espelho d'água.

Fonte: Acervo Lúcia Freitas

Na solução dos blocos residenciais é flagrante a influência do arquiteto Le Corbusier. Os estudos de Le Corbusier para Conjuntos de casas como a *Ville Radieuse* (1929), ou para o Rio de Janeiro e Argel, estes últimos com partidos em curva acompanhando a topografia do sítio, possuem as mesmas características encontradas no Conjunto de Pedregulho, como as dimensões mínimas de cozinha e banheiro, espaços reversíveis por divisórias, volumes sobre pilotis com o objetivo de liberar o térreo para o lazer.

O acesso ao bloco A, se faz por duas passarelas, uma localizada próxima ao centro do edifício, outra em uma das extremidades. Através da passarela central chega-se ao pavimento intermediário, no nível da via, localizado no terceiro pavimento do edifício. É possível através deste pavimento ter uma vista panorâmica, atravessando-se a Avenida Brasil até chegar a Baía de Guanabara. É possível também ver o casario até os limites das montanhas que limitam os bairros de Manguinhos e Triagem. Segundo os idealizadores do projeto:

*Este pavimento proporcionará uma imensa área plana, bem ventilada e protegida, onde as crianças poderão abrigar-se nas horas mais quentes e nos dias mais chuvosos. Será parcialmente ocupado pela instalação do Serviço Social e da Administração, assim como pela escola maternal, o jardim de infância e o teatro infantil. (...) A solução duplex foi adotada para a maioria dos apartamentos por ser aquela que oferece melhor rendimento pela possibilidade de atingir, sem elevador, a quatro pavimentos, e permitir, mediante maior profundidade do bloco, o mínimo de testada, aumentando desta forma o número de unidades do bloco. (PORTINHO e REIDY apud BONDUKI, 2000, p. 84)*

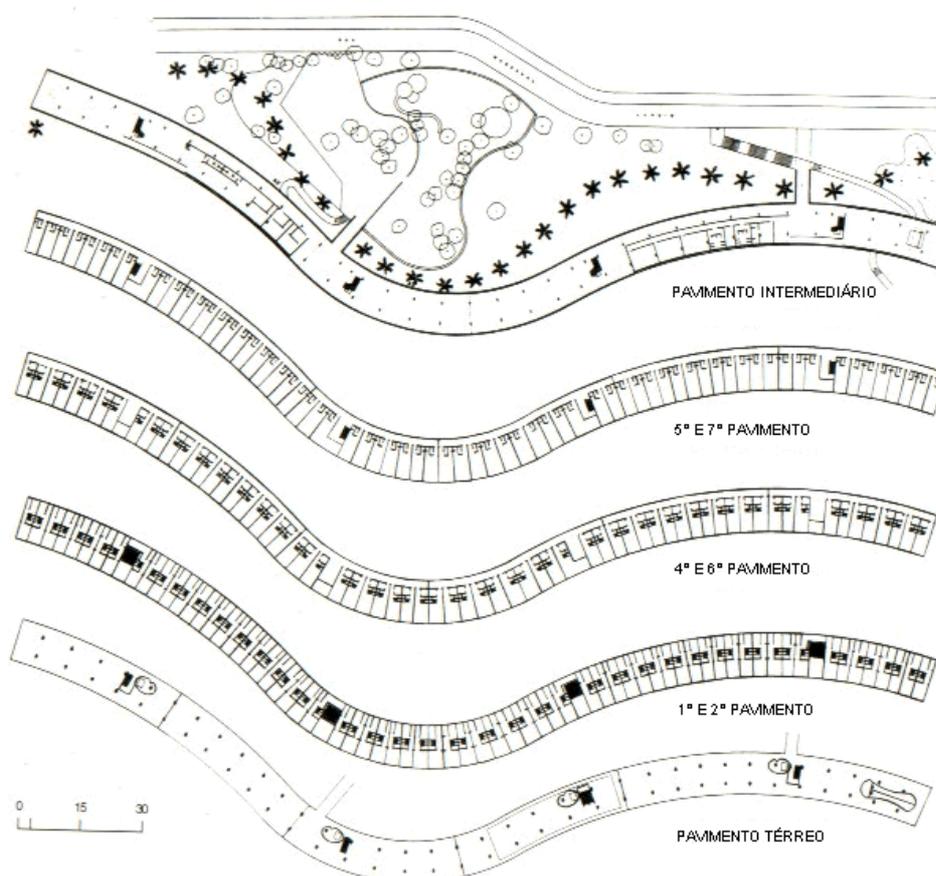


Figura 14: Bloco A – Plantas dos diferentes pavimentos.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

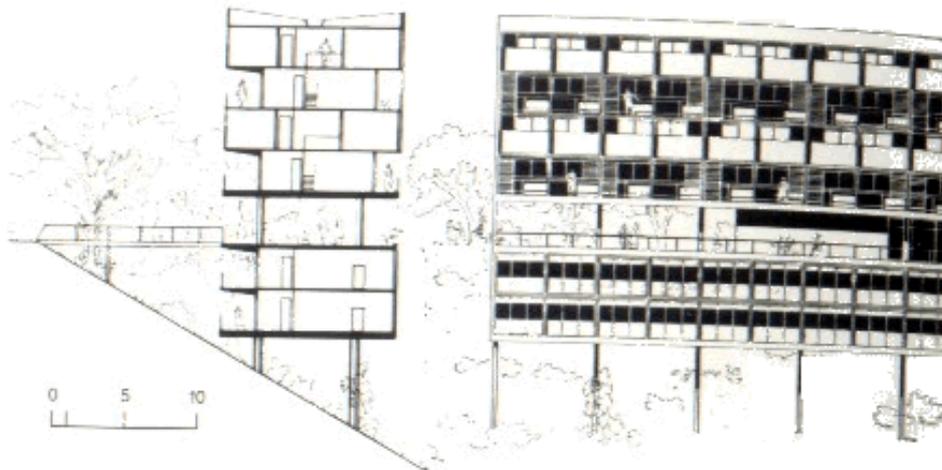


Figura 15: Bloco A Corte e Fachada (parcial).

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

A partir do pavimento intermediário, escadas coletivas distantes cinquenta metros umas das outras formam a circulação vertical do edifício, que dispensa o uso de elevadores, mesmo possuindo sete pavimentos, graças ao acesso direto pelo 3º pavimento. Nos dois primeiros pavimentos, os apartamentos conjugados contendo quarto/ sala, cozinha e banheiro, seriam destinados a solteiros ou casais sem filhos. Os quatro pavimentos superiores são ocupados por apartamentos *duplex*, contendo um, dois, três ou quatro quartos, sala, cozinha e banheiro, destinados às famílias mais numerosas.

As escadas coletivas se estendem até os pilotis, de onde se poderia ter acesso aos caminhos de pedestres que levam à parte baixa do Conjunto. Ainda nos pilotis se localizariam as câmaras contendo incineradores, nas quais desembocariam os coletores gerais de lixo, localizados junto à cada escada coletiva, em cada pavimento. Na cobertura três caixas d'água circulares, duas próximas às extremidades do edifício e uma central, reservam a água, e do como apoio uma cisterna localizada no nível da via no extremo do edifício oposto ao da passarela de acesso.

Os apartamentos conjugados possuem solução que reflete a preocupação dos arquitetos modernos com a habitação mínima, porém confortável, tendo para isso a integração do mobiliário à arquitetura de forma a tornar a moradia mais funcional. Assim, o apartamento conjugado possui armários embutidos na cozinha e na sala, e

um passa pratos com uma mesa de apoio da sala para a cozinha. Uma divisória, que não se estende ao teto faz a divisão entre a sala e o quarto, garantindo ao mesmo tempo privacidade e a ventilação cruzada. O acesso à cozinha e à sala ao exterior se faz por um hall. Os apartamentos conjugados vizinhos às escadas coletivas possuem um acréscimo de área proporcionado pelo aproveitamento do espaço não ocupado por elas.



Figura 16: Planta Conjugados.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

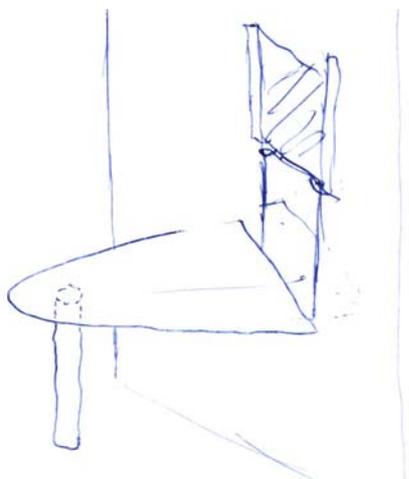


Figura 17: Desenho do passa-pratos feito por um morador do Conjunto, 2000.



Foto 9: Interior do Conjugado.  
Helga Santos, 2000.



Foto 10: Armário embutido do conjugado.  
Helga Santos, 2000.

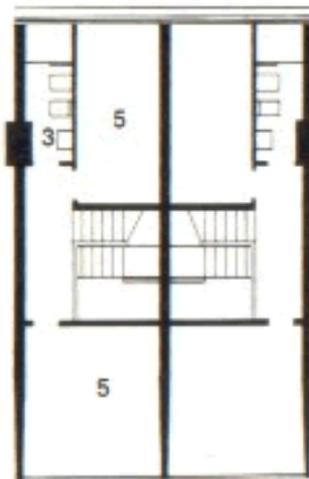
Os apartamentos duplex possuem, em sua maioria, dois quartos. Através de um hall se tem acesso à cozinha, à escada que leva ao pavimento superior e à sala. É interessante a solução de circulação, tendo em vista o hall se conecta diretamente à escada, não sendo preciso cruzar a sala para atingir outros compartimentos. A cozinha é dotada de armários embutidos. Sob um dos lances da escada, aproveitou-se o espaço para o depósito. No pavimento superior, um quarto está voltado para a frente e outro para os fundos, junto ao banheiro. Na parte central do prédio os apartamentos são de um ou três quartos.

A possibilidade de variar o número de quartos se dá graças à forma como o arquiteto dispôs os quartos voltados para os fundos. O acesso ao quarto dos fundos de um apartamentos é fechado, abrindo-se outro acesso para o apartamento vizinho, através da criação de uma circulação, com a supressão de uma parte de um dos quartos. A possibilidade de apartamentos de quatro quartos ocorre apenas no último pavimento, com o aproveitamento da área da escada que não segue até a cobertura. Tal como ocorre nos apartamentos conjugados, uma parte que sobra da escada coletiva é incorporada nos dois pavimentos de um dos apartamentos vizinhos. Este acréscimo de área se faz na sala e no quarto dos fundos.



Apartamentos duplex 4<sup>o</sup> e 6<sup>o</sup> pavimentos

- 1. Corredor
- 2. Cozinha
- 3. Banheiro
- 4. Sala
- 5. Dormitórios



Apartamentos duplex 5<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup> pavimentos

Figura 18: Apartamento duplex de dois quartos

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

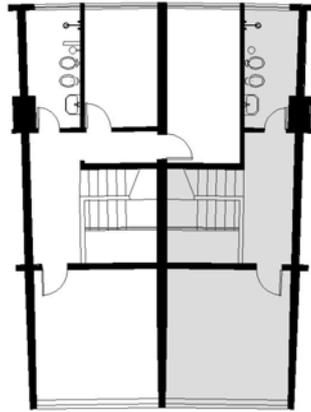


Figura 19: Variação um e três quartos.



Foto 11: Escada dos apartamentos.

Helga Santos, 2000.



Foto 12: Detalhe do armário da cozinha.

Helga Santos, 2000.

Os dois blocos residenciais menores, B1 e B2, são paralelepípedos pousados sobre pilotis, ligados ao corpo da escada por passarelas. Nestes blocos, de idêntica solução, os apartamentos são duplex de dois, três e quatro quartos. No primeiro pavimento destes apartamentos, o acesso se faz por um hall central do apartamento para um lado está a cozinha, para o outra a escada de acesso ao segundo pavimento.

BLOCO B

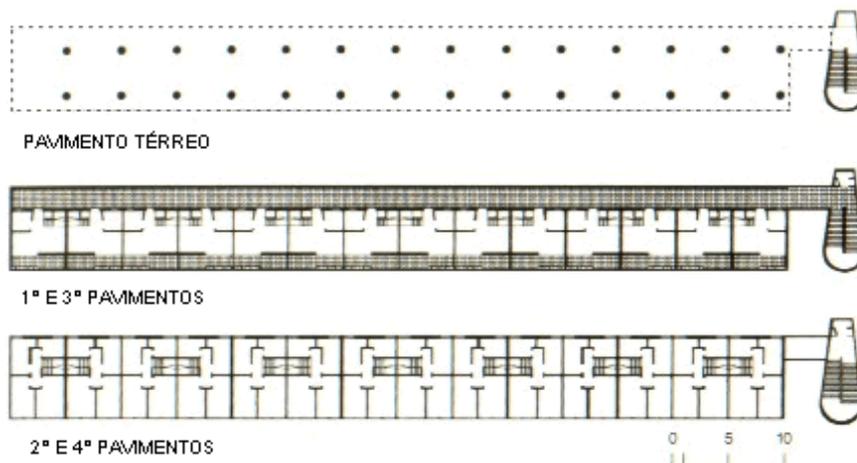


Figura 20: Bloco B – Plantas.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

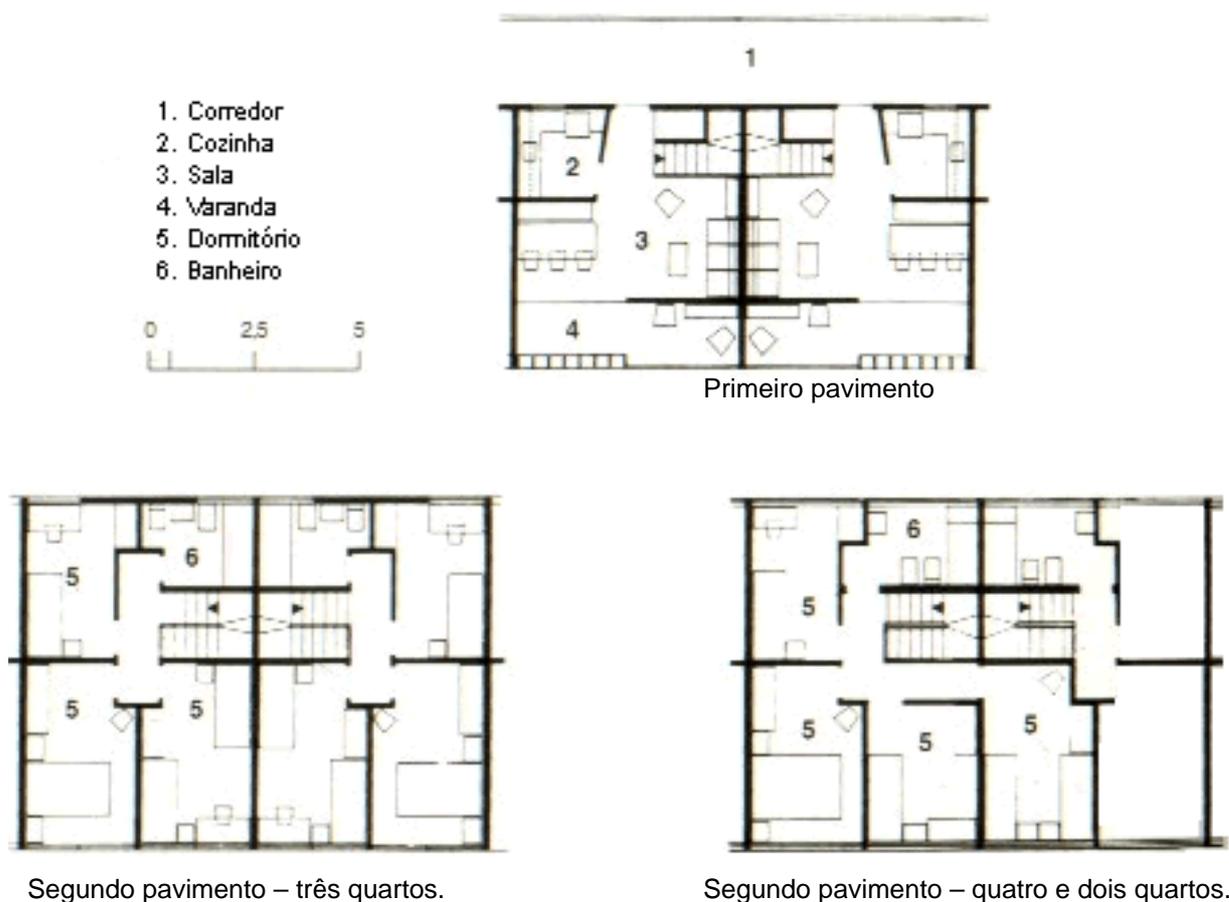


Figura 21: Bloco B: Plantas do primeiro pavimento e as duas alternativas de segundo pavimento.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

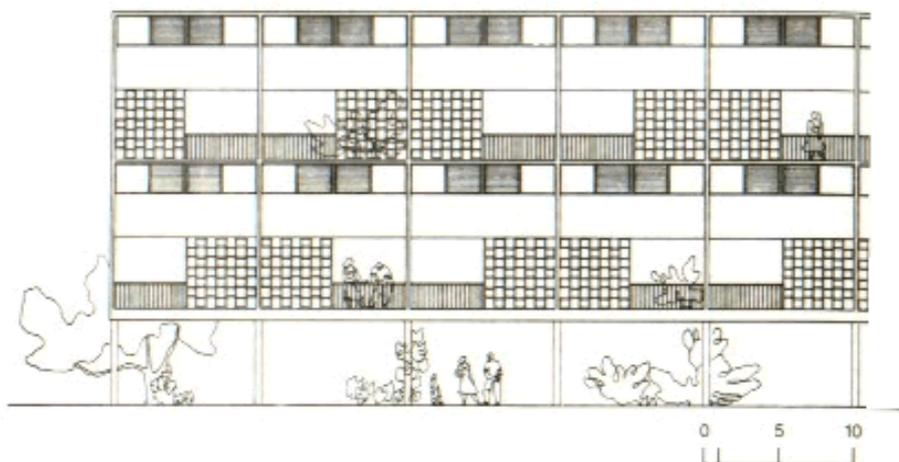


Figura 22: Bloco B: Trecho da fachada frontal.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Afonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

A cozinha possui armários embutidos, com o requinte de uma parte ser desenhada especialmente para guardar pratos. A cozinha foi entregue aos moradores com fogão e coifa, havendo também o abastecimento com gás de rua. Outro mobiliário existente na cozinha era uma tábua de passar roupas em madeira que ficava embutida na parede próxima à porta. Esta tábua era presa à parede por um gancho de ferro.



Foto 13: Detalhe do armário de cozinha – Bloco B.

Helga Santos, 2004.

Seguindo-se em frente, encontra-se a sala que pode ser dividida em dois ambientes, estar e jantar e uma varanda que ocupa a extensão frontal do apartamento. Um painel de vidro, contendo a porta de acesso à varanda, amplia a integração entre o interior e o exterior do apartamento. Este painel é, no entanto, protegido da insolação por elementos de concreto pré-fabricados, que servem também como elemento estético da fachada. Como no bloco A, a solução do pavimento superior varia de acordo com o número de quartos. As duas colunas de apartamentos mais próximas à escada de acesso, possuem três quartos, dois voltados para a frente e um para os fundos junto ao banheiro. Este é dotado aquecedor a gás e banheira. O quarto dos fundos, em todos os apartamentos, possui um pequeno armário embutido. A partir da terceira coluna de apartamentos, há a variação dos quartos sendo os apartamentos de número ímpar de dois e os de número par de quatro quartos. A reversibilidade se faz em um dos quartos da frente, que passa a ser acessado pela circulação criada através da supressão da área de um dos quartos. O apartamento de dois quartos possui então um quarto voltado para a frente e outro para os fundos. O de quatro possui três deles voltados para a frente.

É interessante na solução dos apartamentos, a disposição do mobiliário. Na planta, o mobiliário desenhado restringia-se ao necessário. A função de educar estava presente na solução, como exemplo, sempre presente, em todas as soluções de apartamento, estava a mesa para as refeições. Como já recomendava Corbusier, o mobiliário deveria ser o mais leve.

Destaca-se a solução de todas as unidades contendo ventilação e iluminação naturais. Esta solução foi possível através da adoção da circulação coletiva externa, protegida por paredes executadas com elementos cerâmicos vazados. Para este corredor estão voltadas as janelas da cozinha e do banheiro dos conjugados, e da cozinha dos apartamentos duplex.

O bloco C, não construído, seria constituído por um prédio de doze pavimentos sobre pilotis, contendo no térreo uma creche e uma escola maternal. Este bloco era o único onde era previsto o uso de elevadores, sendo dois no total. A cobertura seria acessível, tendo parte protegida por uma marquize. A previsão para este bloco era de 192 unidades habitacionais, todas de dois quartos, sala cozinha banheiro e varanda.



Figura 23: Bloco C (não construído).

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

Também não construído, o clube seria o local onde os moradores poderiam se reunir para eventos. Com terraços e um auditório em seu interior, havia a previsão de que no clube ocorreriam festas, reuniões e projeções de cinema.

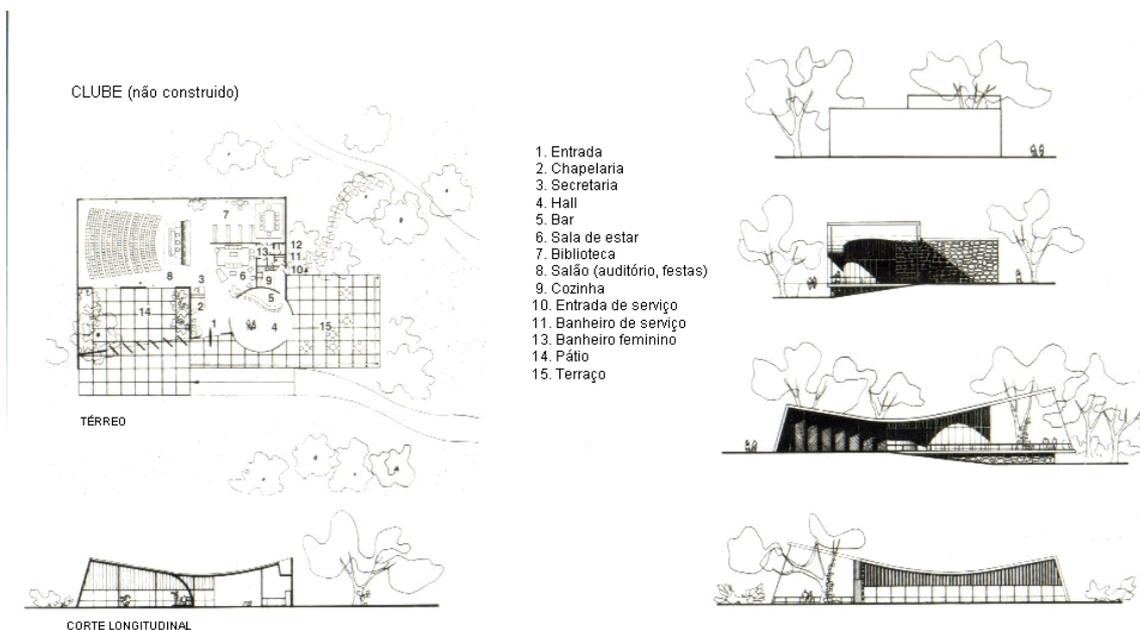


Figura 24: Clube ( não construído).

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

Todo o Conjunto apresenta solução cuidadosa no que diz respeito à funcionalidade. Esse cuidado se estende à solução plástica dos edifícios, tornando o projeto de Reidy singular, na capacidade inventiva dos arquitetos de sua geração.

### 2.3 – O Conjunto e sua singularidade plástica

Observa-se que os princípios do modernismo pregados por Le Corbusier foram aplicados nas edificações. Pilotis, fachadas em vidro, *Brise-soleil*, janelas dispostas na horizontal, paredes independentes do sistema estrutural, combinados com a

composição livre de sólidos geométricos e cascas, pouca preocupação em relação à simetria, utilização do concreto armado, tirando partido de sua plasticidade, são características marcantes da arquitetura moderna, e formam a unidade do Conjunto.

Não se poderia estar alheio ao repertório desenvolvido por Reidy em suas obras anteriores, nas quais já estavam presentes elementos como cascas e pilotis, além de soluções de integração entre mobiliário e arquitetura. Em sua primeira proposta para a Sede da Prefeitura do Distrito Federal, o arquiteto utilizou-se de janelas na horizontal, de maneira a “utilizar até o último centímetro quadrado de superfície” (REIDY apud BONDUKI, 2000, p. 40) para obter iluminação natural. Na terceira proposta, datada de 1938, ou seja, após seu contato com Corbusier no projeto do MEC, Reidy já emprega a solução lamina sobre pilotis. Nos projetos para a Sede da Administração Central da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1944) (Foto 14), Indústria Farmacêutica e Cosmética (1948) (figura 25) e o no Restaurante e Centro Comercial do Centro Técnico da Aeronáutica - CTA (1947) (figura 26), Reidy emprega a solução de combinação entre cascas e trapézio, que lembram a solução da escola, ginásio e vestiários do Conjunto. No projeto para o Alojamento de Estudantes do CTA, encontram-se duas soluções que serão empregados no projeto dos blocos habitacionais B1 e B2 do Mendes de Moraes: a paginação da fachada, intercalando-se os painéis de elementos pré fabricados, e a caixa de escada formada por um trapezóide com uma de suas superfícies curvas, ligada ao bloco de moradias através de passarelas (figura 27).



Foto 14: Sede da Administração Central da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1944).

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.



Figura 25: Indústria Farmacêutica e Cosmética (1948).

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

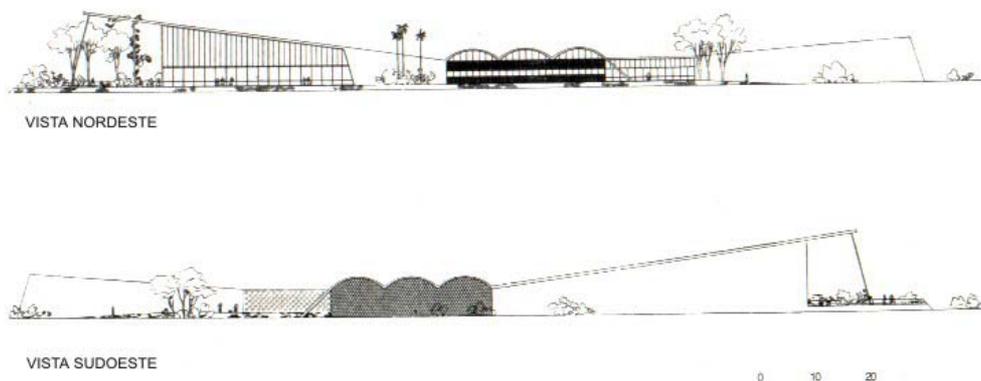


Figura 26: Restaurante e Centro Comercial do Centro Técnico da Aeronáutica - CTA (1947)

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

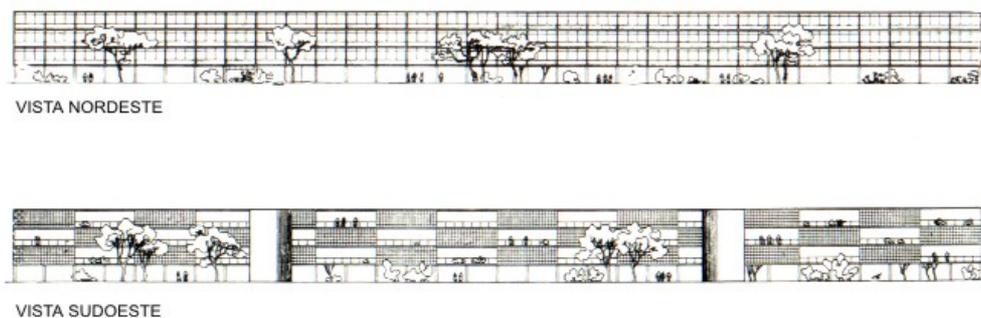


Figura 27: Alojamento de Estudantes do CTA.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

A respeito da solução plástica do Conjunto Mendes de Moraes, observa Bruand:

*Cada obra é definida por um volume simples, determinado, num Conjunto nitidamente dividido em grandes categorias, onde o aspecto formal acusa a diferença de funções: o paralelepípedo é reservado aos prédios residenciais, o prisma trapezoidal, simples ou composto, aos edifícios públicos essenciais, enquanto a utilização da*

abóbada é limitado às construções esportivas. (BRUAND, 2002, p. 225)

Descrever a solução plástica do Conjunto Mendes de Moraes é, sem dúvida, percorrer todo o vocábulo utilizado pelos arquitetos modernos, sejam brasileiros ou estrangeiros, cujos elementos foram empregados com maestria por Reidy, tornando a obra em um todo singular, pela variedade e explosão de formas e cores.

O bloco A predomina a paisagem do Conjunto, seja por sua escala, seja por sua forma *serpenteante*, seja por sua localização no alto da colina. Em sua solução formal predomina a horizontalidade, reforçada pelos materiais que compõem a fachada frontal. Composta por painéis de madeira que se dividem em peitoril, janela e bandeira, esta fachada possui um movimento interessante destes painéis que deslizam como guilhotinas, proporcionando um efeito de opacidade e transparência intercaladas nas fachadas dos apartamentos. Nos dois primeiros pavimentos, os peitoris são painéis de veneziana, nos quatro pavimentos superiores são em madeira lisa. A movimentação destes painéis proporciona tanto a ventilação ora na altura do ocupante, ora por sobre ele, bem como a regulação da penetração da radiação solar no interior dos apartamentos. O vazio do pavimento intermediário marca a fachada do bloco, na qual mesmo com o jogo de transparências proporcionado pelos painéis em veneziana, predomina a opacidade.



Foto 15: Bloco A – Detalhe fachada oeste.  
Fonte: AN

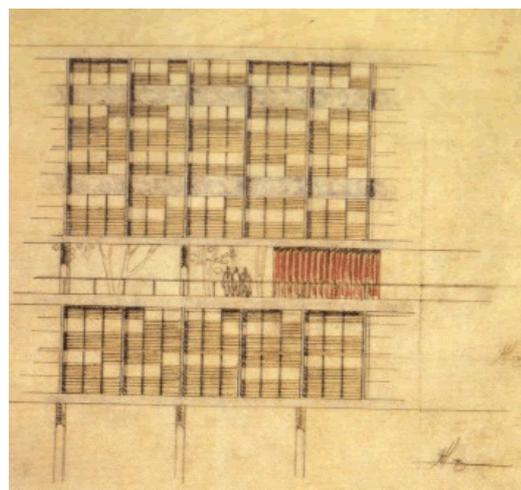


Figura 28: Esquema dos painéis em veneziana.

Fonte: BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000.

A opacidade da fachada frontal não se repete na fachada dos fundos, cujo material utilizado para vedação dos corredores de acesso aos apartamentos, é constituído por elementos vazados em cerâmica vermelha, o que confere à fachada relativa transparência. Esta também apresenta os extremos superior e inferior do prédio e do pavimento intermediário marcados por material cerâmico de cor amarela. Nos dois primeiros pavimentos o fechamento dos corredores apresenta aberturas quadradas emolduradas por concreto, intercaladas, com um movimento de *zig-zag*. Nos pavimentos superiores, a transparência oferecida pela cerâmica é intercalada com as paredes de alvenaria do segundo pavimento dos apartamentos tipo duplex.



Foto 16: Bloco A - Fachada Leste.  
Helga Santos, 2005.



Foto 17: Bloco A – Fachada Oeste.  
Helga Santos, 2000.

O vazio do volume representado pelo pavimento intermediário é marcado por cerâmica, bem como os extremos superior e inferior do prédio. A continuidade deste vazio é interrompido por uma série de *brises* verticais de madeira, cuja função é a de proteger os compartimentos existentes neste pavimento. Os pilotis localizados no pavimento térreo suspendem o grande e movimentado volume.

Nos blocos residenciais menores não há a movimentação proporcionada pelos painéis em venezianas, como no bloco A. Sua escala também relativamente reduzida. Cada um compõe-se basicamente paralelepípedo ligado a uma torre de formas arredondadas através de passarelas. Em suas fachadas há também o uso de materiais vazados, sejam elementos cerâmicos, sejam peças pré-moldadas de concreto, que se dispõem de forma intercalada tanto na fachada frontal, quanto na dos fundos, conferindo maior dinamismo na fachada. Desta forma, na fachada frontal, os vazios se apresentam de duas maneiras: uma mais marcada, consequência dos

recuos que formam varandas; outra mais tímida conseqüência da transparência oferecida pelo elemento vazado em concreto.



Foto 18: Bloco B1: Fachada Oeste.



Foto 19: Bloco B1 – Fachada Leste.

Fonte: AGCRJ

A edificação destinada ao posto de saúde é composta por uma volumetria pouco recortada. Uma das fachadas laterais não possui aberturas. A outra possui pequenas aberturas e uma porta, marcada por uma marquise constituída de uma laje inclinada, apoiada em pilares também inclinados confeccionados com tubos de aço.

A fachada frontal é composta por dois planos. O primeiro, é composto por *brises* verticais em madeira, que oferecem certa transparência. No outro plano, há um vazio em cujo fundo encontra-se o painel de azulejos confeccionado por Anísio de Medeiros, cujo motivos são flores, coloridas com três tons de azul em fundo branco.

Em uma única edificação se instalariam o mercado e a lavanderia. Possuem, no entanto, uma separação física e acessos independentes. Com exceção da fachada frontal, não se nota, em nenhuma a diferença no tratamento das fachadas, entre as duas funções que ocupariam o prédio. Na fachada frontal, no entanto, há uma clara distinção entre estas duas funções, porém com uma composição equilibrada entre as duas partes. A parte onde se encontraria o mercado, é simples contendo dois planos, sendo que o de maior evidencia possui painéis compostos por brises horizontais. Já na parte destinada à lavanderia, há uma maior liberdade na composição da forma, graças à intercessão de um cilindro com um plano não paralelo e recuado do alinhamento da fachada do mercado.

A solução plástica do Conjunto formado pela escola e as edificações de recreação é a de maior movimento e graciosidade. De um lado o traço reto e duro formado pelas arestas do prisma trapezoidal, destinado à escola, desenhando um volume sóbrio,

leve devido ao emprego do pilotis no térreo. Do outro lado, a composição das edificações destinadas ao lazer faz um contraponto com a escola, com formas que *brincam* em movimentos suaves, semicirculares. O contraponto também se faz presente na transparência dos painéis de fechamento da escola, em relação às paredes de fechamento opacas, porém trabalhadas por painéis dos vestiários e do ginásio.

O painel que reveste a fachada frontal do ginásio é constituído de “crianças pulando carniça” tendo, a variação cromática do azul como elemento de maior destaque. Já os vestiários possuem suas fachadas revestidas por azulejos que possuem flores como tema.



Foto 20: Detalhe do Painel do ginásio.  
Helga Santos, 2000.



Foto 21: Painel dos vestiários.  
Helga Santos, 2000.



Foto 22: Painel em pastilhas de Burle Marx.  
Helga Santos, 2004.

Observa-se , então, a preocupação na solução plástica do Conjunto de compor sólidos com volumes bem definidos, com linhas retas combinadas harmoniosamente com curvas; cheios e vazios bem definidos ou trabalhados com superfícies translúcidas, que oferecem rugosidade e ritmo à fachada.

## Capítulo III – Pressupostos teórico-metodológicos

### 3.1 – Pressupostos teóricos: a Teoria das Representações Sociais

Imaginemos o motor que conduz nossas práticas, cujo combustível seja todo o aparato de costumes transmitidos desde os nossos avós, e que nos encarregaremos de transmitir até as gerações seguintes. Esse motor, alimentado pela tradição, seria o conjunto das representações que formulamos sobre os elementos que nos envolvem, sobre os quais teremos sempre de estar exercendo nossas práticas. Estamos sempre representando, e sempre tomando atitudes baseadas nessas representações. Embora seja uma idéia de fácil assimilação, por possuir um caráter prático, o conceito de representação social é carregado de complexidade. Esta complexidade se traduz na difícil compreensão das atividades mentais que o ser humano produz, visto que ele se encontra em uma sociedade onde a informação acessível facilmente nos “bombardeia” a todo instante com novos elementos. É uma teoria que valoriza o saber comum, construído a partir do contato entre o saber erudito e a realidade de uma população inserida em um dado contexto. A proposta do trabalho com essa teoria no campo de pesquisa da arquitetura e urbanismo é ainda desafiadora, e aponta para um caminho vasto e surpreendente a percorrer.

O conceito de representação social tem sua origem na sociologia a partir de Émile Durkheim, em sua obra *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse* (1912), a qual trata das crenças religiosas dos índios australianos, através de seus rituais, que em principio parecem ser carregados de irracionalidade. Em seu estudo Durkheim mostra que esses ritos são impregnados por representações partilhadas e perpetuadas através das gerações, sem terem sofrido mudanças. Sua concepção de representação social parte de duas premissas: as representações coletivas se separam das individuais; as representações individuais são fruto da consciência de cada um. Para ele a representação constitui formas mentais e saberes, que se inserem em cada indivíduo, pois já estão presentes em uma coletividade. No entanto as representações da coletividade e do indivíduo são opostas (DUVEEN, 2004).

Serge Moscovici retoma o conceito de Representações Coletivas, substituindo o termo “coletivas” por “sociais”, por entender que as representações se constroem em ambientes que extrapolam o coletivo, envolvendo todos os elementos sociais. Segundo Moscovici (2004), as representações são fenômenos que devem ser descritos e explicados, estando relacionados com uma forma de compreender e de

comunicar, criando o que é real e o senso comum. Em seu estudo, intitulado *La Psicanalyse: Son image et son public* (1961), trata do processo de apropriação da psicanálise pela sabedoria popular na França (DUVEEN, 2004).

A necessidade de se representar um dado elemento vem de torná-lo familiar. O processo de transformar o não familiar em familiar se faz através de dois mecanismos o de ancoragem e o de objetivação. O primeiro mecanismo consiste em comparar e reajustar o que é estranho ao sistema de categorias que trazemos como paradigmas. Ancorar é pois, classificar ou nomear o elemento não familiar, a partir de nossos paradigmas. O outro mecanismo é a objetivação, que consiste em “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que existia no mundo físico” (MOSCOVICI, 2004, p.61). Os mecanismos funcionam nessa ordem: primeiro o sujeito ancora, categoriza, depois ele objetiva, transforma essa categoria, ou imagem em algo concreto.

Segundo Moscovici (2004) as Representações Sociais possuem duas funções:

- Elas *convencionalizam* os objetos, pessoas e coisas, formando modelos, que serão partilhados por um grupo de sujeitos, a partir dos quais novos elementos serão categorizados;
- Elas são *prescritivas*, pois se impõem sobre os sujeitos, por uma força que pode ser traduzida nas tradições a partir das quais as formas de pensar são perpetuadas por várias gerações.

A partir dessas duas funções, as representações se transformam em um ambiente concreto ou verdades inquestionáveis, que irão interferir no comportamento dos sujeitos participantes de uma coletividade. Segundo outro pesquisador da Teoria, Jean-Claude Abric (1998), as Representações Sociais possuem três funções:

- Função de saber: através das representações cada grupo transforma o saber científico em saber comum, fazendo compreendê-lo a sua forma;
- Função Identitária: as representações definem a identidade de cada grupo e protegem sua especificidade;
- Função de Orientação: visto que elas guiam os comportamentos e as práticas de um determinado grupo.

As representações sociais podem ser estudadas a partir da abordagem estrutural. Esta foi proposta pela primeira vez na tese de doutorado de Jean-Claude Abric, em 1976, cuja hipótese sugeria que a representação é organizada em torno de um núcleo central (SÁ, 2002). Esta abordagem dá conta, segundo seu precursor, da aparente contradição das representações sociais, visto que elas são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis; e de que embora sejam consensuais, elas são marcadas por diferenças interindividuais. Através de um sistema interno duplo composto:

- Sistema central (núcleo central) – é baseada no coletivo, ou seja, no contexto sócio-histórico-cultural do grupo. Tem papel fundamental na estabilidade e coerência da representação. Independe do contexto imediato, estando sua origem no contexto global que define as condutas do grupo;
- Sistema periférico – sua determinação é individualizada e associada ao contexto imediato, permitindo uma adaptação da representação, de acordo com as experiências cotidianas. Protege o sistema central, permitindo em seu nível, a heterogeneidade de comportamentos e conteúdo. É, então, um indicador das modificações ou evoluções das representações.

A base desta abordagem é, que toda a representação é organizada em torno de um núcleo central, cabendo a este determinar sua significação e sua organização interna, e um sistema periférico que atualiza e contextualiza a representação. O núcleo central é o elemento organizador da estrutura gerada pela representação de um objeto por seu sujeito, sendo também o elemento mais estável, mais resistente às mudanças, desta representação (ABRIC, 1998). São duas as suas funções:

- Função geradora – visto que é ele que cria ou transforma o significado de uma dada representação;
- Função organizadora – já que é o núcleo central que une os elementos de representação, sendo ele, então, unificador e estabilizador da representação.

O sistema periférico é composto pelos elementos da representação que gravitam ao redor do núcleo central. São os elementos citados com menor frequência e mais tardiamente evocados pelos sujeitos. As funções do sistema periférico, de acordo com Abric (1998) são:

- Função de concretização: são resultados da ancoragem da representação na realidade. É através deles que a representação é formulada, compreendida e transmitida.
- Função de regulação: Adaptam as representações às modificações do contexto ao qual o grupo se insere. Tendo em vista a estabilidade do núcleo central, é o sistema periférico que se modifica face às alterações do contexto.
- Função de defesa: Para que o núcleo central não se modifique, mantendo a estabilidade da representação, é o sistema periférico que se transforma através da mudança de ponderação, novas interpretações ou integração de elementos contraditórios.

O interesse por estudar o conceito de representação é crescente em várias áreas, pois através delas podemos identificar as opiniões e as ações de um grupo podendo chegar cada vez mais próximo de sua identidade, ou até mesmo medir o seu grau de satisfação com determinadas situações.

O exemplo do trabalho de Denise Jodelet (2005), é o primeiro que nos traz notícias de como as representações sociais interferem na apropriação humana dos ambientes. Esse trabalho retrata a interação entre a população e os pacientes psiquiátricos, de uma colônia familiar, instalados em suas moradias. Transformando a *vocação* e o *hábito* em justificativas para a instalação dos pacientes em suas residências, os moradores se utilizam de uma série de técnicas, que vão desde o conhecimento até o distanciamento, perpassando pela educação desses pacientes, para perpetuarem essa atividade que tinha por objetivo ser rentável. O distanciamento, que os moradores justificam pelo medo e pela autoridade, é o principal elemento que interfere na apropriação dos espaços desde os das casas, em cujas portas há uma barreira de 50cm de altura que significa um limite aos pacientes, até nas atividades coletivas, como nas festas, onde há cadeiras separadas para os pacientes.

Um outro exemplo que traz a temática da apropriação dos espaços sob a ótica das representações sociais, é o estudo de Kurt Bergan (2005) sobre a representação da moradia em um conjunto habitacional situado no Rio de Janeiro. Para os moradores desse conjunto a casa térrea é a representação de moradia, o que faz com que eles façam acréscimos em seus apartamentos com o objetivo de se atingir uma tipologia

parecida com a de uma casa, com área de serviço, garagem e até mesmo local para o cultivo de plantas.

### **3.2 – Procedimentos Metodológicos**

Foi a pesquisa de campo que permitiu o acesso a informações preciosas para a realização deste trabalho, tornando mais próximos o cotidiano do Conjunto, e seus moradores. Através da vivência no Conjunto, pude observar como se dá sua apropriação, a relação entre os moradores e usuários os espaços do conjunto, de forma a dar suporte às discussões aqui presentes.

A Teoria das Representações Sociais foi o referencial teórico para construir o entendimento da relação entre o morador e o Conjunto a partir do valor simbólico da moradia. Essa teoria, que tem sua origem no estudo do campo psicossocial, já estava sendo trabalhada pelos pesquisadores do grupo de pesquisa do Laboratório de Habitação (PROARQ/ FAU/ UFRJ).

O questionário foi um importante instrumento para a realização desta pesquisa. Ele foi elaborado pelo LabHab, sendo estruturado em duas partes. Na primeira, o objetivo era trabalhar as Representações que os moradores faziam a cerca de sua moradia . Para tanto, foi utilizado o método da *evocação livre* de palavras, tendo como indutora a palavra *moradia*. Duas perguntas abertas tinham como objetivo complementar o estudo das Representações, tentando captar como o morador descrevia sua moradia e o local que ele gostaria de morar. A segunda parte do questionário era destinada a apreender a relação do morador com o seu apartamento, o que também permite o tratamento das Representações Sociais, bem como com o Conjunto, além de realizar um levantamento dos aspectos socioeconômicos e demográficos. Foram aplicados 112 questionários.

O teste de evocação livre de palavras foi realizado com a finalidade de se identificar a estrutura da Representação Social. Os dados obtidos foram organizados em um quadro cujas variáveis são a freqüência, ou saliência, e a ordem de evocação. A provável estrutura da representação é assim explicitada, tendo como o núcleo central o Conjunto de elementos que foram evocados mais prontamente e com maior freqüência. Do mesmo modo os elementos da segunda periferia são os menos freqüentes e evocados tardiamente (VERGÈS, 1992).

A estrutura encontrada é tida como provável, porque é necessário ainda que se confirme a centralidade dos elementos que compõem o núcleo central. Para esta confirmação foi utilizado a técnica de escolha sucessiva por Blocos (ABRIC, 1994). Esta técnica compreende retorno a campo em posse de fichas, tendo cada uma um elemento presente na estrutura da representação. Um total de 20 elementos são apresentados aos sujeitos, que devem escolher os quatro mais importantes com relação ao objeto pesquisado, neste caso a moradia. Estes quatro recebem *score* +2. Em seguida, são escolhidos os quatro menos importantes que recebem o *score* -2. Mais uma escolha é realizada, agora sendo novamente os quatro mais importantes (que recebem o *score* +1), e os quatro menos importantes (que recebem o *score* -1). As quatro palavras restantes recebem o *score* 0.

Com este resultado, obtém-se a hierarquização entre elementos que possuem importância em relação ao objeto estudado, realizada pelos próprios sujeitos. Para Vegés (1992), existe uma estreita relação entre a saliência, ou seja, a frequência da evocação de certo elemento e sua importância para um dado objeto. Assim, a importância atribuída, pelo próprio sujeito ao elemento em relação ao objeto pesquisado, confirma sua pertinência ou não ao Núcleo Central da Representação.

Para a confecção do quadro que mostra a estrutura da Representação Social, foi realizada uma categorização através de uma pré-análise das respostas da evocação. Depois este corpus foi submetido ao programa EVOC, que para o cálculo que resultará na estrutura provável das representações. Os demais dados recolhidos através do questionário foram compilados através do programa de computador Epinfo, originando o banco de dados a partir do qual foi possível prosseguir com a pesquisa.

Cada questionário era acompanhado por um croqui, através do qual foram registradas as modificações realizadas nos apartamentos e a disposição do mobiliário. A aplicação dos questionários foi realizada em duplas. Foi possível realizar um registro fotográfico das modificações, apropriações dos espaços e da arquitetura de uma maneira geral.

Foi importante a triangulação dos diferentes procedimentos metodológicos para a realização do trabalho de campo. Além da aplicação dos questionários, foram realizadas entrevistas aos moradores e funcionários do Conjunto, que eram gravadas e tinham por objetivo captar a história do Conjunto; a observação participante permitiu

captar a apropriação dos espaços e vivenciar as alegrias e angustias junto aos moradores.

Sendo moradora do Conjunto pude vivenciar os espaços da moradia, e os problemas relacionados à administração. Particpei de reuniões no bloco onde morava, no outro Bloco B e no Bloco A. Por ser moradora, e sempre estar no Conjunto, muitos moradores vinham conversar comigo, me possibilitando captar discursos mais espontâneos. Morar no Conjunto me permitiu além de observar, participar do cotidiano do meu objeto, fazer os percursos feitos pelos moradores, ansiar pela obra de restauração do Conjunto, temer pela segurança dos prédios que não possuem controle da entrada de pessoas estranhas, e até mesmo buscar soluções para a realizar intervenções no meu apartamento. A moradia no Conjunto só foi possível a partir do conhecimento prévio adquirido durante pesquisa realizada por mim no ano de 2000.

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa realizada. De início será descrito o histórico do Conjunto a partir do material obtido através da pesquisa em livros e entrevistas aos moradores e trabalhadores. Para fim de manter em sigilo a identidade dos sujeitos entrevistados, os moradores serão identificados por siglas (M1, M2, ...). Em seguida será descrita a interação entre o Conjunto e seu entorno, cujo material foi elaborado a partir da observação participante. E, por fim, serão apresentados os resultados a cerca da apropriação dos espaços do Conjunto, a partir dos instrumentos de coleta de dados, tais como questionários, observação participante, conversas informais e registros gráficos e fotográficos.

## Capítulo IV – A Apropriação dos Espaços no Conjunto Mendes de Moraes

### 4.1 – Memórias do Conjunto

O projeto do Conjunto teve início, em 1947 e sua construção se iniciou em 1948. Em 20 de junho de 1950<sup>12</sup> o Conjunto foi inaugurado, com uma festividade para a entrega das chaves, na qual estavam presentes Carmen Portinho e o então Prefeito do Distrito Federal Ângelo Mendes de Moraes<sup>13</sup>. A época de sua inauguração, o Conjunto não havia sido totalmente concluído. A construção do edifício que continha o maior número de unidades habitacionais estava por ser construído. O Conjunto só estaria *concluído*<sup>14</sup>, em 1962.



Foto 23: Vista do Conjunto com o Bloco A em construção.

Fonte: AN

O terreno destinado à construção do Conjunto era de propriedade da Companhia de Águas e Esgotos<sup>15</sup>, tendo sido adquirido pela Prefeitura do Distrito Federal. Depois da

---

<sup>12</sup> Revista Municipal de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Viações e Obras. Volume XVII, abril – junho, 1950. Número 2. As fotos presentes na revista mostram a lavanderia, o posto de saúde, a lavanderia/ mercado e os Blocos B1 e B2.

<sup>13</sup> Informação obtida através de entrevista com o morador.

<sup>14</sup> O Bloco A ainda não estava totalmente concluído, pois a metade do P.U.C. estava sem o revestimento de piso. Os apartamentos estavam prontos.

<sup>15</sup> Informação obtida através do livro *Arquitetura Contemporânea no Brasil* de Yves Bruand, na página 225.

transferência da capital para Brasília, o terreno passou a ser propriedade da União Federal<sup>16</sup>.

O programa do Conjunto foi estabelecido a partir do censo realizado entre os funcionários da Prefeitura do Distrito Federal. Desta forma, dentre os que foram abordados pelo censo, seriam selecionados os que trabalhassem em locais onde a distância ao Conjunto não fosse superior a meia hora<sup>17</sup>. Outro critério de escolha era o número de filhos<sup>18</sup>. O relato de uma moradora entrevistada pode exemplificar a importância deste critério.

*Meu pai era da Prefeitura, era encarregado de garagem ... nós éramos 7 filhos. Aí meu pai foi o primeiro a receber as chaves. Então quando eles vieram entregar a chave meu pai veio com a minha mãe pra receber como primeiro morador. Então tinha uma professora aqui que também era da prefeitura ... ela tinha mais um filho que meu pai, ela tinha oito, e ela não foi inscrita, ela não foi escolhida ela morava ali naquela rua ali ... depois da Igreja. Então ela veio e pediu ao prefeito, ao Mendes de Moraes... e como ela tinha oito filhos então ela recebeu as chaves, mas meu pai também recebeu. Deram preferência a ela por ela ter oito filhos... (Depoimento do morador M1 à autora )*

Segundo o depoimento dos moradores, após serem selecionados e antes de irem morar no Conjunto, eles tinham que passar por exames médicos. O argumento para os exames era o de que as roupas iriam ser lavadas coletivamente, na lavanderia mecanizada, e os moradores não poderiam ter nenhuma doença infecto-contagiosa. Segundo um morador do Bloco A, a seleção era feita com exame médico, inclusive com radiografia do pulmão, para ser certificado que o futuro morador não tinha tuberculose. Uma moradora entrevistada contou que seu marido ficou tuberculoso após ir morar no Conjunto. Sua família correu o risco de ter que deixar o apartamento, fato contornado a partir da decisão de não enviar as roupas do marido para a lavanderia.

---

<sup>16</sup> Informação extraída do documento intitulado *Situação Jurídica do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho)*, elaborado pelo Grupo de Trabalho da CEHAB, encarregado de traçar um estudo do Conjunto para a proposta de titularidade dos apartamentos aos seus moradores.

<sup>17</sup> Segundo declaração do autor do projeto na Revista Municipal de Engenharia – Volume XV, Janeiro-março de 1948, número 1.

<sup>18</sup> Informação obtida em entrevista a moradores.

No ano de 1950 ficaram concluídas as primeiras edificações: os dois Blocos menores destinados à habitação (B1 e B2), e os Blocos destinados ao posto de saúde, a lavanderia e o mercado. Os Blocos B1 e B2 foram ocupados por seus moradores em julho de 1950<sup>19</sup>. A escola, o ginásio, os vestiários e a piscina foram inaugurados um pouco mais tarde, em 1952<sup>20</sup>. Preocupado com a possibilidade da falta de verbas e com problemas políticos, que poderiam atrapalhar a conclusão do Conjunto, Reidy se aplicou primeiramente na construção das edificações públicas. Assim, foi deixando por último o Bloco habitacional maior, que de qualquer modo o governo se esforçaria para concluir, por possuir o maior número de unidades habitacionais. Com isso, foi assegurada a filosofia de construir, junto à moradia, serviços de necessidades básicas e áreas de lazer (BRUAND, 2002).



Foto 24: Construção da escola. Ao fundo a colina vazia.

Fonte: AGCRJ, 1950.



Foto 25: Escola em foto atual. Bloco A construído.

Helga Santos, 2004.

Na memória dos moradores dos Blocos B1 e B2, ainda se encontram as lembranças do Conjunto em pleno funcionamento. As assistentes sociais estavam sempre

---

<sup>19</sup> Informação obtida em entrevista aos moradores.

<sup>20</sup> Informação obtida em pesquisa ao material produzido pela escola Edmundo Bittencourt sobre sua História.

presentes na vida dos moradores, desde a primeira entrevista para o ingresso deles no Conjunto. Havia recreadoras que levavam as crianças para brincarem na área de lazer localizada entre o posto de saúde e a escola. As assistentes sociais ficavam, então no ginásio<sup>21</sup>. Eram acionadas para resolverem problemas entre vizinhos e até mesmo familiares. A manutenção das normas de ocupação do Conjunto era a função das assistentes mais lembrada pelos moradores. Elas visitavam as residências para verificarem se haviam problemas como vazamentos, mas também verificavam se as normas estavam sendo cumpridas. As normas as quais os moradores se recordam com frequência eram a proibição de estender roupas na varanda, não permissão das crianças brincarem no corredor e a proibição de qualquer tipo de obra nos apartamentos.

Além das assistentes sociais, era freqüente a visita de Carmen Portinho aos apartamentos do Bloco B. Uma das moradoras recebeu elogios, por não ter “enchido” sua casa de móveis, o que mostra a fidelidade da engenheira aos ideais do arquiteto Le Corbusier:

*Ela foi na minha casa, eu morava lá em cima [outro Bloco B] ela foi me visitar, foi ver a menina [filha], aí gostou da minha arrumação. Ainda falou: “Ah Helena você arrumou tudo direitinho, não encheu muito a casa”. Eu quase não tinha nada, tinha um móvel e uma mesa com as cadeiras. Aí a sala era vazia, aí ela gostou. Ela falou: “As pessoas encheram muito as casas, encheram muito a sala, fica tudo feio sua casa tá tão bonitinha”. E ela ainda falou, “aqui tá faltando, você não tem uma mala? Arruma uma mala bota umas almofadas.” Ela era muito legal. (Depoimento morador M2 à autora)*

Para a lavagem de roupas os moradores deveriam utilizar-se da lavanderia. Esta era mecanizada e, no princípio do funcionamento, tinha funcionários que recolhiam as roupas nos apartamentos no início da semana, as entregando limpas dias depois, já no final da semana. Alguns moradores relataram que entregavam todas as suas roupas para serem lavadas. Outros, no entanto, disseram que só entregavam as peças maiores, as roupas de cama. Todos os entrevistados negaram a entrega de roupas íntimas para serem lavadas. As roupas tinham marcação feita com linha de bordado, cada Bloco de uma cor. Após anos de funcionamento, os próprios moradores eram os que levavam as roupas para a lavanderia, devido à carência de

---

<sup>21</sup> Informação obtida a partir de entrevistas realizadas aos moradores.

funcionários, o que já denotava um menor dispêndio de verbas para o Conjunto. Os moradores não souberam datar com precisão quando a lavanderia deixou de funcionar, mas há um consenso de que ela tinha funcionado até os primeiros anos da década de 70.

Já o mercado teve vida mais longa. Em seus boxes funcionavam armazém, açougue, quitanda, leiteria e padaria. O mercado funcionou até o início da década de 80, tendo sido fechado após uma briga do então governador Leonel Brizola com a Companhia Central de Abastecimento (COCEA). Esta era responsável pelo mercado, e que de quatro em quatro anos realizava licitação, para sua locação. A ex-proprietária da padaria que funcionava no mercadinho, informou que tentou, através de abaixo-assinado, continuar com o mercado, mas seu processo foi arquivado. Segundo a comerciante, o mercado era muito prestigiado pelos moradores. O prédio onde funcionavam o mercado e a lavanderia passou a ser ocupado pela Fundação Leão XIII<sup>22</sup> desde o início da de 80. Atualmente nele funcionam três serviços da Fundação: o de estoque de remédios para os centros da Fundação, que ocupa a parte do prédio antes destinado à lavanderia; o setor de manutenção de automóveis e o de conservação de edificações, ambos na parte que era destinada ao mercado.

Atualmente o prédio destinado ao mercado e à lavanderia é utilizado pela Fundação Leão XIII. Na parte destinada à lavanderia, funciona a Divisão de Farmácia da Fundação Leão XIII, que se destina a estocar os remédios que são distribuídos para as unidades de ambulatório da Fundação. As intervenções ocorridas neste prédio para sua utilização atual resultaram da demolição de algumas paredes, construção de outras, e revestimento do piso original por piso emborrachado. Na parte do edifício que era destinada ao mercado, atualmente funcionam dois setores da Fundação Leão XIII: o Departamento de manutenção e Reparos, onde são guardados materiais e ferramentas, e os funcionários aguardam para irem até os locais onde necessitam de seus serviços; e a garagem e a oficina mecânica. Dois dos boxes do mercado e o pátio para onde estes eram voltados destinam atualmente à guarda e manutenção dos carros. Uma sala é destinada à administração e as demais para depósitos. Existem ainda uma copa, e um sanitário. A parte externa em frente ao prédio é utilizado como estacionamento apenas para os carros da fundação. A parte do

---

<sup>22</sup> De acordo com dados obtidos na Fundação Leão XIII, a parte da edificação referente ao mercado, do prédio que abrigaria este e a lavanderia, pertence à Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro (CASERJ). Segundo lei nº 173 de 27/08/1961, foi estabelecido um contrato de comodato, onde a CASERJ sede o uso desta parte da edificação à Fundação Leão XIII.

mercado voltada para o pátio central foi a que sofreu o maior número de intervenções, com a derrubada das paredes que antes dividiam os boxes. Um dos painéis de brises horizontais, juntamente com uma das portas de entrada foram retirados permitindo o acesso de automóveis.

Os moradores utilizavam o ginásio para a prática de esportes e festas. Dentre estas festas os moradores se lembram de festas juninas e da eleição da Rainha da Primavera. A piscina era utilizada pelos moradores e para competições. Para utilizarem a piscina, passava-se antes pelos vestiários, onde tomava-se banho. Embora a piscina fosse aberta, apenas os moradores do Conjunto e poucas pessoas das comunidades vizinhas a freqüentavam. Porém, todos tinham que passar por exames médicos para terem acesso à piscina.

Os moradores entrevistados que residem no Conjunto desde crianças, estudaram na escola feita para o mesmo. Segundo esses moradores os pilotis eram destinados à recreação, o refeitório sempre teve mesas e bancos e as salas eram frescas, mesmo não tendo ventilador. O terraço de cada sala não era utilizado porque, segundo os moradores, os professores tinham medo dos alunos caírem por sobre a porta de vidro. Um outro motivo era o fato das crianças que brincavam no campo ao lado da escola acabarem distraíndo os alunos.

Não havia cercas entre os edifícios do Conjunto, nem na escola. Assim, os prédios ficavam distribuídos por sobre os jardins, que eram destinados ao lazer. A área de lazer entre o posto de saúde e a escola era destinada ao lazer infantil. Tinha um lago, que possuía peixes e plantas aquáticas. Ao lado deste lago havia um poço de areia onde as crianças poderiam brincar. Brinquedos para as crianças complementavam as áreas de lazer. Uma moradora assim descreveu os jardins:

*Os jardins eram só folhagens, tinha umas moitas com folhas longas, tinha um de espinhos, tinha uma que ficava vermelha, tinha uma flor que a gente tirava uma parte e chupava ... era docinho. (Depoimento do morador M3 à autora)*

O Bloco A começou a ser construído depois que as demais edificações estavam prontas. Sua estrutura ficou abandonada por vários anos, sendo a obra reiniciada em 1960 (BRUAND, 2002). O prédio não chegou a ficar completamente concluído, quando os moradores selecionados começaram a ocupá-lo. Uma parte deste Bloco

Ainda estava na fase de acabamento, quando moradores removidos da Favela do Pinto, na Lagoa, a ocuparam “do dia para a noite”, sob a permissão do então prefeito Carlos Lacerda, no ano de 1962<sup>23</sup>. Um dos moradores do Bloco A informou que os apartamentos, de todos os andares, que terminavam em 01 até 45 foram ocupados logo após a inauguração. Os demais, que ainda não estavam prontos, foram entregues sem a seleção feita pelo serviço social, através de favores políticos e algumas invasões.

No início da ocupação do Conjunto os moradores de todos os Blocos residenciais conviviam de forma harmoniosa, freqüentavam as festas e as atividades esportivas. No entanto, a partir do início do Governo Carlos Lacerda, que em 1960 foi empossado como o primeiro governador do Estado da Guanabara, os apartamentos vazios foram ocupados por quem não era funcionário, causando uma certa antipatia entre os moradores antigos e os novos<sup>24</sup>. Favorecimentos políticos constituíram um problema constante na ocupação do Conjunto. Esta postura, que desrespeitava um dos princípios do projeto, o conhecimento prévio dos futuros moradores a partir do censo, foi alvo de críticas e desestímulo para os profissionais envolvidos no empreendimento. O depoimento de Carmen Portinho à Cavalcanti confirma a ocupação do Conjunto diferente do que foi idealizado pelo DHP:

*Terminaram o prédio principal e começaram a distribuir os apartamentos, a torto e a direito, segundo critérios políticos e protecionistas; a partir daí, desinteressei-me e abandonei o empreendimento (...). (PORTINHO apud CAVALCANTI, 1987, p. 66)*

O apartamento no conjunto passa, então a ser moeda de troca na política. Vários foram os relatos dos moradores que afirmaram terem sido beneficiados com apartamentos através de políticos e funcionários do então Governo do Estado. Um exemplo é a fala de um morador do Bloco A:

*[Carlos Lacerda] Foi o maior governador que teve ... eu peço a Deus que tenha ele lá no céu. Olha! Ela [esposa] não acreditava minha filha. Quando eu disse ... vou escrever uma carta pro governador, ela disse na minha cara ... isso nunca vai chegar na mão dele. Chegou na mão dele, e em menos de quinze dias ele me mandou um*

<sup>23</sup> Informação obtida em entrevista a moradores.

<sup>24</sup> Informação obtida através de entrevista com a primeira moradora do Conjunto, que iniciou sua fala com a frase: “ Quem acabou com isso aqui foi o Lacerda!”.

*telegrama dizendo que recebeu minha carta (...). Eu era eleitor dele mesmo antes (...). E ele disse “enviei sua carta ao Secretário de Viação e Obras Públicas” (...). E assim foi (...). O assessor dele ficou me esperando. Aí ele mostrou a chave e disse assim “você ganhou um Kitinete”, pensando que eu ia ficar triste. Eu disse assim: “Muito obrigado”.Ele disse: “To brincando, o senhor ganhou um apartamento de quarto, sala, banheiro e cozinha. Vai lá agora! Porque tão invadindo!” (Depoimento do morador M4 à autora )*

Após sua conclusão, o Conjunto passou a se administrado por diferentes instituições governamentais até os dias de hoje. Porém, o a manutenção do Conjunto foi sendo relegada ao segundo plano, gerando o estado atual de semi-abandono de algumas edificações. O Bloco A passou por obras de reforma, na primeira metade da década de 80<sup>25</sup>, promovidas pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), que consistiu, basicamente, em pintura das fachadas e troca das colunas de abastecimento de água e despejo de esgotos, que eram de cobre, por tubos de PVC. Esta obra não interferiu nos apartamentos de maneira direta.

Conforme Nascimento (2004) o DHP foi paulatinamente desmontado a partir de 1960, com a exoneração de Carmen Portinho da direção, a subordinação do departamento à Coordenação de Serviço Social e a definição de novas diretrizes para a atuação do DHP. Segundo essas novas diretrizes, a construção de Conjuntos Habitacionais deixa de ser prioridade, havendo apenas a necessidade de se concluir os que estavam em construção. Apenas as atividades de legalização de casas proletárias continuariam a ser exercidas pelo departamento, até que, em 1962, passam a cargo do Departamento de Edificações. Nesse mesmo ano, a Coordenação de Serviços Sociais é transformada em Secretaria de Serviços Sociais, sendo Sandra Cavalcanti a secretária.

Assim que a administração do Conjunto deixou de ser feita pelo DHP, três instituições assumiram a administração<sup>26</sup>: o Departamento de Recuperação de Favelas, a Companhia de Habitação Popular e a Fundação Leão XIII, através do *Decreto “N” nº*

---

<sup>25</sup> Informação obtida a partir de conversas informais com moradores.

<sup>26</sup> Segundo informação de um morador do Bloco A, o Instituto de Pecúlio do Estado as Guanabara (IPEG) foi responsável pela administração do prédio desde que foi ocupado. Era este mesmo instituto que realizava trabalhos sociais no Conjunto. Esta informação, no entanto, não pôde ser confirmada por documentos oficiais.

79, de 22 de outubro de 1963<sup>27</sup>. As taxas referentes ao aluguel dos apartamentos passaram a ser recolhidas pela Fundação Leão XIII, que se encarregaria de exercer serviços de educação, recreação e saúde, através do Centro Social Jaime Câmara.

Este centro comunitário funcionava na edificação destinada ao posto de saúde. Nele havia, além dos serviços médicos que continham diversas especialidades, inclusive dentista, um programa de cursos profissionalizantes como cabeleireiro, manicure, bordado, dentre outros.

Os moradores entrevistados relataram que o posto de saúde funcionou no início, especificamente para o tratamento de crianças com desidratação, não sendo seu uso exclusivo dos moradores. Eles até hoje chamam o posto de saúde de *hospitalzinho*. O centro social funcionou até o fim da década de 90 ministrando alguns cursos. O prédio que era ocupado por ele atualmente encontra-se fechado. Seu estado é precário, com danos na cobertura e nas paredes de vedação. O painel de brises verticais que protegia a varanda frontal do edifício foi retirado. O painel em azulejos de autoria de Anísio de Medeiros, localizado também na fachada frontal, encontra-se muito danificado, seja devido a um incêndio causado por mendigos<sup>28</sup>, seja pelo descolamento de algumas peças de azulejo.

Recentemente, no ano de 2004, o prédio foi alvo de invasões de “moradores de rua”, que foram retirados cerca de uma semana depois da ocupação. Foi então que a fundação deixou que um senhor ocupasse o prédio com o objetivo de cuidar para que não seja invadido. No entanto, o prédio encontra-se vulnerável a novas invasões.

Em pesquisa realizada no acervo de fotos do jornal Correio da Manhã, encontrado no Arquivo Nacional, pode-se constatar a ausência de manutenção do conjunto no período que compreende as décadas de 60 e 70. Em uma reportagem desse jornal, datada de 16 de fevereiro de 1963, foi relatado que o laguinho situado ao lado do posto de saúde, encontrava-se em estado de abandono, com água “estagnada e imunda”, bem como toda a praça destinada a ser o play-ground do Conjunto. Muitas foram as fotos encontradas neste acervo, que correspondiam não só ao Conjunto Mendes de Moraes, mas também muitos dos que foram construídos na mesma época, seguindo princípios da Arquitetura Moderna, como os IAPIs da Penha e de

---

<sup>27</sup> Decreto “N” Nº 207 – de 4 de junho de 1964.

<sup>28</sup> Informação obtida através de uma funcionária que se encontrava trabalhando no prédio em 1999.

Realengo. Sobre o estado de abandono no qual se encontrava o Conjunto, Carmen Portinho relata:

*Anos atrás voltei ao Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes (...). Grande foi minha decepção ao vê-lo cercado de lixo por todos os lados, um pardieiro na acepção da palavra. O que tinha sido um sonho virara uma frustração. (PORTINHO, 1999, p.102).*



Foto 26: Laguinho com escola ao fundo – foto publicada no jornal Correio do Amanhã em 16/02/1963.

Fonte: AN

Quando o Governo deixou de realizar a manutenção diária do Conjunto, através dos zeladores e jardineiros, os moradores do Bloco B2 passaram a fazer a manutenção dos jardins dessa praça. Cada um cuidava do jardim em frente à sua casa. Um exemplo é o jasmineiro que fica em frente ao apartamento 108 (o que eu moro). A antiga moradora deste apartamento o plantou e, em uma conversa recente me perguntou se ele ainda estava lá, deixando claro o laço afetivo que unia aqueles moradores e seus jardins.

Os espaços originalmente projetados para serem as áreas de lazer do Conjunto não funcionam como tal. A praça entre o posto de saúde e a escola, onde havia um campo para praticar esportes, o poço de areia para a recreação das crianças e o lago, é utilizada pelos moradores de toda a comunidade, sendo que o campo foi incorporado

à área da escola e, portanto, cercado. O ginásio, a piscina e os vestiários também foram incorporados à escola e os moradores não têm mais acesso.

Essa praça foi alterada. Entre o campo original, hoje cercado e o posto de saúde, há um platô de saibro, retangular, com uma arquibancada de quatro degraus que é utilizado pelos moradores da comunidade do entorno como campo de futebol. Este uso é intenso tanto nos finais de semana, e a noite, mesmo havendo precária iluminação, sendo a maior frequência de adultos. Há também uma atividade de mini escolinha de futebol voltada para as crianças realizada pela Prefeitura.

Acima deste platô há um outro que possui mesas, brinquedos e equipamentos para ginástica. É uma parte também muito freqüentada pelos moradores da comunidade. Árvores generosas oferecem sombra durante todo o dia e de noite a praça possui iluminação pública. Além de sombra, essas árvores oferecem também frutos, principalmente manga, que são consumidos livremente pelas crianças da comunidade. Muitas são as brincadeiras de criança que ocorrem nesta praça. É muito comum no início da noite escutarmos a contagem de uma criança enquanto as outras correm para se esconderem.

Esta praça funciona ainda como local para eventos da comunidade, como a Festa do Dia das Crianças, que ocorre todas as tardes do dia 12 de outubro, com mesa de doces e competições de futebol entre as crianças. É inegável a vida desta praça e sua função aglutinadora para a população do entorno do Conjunto. Não se observa a utilização desta pelos moradores do Conjunto na mesma proporção que se nota a participação dos moradores do entorno. No entanto, é um espaço vivo, feliz, seguro, que cumpre sua função de lazer, mesmo que seus traços originais tenha sido apagados pela ação dos homens e do tempo.

Em entrevista realizada com o último administrador do Conjunto pela Fundação Leão XIII, verifica-se que ainda havia manutenção do Conjunto, pelo menos nos Blocos habitacionais. O entrevistado descreveu suas atribuições durante sua gestão que compreendeu os anos de 1976 a 1978. Ele era responsável pelo recolhimento da taxa de aluguel, que afirmava ser baixa; pela limpeza dos Blocos habitacionais, inclusive o recolhimento de lixo, que segundo ele era feito por duas lixeiras localizadas nos pilotis, que recebiam o lixo jogado pelos moradores através de dutos localizados nas escadas de cada pavimento; pela manutenção e conserto das instalações dos

apartamentos, atendendo às solicitações de moradores; controlar as bombas de recalque de água para os reservatórios superiores; receber as chaves dos moradores que se mudavam, e levá-las à Fundação. Com relação a esta atribuição, o antigo administrador diz que só poderia morar no Conjunto quem fosse funcionário do estado, havendo uma lista de funcionários que queriam morar no Conjunto que era controlada por funcionários do Palácio Guanabara.

Através do relato do entrevistado, pode-se ter acesso ao cotidiano dos moradores no final da década de 70. Segundo ele, os moradores não alteravam seus apartamentos porque era proibido, apenas pintavam o interior de outras cores. No caso da insatisfação dos moradores com os conjugados, eles tinham a oportunidade de mudarem para o apartamento duplex, quando este ficava vago. Ele confirma depoimentos de outros moradores, sobre a projeção de filmes na concha acústica, realizada pelos próprios moradores. Conta, ainda, que havia um bom relacionamento entre os moradores dos diferentes Blocos, e que os moradores dos Blocos B1 e B2 iam até a administração, localizada no PUC do Bloco A, quando queriam fazer quaisquer solicitações aos administradores. Ele relatou também que os dutos que conduziam o lixo até os pilotis entupiam constantemente, e que isso era muito trabalhoso. Em conversas tidas com outros antigos funcionários da Fundação, estes relatavam que tinham acesso às áreas de lazer do Conjunto nos fins de semana, o que se confirma no depoimento do ex-administrador do Conjunto. Por último, ele disse que a vida no Conjunto era muito tranqüila, não havendo a presença da violência.

A administração dos Blocos A, B1 e B2 passou a ser feita pela CEHAB, a partir de 1978, através do *Decreto 1744, de 09/03/78 e Termo de Transferência firmado entre a Fundação e a CEHAB em 26/09/78*<sup>29</sup>. Segundo um relatório de visitas realizado no ano de 1983, constante do processo de tombamento do Conjunto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN), estava nesse momento sendo formada a Associação de Moradores para o Conjunto, cujo candidato a presidente mostrava preocupação com o prédio que habitava, que devido suas dimensões tinham seus problemas aumentados se comparados aos blocos menores. Desde então, os moradores foram se unindo em associações, ou conselhos de moradores, buscando melhorar os problemas dos prédios de habitação do Conjunto. Um problema central para a administração de todos os prédios relaciona-se ao

---

<sup>29</sup> Decreto “N” Nº 207 – de 4 de junho de 1964.

pagamento da taxa de condomínio, que se reservaria ao pagamento das contas de água, iluminação dos corredores e zeladores. Nos Blocos B, já houve o pagamento de taxas para a execução de obras, tendo como exemplo a reforma do telhado em ambos.

No Bloco A a taxa de condomínio fica reservada ao pagamento de taxas comuns e zeladores, cabendo aos “presidentes” ou “conselheiros” a busca por melhorias no Conjunto, junto a políticos. O maior motivo de mobilização da associação vem sendo para conseguir a realização das obras de restauração do Conjunto. Essa mobilização é mais presente no Bloco A, onde além das obras, cujo projeto encontra-se em execução, a associação tem conseguido organizar consultas médicas e atendimento aos moradores através do serviço social.

Em 1986 foi assinado pelo Prefeito Saturnino Braga o decreto que tomba todo o Conjunto a nível municipal. No ano de 1984 a escola, o ginásio, os vestiários e a piscina passaram a ser administrados pelo município. O cercamento da escola e dos equipamentos de lazer foi necessário, segundo a direção da escola, para que se evitasse os atos de vandalismo. Ainda no ano de 1984 estes edifícios passaram por uma obra de restauração custeada pelos governos municipal e estadual. A esta época, a Diretora da escola era a Professora Lea Ferreira, que ocupou este cargo até seu falecimento em 2004. A Diretora Lea foi um personagem de destaque para a preservação do conjunto que compreendia a escola e o parque aquático. Foi dela a iniciativa de chamar Carmen Portinho para participar da restauração desta parte do Conjunto em 1984. A engenheira viabilizou a participação do Paisagista Roberto Burle Marx da restauração de seus dois painéis localizados no pátio e na sala dos professores. Para a Diretora era importante a ocupação dos espaços da escola tal como havia sido recomendado no projeto.

Vem da Diretora Lea a iniciativa de explorar junto com os alunos a História da escola, para que eles percebessem a importância desta no cenário da cultura e das artes. Através de um passeio anual, os alunos eram apresentados a outros edifícios de autoria de Reidy. Estas atividades foram mantidas pela direção atual, que no entanto, alterou o uso original de alguns espaços da escola. Há ainda um outro fato recente na ocupação da escola e do parque aquático, que foi a seção deste ao programa da Prefeitura do Rio de Janeiro, chamado “Clube Escolar”.

Um fato interessante, ocorrido no ano de 1992, narrado por um morador, foi o episódio da “praça do garimpo”. A área de lazer situada em frente ao Bloco B2 foi alvo da ação de garimpeiros em busca de pedras preciosas. Uma criança estava brincando na praça quando encontrou pedras claras, e as levou para casa. No dia seguinte, seus pais voltaram ao local e encontraram mais pedras. Espalhou-se, então o boato de que as pedras encontradas eram topázio. Muitas pessoas tomaram a praça. Alguns vinham de longe e dormiam em tendas. Na falta de água, essas pessoas quebravam tubulação que abastecia alguns apartamentos. Os moradores do Bloco B2 ficaram com receio de invasão, mas isso não ocorreu. Cerca de três semanas depois, os “garimpeiros” foram embora da praça, deixando inúmeros buracos e levando a frustração de não haver lá nenhuma pedra preciosa. No final de 1992, uma obra recuperou a praça para os moradores. No entanto, esta obra não restaurou o jardim que perdeu seu traçado original.

Assim se deu a evolução do Conjunto desde sua inauguração. Ainda há informações a descobrir, mas a partir da trajetória aqui traçada pode-se ter idéia do apogeu do sonho de seus idealizadores e de seu declínio. A vida no Conjunto, no entanto, prosseguiu. Seus moradores, na medida de suas possibilidades, cuidaram do Conjunto, e adaptaram alguns de seus espaços. A relação entre o Conjunto e os bairros que o circundam, bem como a relação entre ele e seus moradores serão importantes objetos a serem tratados daqui por diante.

#### **4.2 – O Conjunto e seu entorno: momento atual.**

Este item destina-se à descrição da inserção do Conjunto no bairro sob dois aspectos: a relação formal entre a implantação do Conjunto e a morfologia do seu entorno imediato; e também sua relação com o bairro do ponto de vista dos transportes, comércio, serviços e lazer.

A quadra onde o Conjunto se situa possui forma irregular, bem como as quadras imediatamente adjacentes. A quadra localizada a Leste do Conjunto é ocupada pelo Reservatório do Pedregulho; as localizadas a Oeste são ocupadas por galpões; as localizadas ao Sul são ocupadas por pequenas vilas; e as localizadas a Norte por casas localizadas em lotes individuais. O gabarito predominante no entorno do Conjunto é o de dois pavimentos, padrão construtivo é médio, e os terrenos são quase sempre totalmente ocupados, havendo, em alguns casos afastamentos mínimos em uma das laterais ou na parte frontal dos lotes.

A implantação do Conjunto se faz de maneira diferente do seu entorno. As edificações encontram-se afastadas uma das outras. Essa ocupação, preconizada pelos expoentes da Arquitetura Moderna, proporcionou um ganho de áreas livres. Não foi previsto o parcelamento da quadra do Conjunto em lotes. No entanto esta divisão ocorreu, havendo a separação dos terrenos do mercado/ lavanderia, e do grupo formado pela escola, ginásio, vestiários e piscina.



Figura 29: Figura e fundo do Conjunto e a divisão em lotes de sua quadra.

A localização do Conjunto não é muito privilegiada com relação ao comércio e aos serviços. O acesso ao Bloco A, é prejudicado pela ladeira, que leva a constantes reclamações dos moradores. Para os moradores dos Blocos B1 e B2, o acesso é melhor, sendo estes mais próximos do comércio, principalmente do Centro de Distribuição e Abastecimento do Estado da Guanabara (CADEG). A CADEG tem como atividade principal o comércio de atacado. No entanto, nele podemos encontrar mercado varejista de hortifrutí, frios, alguns itens de mercearia, açougue, padaria, farmácia, papelaria produtos veterinários, e ainda restaurantes. No interior da CADEG existe uma Agência dos Correios, e próximos a ela pode-se encontrar várias agências bancárias.

Nas proximidades do Conjunto há dois pontos de concentração de comércio: a Cancela – em São Cristóvão, e a Rua dos Lustres, como é conhecida a Rua Senador Bernardo Monteiro. Neste encontram-se várias lojas especializadas em artigos de decoração, principalmente lâmpadas e luminárias. Nesta rua estão localizados os dois supermercados mais próximos ao Conjunto.

Na Cancela pode-se encontrar: supermercado, padaria, lojas de roupas e calçados, utensílios domésticos, materiais de construção, farmácias e perfumaria. É na Cancela que também é encontrada boa parte dos serviços, como o Colégio Pedro II – Unidade São Cristóvão (federal), Colégio Gonçalves Dias (estadual), o Colégio Brasileiro de São Cristóvão (particular) e o posto de saúde Zeferino Timbau. Outros serviços encontrados na Cancela são: bancos, cursos de informática e língua estrangeira, Central de Atendimento ao Trabalhador (CAT) e uma agência dos Correios. Há ainda dois hospitais o Hospital Dr. Aloan e o Quinta D'or (este, mais próximo à Quinta da Boa Vista).

Próximo ao Bloco A, encontra-se a Escola 2 de Julho (municipal), conhecida pelos moradores como *bombeirinho*. Nesta escola estuda a maior parte das crianças residentes no Conjunto. Na Barreira do Vasco, próximo ao Estádio de São Januário, localiza-se outro colégio que compreende os ensinamentos fundamental e médio: o Colégio Olavio Bilac (estadual), na Praça Argentina. Nas proximidades da Rua Ana Nery encontram-se mais dois colégios: Gonzaga Bastos e o Uruguai, ambos estaduais. Estas escolas são as mais importantes nas proximidades do Conjunto. O hospital mais próximo ao Conjunto é o Barata Ribeiro, localizado na Av. Visconde de Niterói - Mangueira.

Com relação ao lazer, existem três grandes atrativos: o Estádio de São Januário, a Quinta da Boa Vista e o Centro de Tradições Nordestinas São Luiz Gonzaga (Pavilhão de São Cristóvão). Na Quinta da Boa Vista encontram-se o Jardim Zoológico e o Museu Nacional. Em São Cristóvão se localizam também o Museu de Astronomia e a Casa da Marquesa de Santos.

Por estar situado em bairro de ligação entre vários outros, o Conjunto é servido por um grande número de linhas de ônibus. O ponto de ônibus servido pelo maior número de linhas fica próximo à CADEG. Por ele passam, ônibus em direção à Zona Norte (Méier, Madureira, Bonsucesso, Penha, Ramos, Olaria, Acari, Engenho de Dentro,

Irajá, dentre outros); para a Zona Oeste (Praça Seca); para a Zona Sul (Leme); e intermunicipais (Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Niterói). Há no encontro das ruas Lopes Trovão e Prefeito Olímpio de Melo uma linha de ônibus para o Centro, que passa pela rodoviária. Um pouco mais distantes estão localizadas as estações de trem e metro de Triagem.

#### 4.3 - Conhecendo os moradores do Conjunto: Dados sócio-econômicos.

Uma primeira consideração a ser feita é o perfil dos moradores que responderam os questionários, que em sua maioria era constituída de mulheres adultas, donas de casa, que se encontravam nos apartamentos durante o horário em que a pesquisa foi realizada: dia de semana e na parte da tarde.

De uma forma geral, podemos definir a população moradora do Conjunto como uma amostra heterogênea do ponto de vista socioeconômico. Essa heterogeneidade vai se refletir na distribuição dos moradores nas tipologias de apartamentos, principalmente no que diz respeito à renda. Observa-se com base na tabela abaixo (Tabela 1), que as famílias com maior renda moram nos apartamentos duplex. Também se observa que os moradores que apresentam rendas inferiores a 3 SM, bem como os que se declararam sem renda, se concentram nos conjugados. Esse aspecto é interessante, pois a intenção do DHP era a de distribuir os apartamentos independente da renda familiar, ou seja, não seria o poder aquisitivo da família que definiria o número de quartos dos apartamentos. Contudo, observa-se que a ocupação atual do Conjunto segue a lógica sócio-econômica, as famílias com maior renda ocupam os apartamentos maiores.

Tipologias	Renda Familiar (Salários Mínimos SM)						
	Até 1	Entre 1 e 3	Entre 3 e 5	Entre 5 e 10	Acima de 10	S/ Renda	Não Inf.
Conjugado	8%	51%	26%	3%	5%	3%	5%
Duplex (Bl. A)	-	22%	38%	22%	5%	-	12%
Duplex (Bl. B)	7%	20%	27%	7%	20%	-	20%

Tabela 1: Relação entre Tipologia do Apartamento e a Renda Familiar.

Fonte: Pesquisa realizada em 2003.

Predomina no Conjunto os chefes de família que concluíram o ensino médio (31%), seguindo-se dos que não concluíram o ensino fundamental (25%). O número de analfabetos é muito pequeno, totalizando 2% dos entrevistados. Já os chefes de família que concluíram o ensino superior somam 16%.

Quase a metade dos chefes de família trabalha no setor de serviços (44%), a este número segue o de empregados no funcionalismo público (13%). Para efeitos da categorização desta pesquisa foram consideradas atividades que formam o setor de serviços, as de transporte, segurança, confecção, cabeleireiro, dentre outras, excluindo-se as domésticas, profissionais de nível superior e técnico. Apenas 1% dos moradores pesquisados declarou-se desempregado, e o número de aposentados chega a 9%. Observa-se, então, que os empregados do funcionalismo público, para os quais o Conjunto teria sido construído não representam uma maioria. Atribui-se essa situação ao fato da ocupação ter sido realizada de forma diferente a qual foi planejada pela equipe do DHP, e também pelo falecimento desses antigos moradores, que passaram os apartamentos para seus filhos.

A grande maioria da população residente no Conjunto é natural do Estado do Rio de Janeiro (incluindo a capital). No Bloco A é de grande expressão o número de pessoas nascidas no estado de Minas Gerais. Quase a metade dos moradores entrevistados (48%), moravam anteriormente em casa, sendo que destes boa parte (19%) provém de favelas. Há registros de moradores que trocaram de apartamento no próprio conjunto (5%), bem como dos que nasceram no conjunto (4%).

Região de Procedência	Nº de Moradores
Norte	2
Nordeste	27
Centro-Oeste	2
Sudeste	169
Sul	2
Outro País	1

Tabela 2: Procedência dos moradores do Conjunto.

A maior parte das famílias que ocupam os apartamentos (28%), constitui-se por casal e filhos. Os moradores que residem sozinhos nos apartamentos chegam a 17%, seguidos pelas famílias que possuem apenas um dos pais e os filhos (13%), bem como pelas famílias constituídas apenas pelo casal (12%).

#### **4. 4-Moradia é conforto: a Representação Social dos moradores.**

A primeira impressão sobre a relação entre o Conjunto e seus habitantes retrata uma adaptação da arquitetura às necessidades cotidianas dos moradores. Logo na fachada frontal do Bloco A, podemos observar a troca de grande parte das esquadrias originais, em madeira, pelas de alumínio. As roupas secando penduradas nas fachadas são um indício de que não é possível mais contar com a lavanderia. Na fachada frontal dos Blocos B1 e B2, as varandas deixam de existir, ou são reduzidas, para o acréscimo da sala.



Foto 27: Roupas penduradas na fachada.  
Helga Santos, 2005.



Foto 28: Fachada Bloco B – Intervenções.  
Helga Santos, 2004.

Como mencionado anteriormente, as Representações Sociais são difundidas, principalmente através da comunicação, e se impõem sobre nós pelas tradições. Foi visto também que a partir das representações, são tomadas as atitudes. Estudar as Representações Sociais dos moradores sobre a moradia, traz a resposta de como eles a compreendem e atuam sobre ela.

Utilizando a abordagem estrutural, para o estudo da representação social da moradia para os moradores do conjunto, este estudo visa identificar a estrutura dessa

representação. Assim, o teste de evocação livre, contido nos questionários, nos permitiu a aproximação do que seria o significado da moradia para os sujeitos entrevistados. Os dados coletados a partir das evocações livres, foram categorizados e analisados, resultando no quadro contendo a estrutura da representação dos moradores do Conjunto com relação à moradia.

	O.M.E. <2,4		O.M.E. >=2,4			
Freq. >=22	Conforto	47	2,043	Tranqüilidade	41	2,488
				Segurança	24	2,583
	Limpeza	19	2,263	Localização	17	2,529
	Casa	17	1,471	Família	14	2,786
	Lar	17	2,118	Vizinhança	13	2,769
	Própria	14	2,071	Dinheiro	9	3,333
	Boa	10	1,200	Obra	7	2,571
Freq. < 22	Ambiente	8	2,250	Arrumação	5	3,000
	Apartamento	7	2,286			
	Residência	7	2,286			
	Saneamento	7	2,000			
	Espaço	6	2,167			
	Morar	5	1,800			

Tabela 3: Estrutura da representação social dos moradores do Conjunto com relação à moradia.

Foram realizadas 416 evocações, com 97 palavras diferentes. As dez palavras com maior frequência, ou maior saliência, foram: *conforto* (47), *tranqüilidade* (41), *segurança* (24), *limpeza* (19), *casa* (17), *localização* (17), *família* (14), *própria* (14), *vizinhança* (13) e *boa* (10). Estas palavras correspondem a 52% do corpus levantado pela evocação livre, o que evidencia como este conjunto é representativo do valor simbólico da *moradia* para os sujeitos entrevistados. O retorno ao campo, e a coleta de dados através do método de escolhas sucessivas por Blocos, permitiu a confirmação da estrutura da representação. A partir da estrutura da representação da

moradia para os moradores do Conjunto apresentada acima, é possível desenhar quatro grandes categorias:

- Moradia confortável: a partir do trio citado com maior frequência *conforto – tranqüilidade – segurança*;
- Moradia ambiente: relatada a partir dos elementos de descrição física e que aparecem na periferia intermediária como ambiente – *apartamento – casa – residência – espaço – saneamento*, complementado pelo elemento *localização*, situado na segunda periferia;
- Moradia Lar: cujos elementos encontram-se predominantemente na segunda periferia;
- Moradia Manutenção: composto por *arrumação, dinheiro e obra*, elementos da segunda periferia.

Para melhor compreensão do significado dessa estrutura, as análises a seguir terão como foco principal as propriedades e funções do núcleo central e do sistema periférico. Dessa forma, o elemento cognitivo que apresenta maior saliência e evocação mais imediata, é *conforto*. O conforto é então símbolo da moradia para os habitantes do Conjunto, e também o elemento que representa o caráter coletivo da representação, caracterizado pela inserção histórica, social e cultural dos indivíduos.

Nesse sentido, algumas idéias centrais da evolução do significado da moradia serão retomadas a seguir, de maneira a pontuar e contextualizar os resultados sobre o sentido atribuídos a ela pelos moradores. Rywert (2003) traz uma abordagem, segundo teóricos da arquitetura, através da qual podemos afirmar que a primeira moradia, a cabana primitiva, foi adaptada a partir de galhos de árvores para se obter o abrigo das intempéries e delimitação do espaço. Segundo Marco Vitruvius Polião o fogo era o elemento agregador dos homens, que ao redor dele desenvolveram a linguagem estabelecendo a comunicação (RYWERT, 2003). Da cabana primitiva, partindo para a civilização ocidental, nas casas gregas havia um altar, onde o fogo deveria sempre de estar aceso, aglutinando a família (COULANGES, 2003). Desse fogo, que aglutina os homens a sua volta vem a palavra lar, que, segundo o dicionário Aurélio, é a “parte da cozinha onde se acende o fogo”, tendo como sinônimos casa e família. O fogo será o centro da moradia também da família europeia da Idade Média, que dele necessitava para o aquecimento.

Da Europa, os portugueses trazem para o Brasil a forma de morar. Dispensa-se o aquecimento, mas permanece o sentido de proteção e segurança, reforçado pela privacidade garantida pelos elementos em madeira (muxarabis) que formavam uma malha cujo objetivo era tornar indevassável o interior da moradia. Mas no cotidiano carioca colonial, boa parte das atividades eram realizadas no exterior da moradia, nos quintais. Criar animais e cultivar plantas são nossas heranças dessa época. A Colônia se transforma em Império, importamos produtos e até mesmo edificações inteiras, como é o caso dos chalés. Mas o consumo é de poucos, da classe abastada.

A sucessão de fatos ocorridos desde a Proclamação da República, e principalmente a partir da instalação de indústrias no Brasil, traz uma revolução no consumo de aparelhos eletrodomésticos. Os aparelhos de rádio e posteriormente os de televisão tornam-se elementos aglutinadores das famílias no interior dos lares, papel que na antiguidade era atribuído ao “fogo”. Os eletrodomésticos tornam práticos os afazeres domésticos, mas demandam espaços. Hoje, e principalmente com a possibilidade da compra a crédito, os bens de consumo se tornaram acessíveis a quase todas as camadas da população. Ter eletrodomésticos para o entretenimento (T.V., som, DVD), para os afazeres domésticos (fogão, geladeira, micro-ondas, máquina de lavar roupas), e para o condicionamento do ambiente (ventilador, ar-condicionado, aquecedores) tornou-se regra para se obter a moradia confortável.

O consumo de eletrodomésticos demanda espaço. Mas a moradia confortável não se limita apenas aos aparatos eletrônicos que ela comporta. Há também a localização em termos de lazer e serviços, e ainda, a possibilidade de se ter um quintal, para a criação de plantas e animais, e também “para as crianças brincarem livres”.<sup>30</sup>

Desta forma, questiona-se: como os moradores do Conjunto Mendes de Moraes, usuários de um projeto que visava a minimização dos espaços da moradia em benefício dos espaços da convivência em coletividade representam a moradia como conforto?

Em princípio poderíamos buscar na representação dos moradores o perfeito entendimento de que a intenção do projeto foi entendida plenamente, ou seja, os moradores encontraram o conforto na proposta de se agregar à moradia lazer e serviços. Desta forma, seria correto afirmar que para os moradores a exigüidade dos

---

<sup>30</sup> Resposta encontrada com frequência nos questionários aplicados aos moradores do Conjunto.

espaços internos da habitação seria perfeitamente recompensada pela oferta de áreas verdes, praças, e edificações para a prática de esportes e para serviços. Chegar a essa conclusão seria também chegar à conclusão de que os pressupostos modernos estariam, em grande parte, assimilados. No entanto, como será visto a seguir, a moradia confortável teria seu significado, para os moradores do Conjunto, nos espaços flexíveis proporcionados pela solução dos apartamentos.

#### **4. 5-Moradia e conforto: o binômio mantido através de espaços flexíveis.**

Ao analisarmos a questão das intervenções realizadas nos apartamentos, percebemos claramente que são estas que acabam por assegurar o *conforto* da moradia, o que se evidencia nos elementos do sistema periférico *obra* e *dinheiro*. Tendo a função de proteção, e composto pelos elementos característicos do cotidiano, os elementos da segunda periferia protegem e atualizam o núcleo central. A obra é o que há de mais presente no cotidiano dos moradores do Conjunto seja pela aspiração pela obra geral dos prédios, seja pelas alterações realizadas nos apartamentos. A maior parte dessas alterações é justificada pelos moradores para o aumento dos espaços, insuficientes para a realização das atividades cotidianas. A demanda por espaço se dá, principalmente na cozinha, onde no projeto original não havia a previsão para se colocar os eletrodomésticos hoje presentes e necessários, como a geladeira. Pode-se constatar um grande número de modificações, com o objetivo de se aumentar, ou manter o *conforto*. Quando questionados sobre as modificações que realizaram em seus apartamentos, os moradores afirmam que as fizeram em maior número para aumentar espaços que consideravam pequenos para suas atividades cotidianas (incorporando o hall à cozinha), ou então para facilitar estas atividades como é o caso da limpeza, que se torna mais fácil com a troca do revestimento de piso em taco pelo revestimento cerâmico. Assim, podemos retomar a fala de um morador a cerca de seu apartamento: “É bem confortável, bem dividido, depois da reforma bem amplo e confortável.”

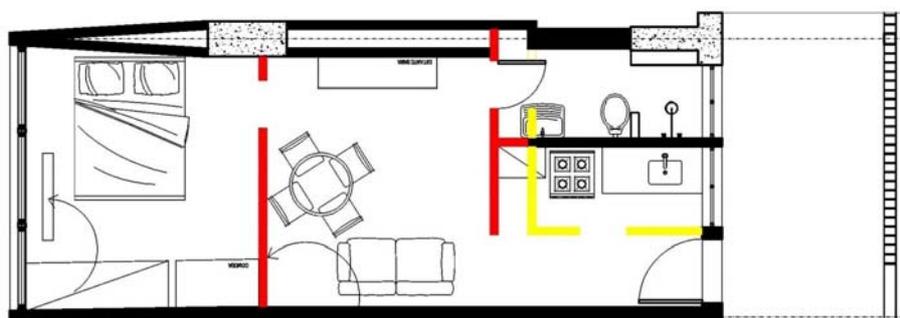
Nos conjugados a maior parte das intervenções é realizada na cozinha, demolindo-se a parede que a separa do hall, incorporando-se a área deste. Essa modificação, a mais freqüente neste tipo de apartamento (69%), altera o fluxo em planta, tendo em vista que pelo hall se fazia a ligação/ circulação entre o corredor externo, a cozinha e a sala. Este fluxo passa, após a modificação a ser feito pela cozinha, alterando algo característico dos projetos da arquitetura moderna: a clara distinção entre os espaços

de permanência e circulação. Essa modificação foi encontrada também nos apartamentos do tipo duplex do Bloco A, representando a intervenção mais freqüente neste tipo de apartamento (31%). É interessante observar, no entanto, que o número de apartamentos modificados do tipo duplex é muito menor que o de apartamentos conjugados. Nos apartamentos dos Blocos B, ampliação da cozinha é pouco encontrada (13%). Alguns moradores optaram pela derrubada parcial da parede entre a sala e a cozinha, utilizando-se da solução de *cozinha americana*. Em sua maior parte, a ampliação da cozinha se dá corrigindo-se um ângulo que esta faz com relação ao hall de entrada.



Foto 29: Cozinha do conjugado após a alteração.

Helga Santos, 2005.



■ Parede demolida      ■ Parede Construída

Figura 30: Acréscimo da cozinha e do banheiro.

Para se conseguir mais espaço para a cozinha, e também para a sala (principalmente nos conjugados), foram encontradas nos apartamentos alterações que incorporavam o vazio entre as paredes dos apartamentos. Esses espaços foram aproveitados propiciando a criação de armários, estantes, e, ainda, o acréscimo de área para se colocar a geladeira. Essa modificação não é muito freqüente, mas vale ser registrada.

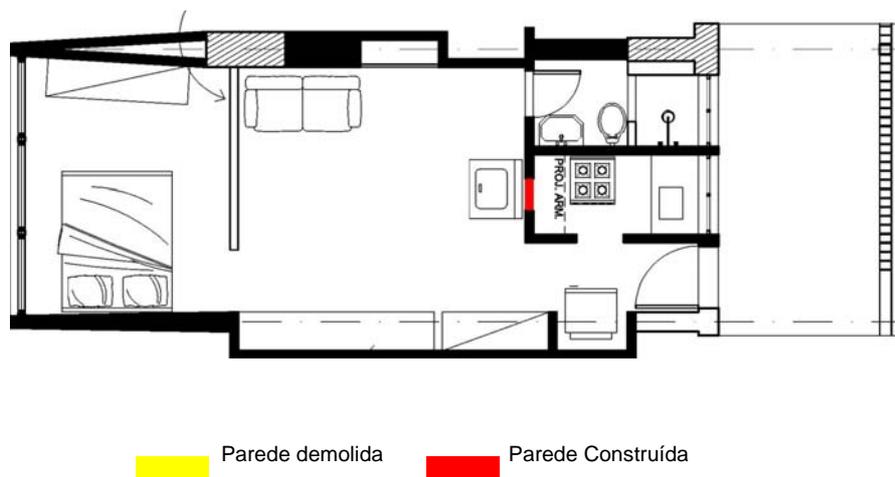


Figura 31: Incorporação do vazio entre apartamentos.

Outra modificação muito presente nos apartamentos conjugados foi a extinção do passa-pratos. Dentre os apartamentos visitados, em apenas um foi encontrado o vão do passa-pratos, no entanto, sem a mesa que lhe servia de apoio na sala. Este elemento, característico de exemplos modernos, atribuía uma conexão direta entre o preparo e o servir da comida, conforme uma linha de montagem. Os moradores não utilizavam o passa-pratos, e a mesa que servia-lhe de apoio era como um obstáculo à arrumação da sala<sup>31</sup>.

Adequando melhor o apartamento às necessidades da família, os moradores aumentam o número de quartos. Esse tipo de alteração não é muito freqüente. Nos conjugados, se divide um quarto em dois, através de divisórias ou paredes em alvenaria de tijolos. No apartamento duplex, observou-se duas formas de se adicionar

<sup>31</sup> Apenas um morador descreveu sua relação com o passa-pratos. Nenhum outro falou espontaneamente sobre esse elemento.

quartos, dividindo-se a sala em sala e quarto (como nos conjugados), e ocupando-se o vazio ao lado da escada, com um tablado de madeira elevado.



Figura 32: Formas de adição de quartos.

Já em alguns apartamentos de três e quatro quartos há uma tendência é a de abrir mão de um quarto para nele instalar uma área de serviço. Essa alteração é encontrada nos apartamentos dos Blocos A e B. Uma adequação interessante foi encontrada em um apartamento de dois quartos, no qual o banheiro foi dividido ao meio e cabendo à outra metade a área de serviço com entrada pelo quarto dos fundos. Para os apartamentos do tipo conjugado, fica como opção para suprir a

necessidade de se ter uma área de serviço, instalar o tanque no banheiro. O número de banheiros que possuem tanque chega a pouco mais da metade dos apartamentos visitados (64%). No caso dos apartamentos duplex do Bloco A foram encontrados tanques em 52% dos banheiros.

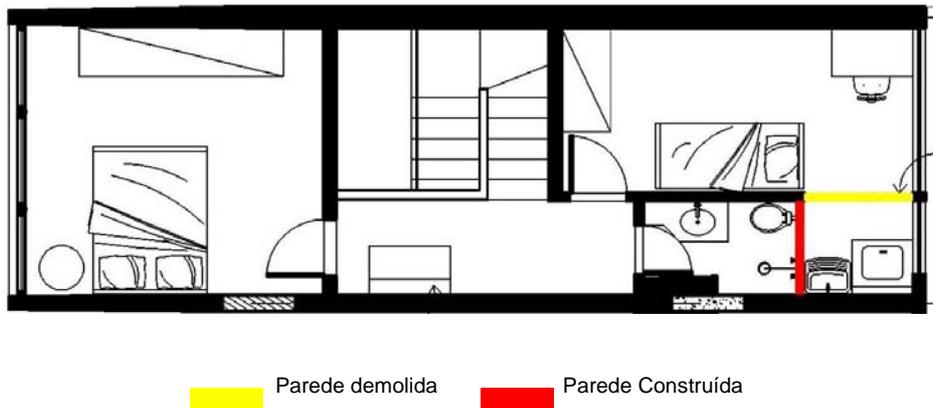


Figura 33: Acréscimo de área de serviço.

Cabe registrar uma forma interessante de organização dos compartimentos do conjugado, com o quarto se localizando na parte central do apartamento, para que a sala possuísse a janela maior, com a *vista* para o exterior. As divisórias que circundam o quarto, no entanto, permitem a ventilação do quarto pela parte superior.

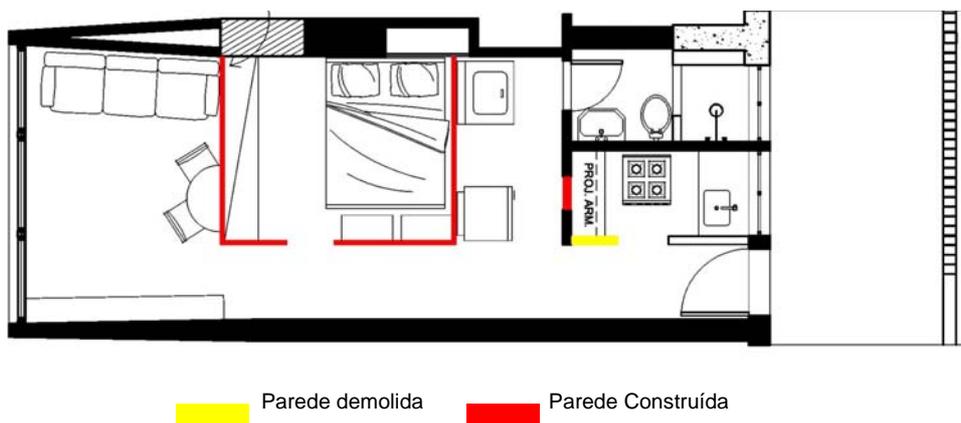


Figura 34: Rearranjo de planta do conjugado privilegiando a "vista" para a sala.

Um dos apartamentos do Bloco B é exemplar na maneira como o morador conduz as alterações nos apartamentos. As modificações encontradas neste apartamento, que incluem o aumento da sala com a extinção da varanda, e ampliação da cozinha em direção à sala, refletem um pouco da relação entre os moradores e seus

apartamentos: a arquitetura se altera de acordo com as necessidades da família, que nesse caso chegou a ser formada por oito pessoas, sendo o casal e seis filhos. Um dos quartos é dividido, sendo transformado em área de serviço e banheiro para servir a outro quarto. Esse apartamento passou então a ter dois banheiros. Desta forma, a sala teve que ser maior para que a família pudesse se reunir para jantar e ver TV; a cozinha teve que ser maior para compreender os utensílios necessários; e ainda, deve haver dois banheiros para permitir uso simultâneo entre dois membros da família. Nos apartamentos tipo duplex dos Blocos B1 e B2, a modificação mais encontrada (73%) foi a ampliação da sala em direção à varanda, com a diminuição da área desta, ou sua total eliminação.

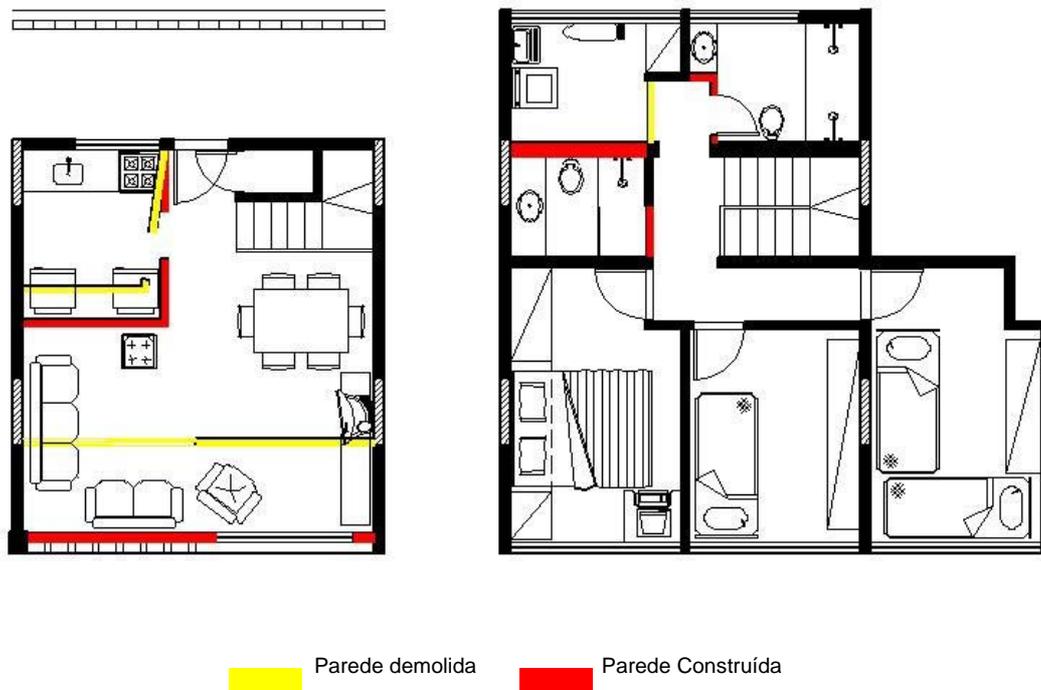


Figura 35: Alterações no apartamento duplex do Bloco B.



Foto 30: Sala ampliada.  
Helga Santos, 2005.



Foto 31: Sala original.  
Helga Santos, 2004.

Há também no apartamento duplex do Bloco A uma intervenção, pouco freqüente, que visa o aumento do número de banheiros: a adaptação do depósito localizado sob a escada como lavabo. O morador justifica essa intervenção pela comodidade se não precisar subir as escadas para ir ao banheiro enquanto realiza suas tarefas na cozinha.



Foto 32: Lavabo instalado no depósito do apartamento duplex (Bloco A).  
Helga Santos, 2005.

Passando para a alteração nos revestimentos, essa é muito encontrada em todas as tipologias de apartamentos. Nos apartamento do tipo conjugado, a troca do revestimento em taco pelo cerâmico, devido ao desgaste ou pela maior praticidade para a limpeza, se deu com maior freqüência na sala (59%), seguida pelo quarto

(28%). A troca dos revestimentos por estarem velhos ou, segundo os moradores, feios, se deu em boa parte dos apartamentos visitados no banheiro (21%) e na cozinha (13%). Nos apartamentos duplex do Bloco A, embora com menor intensidade que nos conjugados, boa parte dos apartamentos teve os revestimentos da cozinha e do banheiro modificados, tendo como principais motivos o mau aspecto ou desgaste (cozinha-10%; banheiro-22%); por causa de vazamentos (cozinha-9%; banheiro-14%). Neste tipo de apartamento, no entanto, o piso em taco foi preservado, tanto na sala, quanto nos quartos, em sua grande maioria. Já nos apartamento dos Blocos B foi constatada a troca dos revestimentos da cozinha e do banheiro, em quase todos os apartamentos, tendo sido encontrados poucos exemplares com revestimento em taco. Conseqüência da troca do revestimento da cozinha é a retirada dos armários embutidos que eram entregues com o apartamento.

É freqüente a troca das esquadrias de madeira pelas de alumínio, e em alguns casos (Bloco A), a troca da porta de entrada de madeira por porta de ferro e vidro, possibilitando maior ventilação no apartamento. O argumento para a troca das esquadrias é equilibrado, entre a conservação ruim, ocasionando o seu apodrecimento e a facilidade de limpeza que a janela de alumínio oferece. Cabe ressaltar que na visão dos moradores essa troca das esquadrias é considerada uma modernização, ou, então benfeitoria, sendo cobiçada pelos que ainda não efetuaram a troca.

No entanto, as esquadrias de alumínio localizadas na fachada frontal do edifício oferecem o desconforto da entrada intensa da radiação solar no interior dos apartamentos, tendo em vista que a esquadria de madeira apresentava a veneziana como elemento de proteção. Outra desvantagem da esquadria de alumínio apresentada pelos moradores é a insegurança com relação ao vento, que segundo eles é intenso, havendo o caso do descolamento da esquadria.

Quando perguntados sobre as modificações que pretendem realizar em seus apartamentos, a maioria dos moradores declarou prioridade à troca dos revestimentos. Os moradores dos apartamentos conjugados que pretendem realizar reformas totalizam 49%. Destes, pouco mais da metade (53%) quer trocar os revestimentos de piso de todo o apartamento, bem como os de paredes das áreas molhadas. Essa pretensão é devido ao desgaste dos revestimentos, como por exemplo, do piso em taco, ao qual os moradores também atribuem a dificuldade de

limpeza. O número de moradores que declararam ampliar a cozinha foi reduzido, totalizando 5% dos pretendem realizar modificações. Os moradores dos apartamentos duplex do Bloco A que pretendem realizar alguma alteração somam 53%. A alteração pretendida é, basicamente, a troca dos revestimentos da sala e dos quartos (27%), bem como da área molhada (23%), por estes estarem desgastados. Pouco mais da metade dos moradores dos Blocos B1 e B2 (53%) pretendem realizar algum tipo de modificação em seus apartamentos. Suas respostas, no entanto encontram-se diluídas entre trocar os revestimentos de piso da sala, fazer cozinha americana, ampliar a sala diminuindo a varanda, dentre outras.

É interessante observar que a avaliação que os moradores fazem sobre os compartimentos possui íntima relação com suas intervenções, e conseqüentemente com a atualização do *conforto*. Para os moradores dos apartamentos conjugados, o quarto é o local predileto (36%), sendo a sala, o segundo local de preferência dos moradores (33%). O argumento destes moradores pela preferência é o conforto (19%) do ambiente, quase sempre qualificado por eles como amplo, fresco, claro e aconchegante; outros dois argumentos para a preferência dos cômodos acima são por estes serem os locais onde os moradores descansam e vêem TV (14%), e, no caso do quarto, porque gostam da vista (14%). Em contrapartida, o ambiente que os moradores desses apartamentos menos gostam é a cozinha (36%), fato que tem como principais motivos os trabalhos domésticos associados a esse ambiente (25%), e seu tamanho reduzido (25%).

A resposta dos moradores dos apartamentos duplex (Bloco A) é semelhante as dos moradores dos conjugados, sendo o cômodo preferido pelos moradores o quarto (38%), seguido pela sala (36%). A preferência por esses cômodos se faz por eles serem locais de descanso (17%), bem como por serem amplos e confortáveis (17%). O quarto, em especial, tem a preferência dos moradores por nele terem maior privacidade (14%). A cozinha é o cômodo com a menor preferência dos moradores (38%), tanto por eles a acharem pequena (25%), quanto por a associarem aos trabalhos domésticos que não gostam (25%). Houve um número relativamente expressivo de moradores que não responderam essa pergunta (19%), afirmando gostarem de tudo.

Nos apartamentos dos Blocos B1 e B2, os moradores expressaram a preferência pelo quarto (40%), principalmente por ser o local de descanso (23%). Quando perguntados

sobre qual parte do apartamento menos gostam, quase a metade dos moradores (47%) respondeu que não havia, pois gostavam de tudo. Assim, o cômodo que os moradores possuem menor preferência é a cozinha (20%), tendo como principal motivo, o fato dela estar associada ao trabalho de cozinhar.

A forma como os moradores descreveram suas moradias é um outro ponto importante para a avaliação de sua representação sobre a moradia. Quando solicitados para descreverem sua moradia, os sujeitos descrevem o próprio apartamento, muitas vezes enumerando os cômodos. Com muita frequência os sujeitos caracterizam a moradia como “agradável”, “aconchegante” ou a descrevem como local que se sente bem. A principal observação negativa observa-se, principalmente nos apartamentos conjugados. É “pequeno” e “apertado”.

As perguntas abertas foram categorizadas e sistematizadas. A partir da primeira questão posta no questionário – *descreva sua moradia* – as respostas dos moradores podem ser divididas em cinco categorias, sendo elas *aspectos positivos*, *aspectos negativos*, *aspectos positivos unidos aos negativos*, *descrição do apartamento e discursos conformistas*.

Categoria 1 – Aspectos positivos:

Esta categoria é formada pelos sujeitos que ressaltaram os aspectos positivos de suas moradias em seus discursos. Para estes moradores suas moradias podem ser descritas como:

- Confortável, mais ou menos grande (conjugado);
- Normal, aconchegante (conjugado);
- Gosto da minha casa, tudo ao meu jeito (conjugado);
- *É grande* (Duplex – Bloco A);
- Gosto do local, o que se passa fora não me interessa. Aqui é meu castelo (Duplex – Bloco A);
- Aconchegante, aqui convivo com pessoas de bem, acesso a todos os lugares com facilidade (Duplex – Bloco A);
- Melhor moradia do mundo (Duplex – Bloco A);

- É bem confortável, bem dividido, depois da reforma bem amplo e confortável. (Duplex – Bloco B);

Este Conjunto de descrições foram aqui retomados por serem muito característicos das respostas dos moradores. Dos sujeitos questionados, 34% descreveram suas moradias enfatizando os aspectos positivos.

Categoria 2 – Aspectos negativos:

Para esta categoria foram direcionadas as respostas em cujas descrições da moradia, predominaram os aspectos negativos. Abaixo alguns exemplos:

- Pequeno, insuficiente, tranquilo (conjugado);
- Insuficiente para a família. Bom, mas falta muito para ser melhor. Organização de quem administra, idéias (conjugado);
- A minha casa é um apartamento duplex mas não satisfaz - o banheiro é em cima e a cozinha embaixo - não tem área de serviço nem varanda. Deveria ter dois banheiros (duplex – Bloco A);
- Esse apartamento não é confortável, não é aconchegante. Tem ladeira, tem escada. (duplex – Bloco A);
- Meu apartamento é duplex e a escada incomoda quem é 'de idade'. Os quartos são pequenos (duplex – Bloco B).

As respostas que contém este enfoque somam 13% do corpus levantado.

Categoria 3 – Aspectos positivos e negativos:

Neste Conjunto de respostas observa-se um equilíbrio entre os aspectos positivos e negativos na narrativa do morador. Nesta categoria encontram-se as respostas que condicionam os aspectos positivos à realização de obras nos apartamentos. Como exemplo, seguem as descrições abaixo:

- É um "kinderovo" que se eu entrar correndo eu saio pela janela, mas é o meu palácio, miniatura de mansão (conjugado);
- Apartamento bom, mas precisa de reforma (conjugado).

- Em uma boa estrutura [referindo-se ao Bloco como um todo], é excelente o apartamento (duplex – Bloco A);
- É ótima, mas a escada incomoda, falta de comércio. (duplex – Bloco B).
- Grande, gostaria de modificar muita coisa, é minha, é espaçosa. (duplex – Bloco B).

Essas respostas representam 21% do total levantado.

#### Categoria 4 – Descrição física do apartamento:

Observou-se um grande número de respostas nas quais a ênfase foi a descrição física do apartamento (27% das respostas), com a enumeração dos cômodos e de alguns detalhes. Nestas respostas, no entanto, não estão descartadas as opiniões dos moradores, sejam positivas ou negativas. Outro aspecto destas respostas é a forma como os moradores rotulam suas moradias, sendo freqüentes as nomenclaturas *quitinete*, *conjugado*, *duplex*, *apartamento* e até mesmo *casa*. Como exemplos:

- Quitinete que cabe tudo o que eu tenho. Tem um quarto, sala, cozinha e banheiro. Enquanto não tenho filho tá bom. (conjugado);
- Aconchegante como eu. É um duplex muito bacana, com um salão enorme, cozinha, despensa com dois quartos e um banheiro. Tem uma escada linda. (duplex – Bloco A);
- Duas salas, oito janelas na sala para limpar, dois quartos, banheiro e cozinha. A cozinha é minúscula com relação ao apartamento. (duplex – Bloco A);
- Fica num Conjunto Habitacional, extenso, composto de quatro andares e uma área de lazer. Há uma quadra de futebol, uma mercearia e uma igreja no play. Possui escadas. (duplex – Bloco A);

A resposta acima não representa o Conjunto das respostas desta categoria. Embora tenha sido colocada por apenas um morador, esta resposta é interessante pois mostra o pertencimento do apartamento a um Conjunto, que tem algo mais que a função habitar, ressaltando o que há no Conjunto em seu pavimento intermediário. Contudo, o morador considera apenas o Bloco A como o Conjunto, excluindo as demais edificações.

#### Categoria 5 – Discursos conformistas:

Esta categoria apresenta como resultados as respostas que evidenciam uma certa apatia dos moradores na descrição de suas moradias. Evidencia-se um tom de comodismo, como se o morador, mesmo incomodado com sua moradia, não avistasse uma solução melhor. Nestas respostas estavam contidas frases como:

- Não acha das melhores, mas também não é das piores. (conjugado);
- Simples mas não é pior que outras que tem por aí. Para meu padrão de vida está coerente. (duplex – Bloco A);
- Não é como queria, mas é o que mereço. (duplex – Bloco B);

Este discurso não foi muito freqüente entre os questionários aplicados, representando 5% das respostas obtidas.

A partir da apresentação das categorias, pode-se estabelecer o seguinte quadro resumo da distribuição destas entre as tipologias de apartamentos do Conjunto. Devido às diferenças de universo de cada tipo, os totais se referem a cada um deles, e não ao total de questionários aplicados:

Tipologias	Categ. 1	Categ. 2	Categ. 3	Categ. 4	Categ. 5
Conjugado	32%	20%	27%	13%	8%
Duplex (Bl. A)	33%	9%	17%	39%	2%
Duplex (Bl. B)	44%	6%	19%	19%	12%
Total	34%	13%	21%	27%	5%

Tabela 4: Respostas distribuídas de acordo com os tipos de apartamento.

Como já mencionado acima, predomina a resposta que ressalta os aspectos positivos dos apartamentos. O que é interessante é que a avaliação positiva também abrange os apartamentos conjugados, com 32% das respostas, seguida pela avaliação que ressalta os aspectos positivos e negativos (categoria 3), com 27% das respostas dadas. É interessante observar que embora haja essa satisfação com apartamento conjugado, foi nesse tipo de apartamento que ocorreu o maior número de modificações. Desta forma, podemos concluir que a satisfação dos moradores nesse

apartamento é atingida quando esses o alteram, ou seja, quando o conforto é obtido através da obra.

Já nos apartamentos duplex do Bloco A predominam as respostas que efetivamente descrevem os apartamentos com suas características físicas (39%), seguidas pelas que ressaltam os aspectos positivos (33%). Nos apartamentos do Bloco B predomina de forma massiva, com quase a metade das respostas (44%), ressaltando os aspectos positivos. Está presente no discurso desses moradores com muita frequência a palavra *duplex* para descrever o apartamento, seguida pela enumeração dos cômodos, inclusive o número de quartos. A partir desse discurso podemos notar um certo *status* que o morador atribui ao morar em um duplex, e sua satisfação, ou não com o número de quartos.

#### **4. 6 - Moradia e conforto: a aspiração do morar.**

A outra questão componente da parte do questionário destinada ao estudo das Representações Sociais, é a descrição dos moradores sobre o local onde eles gostariam de morar. Estas respostas também foram distribuídas em categorias.

Categoria 1 – Casa como sonho de moradia:

É expressivo o número de moradores que descrevem o local ideal de moradia sendo uma casa com quintal. Frequentemente eles citam a necessidade de plantar e criar animais.

- Casa com quintal, árvores, plantas, condução na porta. Não fosse morro. (conjugado);
- Casa com varanda, em volta da casa toda, área livre para que os netos possam brincar, com uma cozinha grande. (duplex – Bloco A);
- Uma casa com quintal, fruta, cachorro. (duplex – Bloco A);
- Casa, mas é pouco seguro. Gostaria de morar em um condomínio fechado com piscina, quadra de esportes. (duplex – Bloco B).

Esta categoria apresenta a maior concentração de respostas 46% das respostas.

Categoria 2 – Moradores que gostariam de morar onde moram:

Nas respostas compiladas nesta categoria, os moradores deixam clara a preferência de sua moradia atual. As frases abaixo podem exemplificar este ponto de vista:

- Aqui onde estou. Quero sair daqui só para ir para o caixão. A violência está muita por aí. (conjugado);
- Não gostaria de morar em outro lugar, porque neste prédio tem muitas amizades. (duplex – Bloco A)
- Gosto de onde moro. Não tenho vontade de morar em outro lugar. (duplex – Bloco B).

Os discursos pertinentes à esta categoria somam 19% do total de respondentes.

Categoria 3 – Gostariam de morar no mesmo apartamento mas em outro local:

Esta é uma resposta pouco freqüente (4% das respostas), mas significativa para esse estudo. Fato curioso é que todas as respostas à esta categoria são de moradores do apartamento duplex do Bloco A. Para estes o local que gostariam de morar teriam as características:

- Praia de Botafogo, apartamento igual a esse;
- Gostaria de morar aqui, mas teria que ser conservado, e mais plano.

Categoria 4 – Moradores que gostariam de morar em outro local:

Esta categoria tem um número expressivo de respostas (31%), que descreve os locais onde os moradores gostariam de morar (outros bairro, cidades, localidades) para que fosse garantido o fácil acesso. O lazer e a localização próximo à praia por causa da vista também foram outras características descritas pelos moradores. Seguem alguns exemplos:

- Barra da Tijuca, lá é um paraíso, conheço de ir passear. Queria morar em casa com todo o conforto, com uma vista linda. Ou então num prédio, de preferência na cobertura. (conjugado);
- Gostaria de morar na Cancela, pois tem comércio, não tem ladeira. Prefiro apartamento, pois é mais seguro. (conjugado);

- Morar em um apartamento longe de lugares violentos. (duplex – Bloco A);
- Segue abaixo um quadro resumo, relacionando as respostas aos tipos de apartamentos:

Tipologias	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4
Conjugado	45%	15%	-	40%
Duplex (Bl. A)	51%	17%	7%	25%
Duplex (Bl. B)	38%	31%	-	31%
Total	46%	19%	4%	31%

Tabela 5: Descrição de onde os moradores gostariam de morar, por tipo de apartamento.

Esse resultado traz um dado importante: a preferência pela grande maioria dos moradores do conjunto pela moradia do tipo casa com quintal. A isso pode ser relacionada a cultura da população, que, em sua maioria teve a casa como moradia anterior, e foram morar no conjunto buscando o imóvel próprio com preço acessível, ou foram removidos das suas moradias antigas por estas estarem em situação de risco. A tipologia casa com quintal engloba funções importantes que na tipologia apartamento são limitadas, tais como: deixar roupas quarando ou secando ao sol, criar animais, cultivar plantas, ter privacidade, lazer das crianças com segurança, a possibilidade de se obter área de lazer com piscina e churrasqueira, dentre outras. E o interessante é que de alguma forma os moradores adaptam essas funções para a tipo de moradia na qual vivem. Assim, animais domésticos são criados no interior dos apartamentos, cadeiras e plantas ocupam o que poderia ser uma varanda ou um quintal, o corredor de circulação, que interceptado por grades formam um local seguro para que as crianças brinquem.

Mas não se pode deixar de analisar o peso das respostas nas quais a moradia ideal estaria localizada em outro bairro, ou em local de fácil acesso. Esta resposta traz duas reflexões importantes: uma primeira é a localização do Bloco A no alto de uma colina, o que faz com que os moradores sempre tenha que subir “ladeira” para chegarem em casa; a outra, é a de que os moradores não consideram tão importante a localização do Conjunto em relação ao trabalho, mas sim, com relação ao lazer e aos serviços.

#### **4. 7- A relação entre os moradores e o Conjunto.**

De acordo com o levantamento realizado, residem nas 97 unidades visitadas do Bloco A 286 moradores o que resulta em uma média de três moradores por apartamento.

Nos Blocos B1 e B2, também foi encontrada a mesma média de ocupantes por apartamento, tendo em vista que nas 15 unidades visitadas, residem 44 moradores. Em um apartamento tipo conjugado do Bloco A foi encontrada a família com o maior número de membros, totalizando nove pessoas.

Boa parte dos moradores entrevistados foi para o Conjunto com os pais ou nasceu no Conjunto (22%). O número de moradores que declarou ter ido para o Conjunto “fugindo do aluguel” foi de 16%, seguido pelos moradores que declararam terem escolhido o Conjunto por ter custo acessível (9%). Os moradores que foram para o Conjunto por serem funcionários públicos representam 9% do total entrevistado. O número de moradores que declararam terem ido para o Conjunto por residirem em favelas que seriam removidas foi de 7%, todos do Bloco A. Outros motivos alegados pelos moradores para irem para o Conjunto foram: casamento com morador (6%), despejo ou venda da antiga moradia (5%), e a busca por local tranquilo (4%).

Com relação à forma de aquisição dos apartamentos, observa-se que a maioria se deu através do DHP, ou da Fundação Leão XIII, ou seja, através do próprio Governo do Estado. Os moradores que obtiveram os apartamentos a partir destas instituições representam 53% dos entrevistados, enquanto os que compraram os seus apartamentos dos antigos moradores somam 32%. O fato da maioria dos moradores ter adquirido seus apartamentos a partir das antigas instituições que administravam o Conjunto, está ligado ao resultado a seguir, ou seja, ao tempo de moradia. A maior parte dos moradores de todo o Conjunto tem tempo de residência maior que 31 anos. Tanto no Bloco A, quanto no Bloco B esta tendência se repete, sendo que 46% dos moradores entrevistados residem no Bloco A há mais de 31 anos. No Bloco B 53% dos moradores residem a este tempo. É interessante observar que a porcentagem de moradores que está no Bloco A desde o princípio de sua ocupação<sup>32</sup> é de 25%. No Bloco B 13% dos moradores entrevistados estão no Conjunto desde a sua inauguração.

Os moradores não percebem o Conjunto como um todo. Há a separação entre os que moram no “minhocão” e os que moram nos “prédios menores”, que não se consideram moradores de um mesmo Conjunto o que se reflete em suas reivindicações. Quando perguntados sobre o “que deveria ter no Conjunto”, os moradores são categóricos, cada qual reivindica algo para seu prédio. Assim, os

---

<sup>32</sup> Tomando o ano de 1962 como ano do início da ocupação.

moradores do Bloco A afirmaram na pesquisa que o que falta no Conjunto é a “administração” (27%) e “obras” para a melhoria do Conjunto (23%). Em seguida, os moradores desse Bloco A acham que deveria haver no Conjunto uma “área de lazer” (14%) e a “união” entre os moradores (12%).

Já os moradores dos Blocos B1 e B2, acham que no Conjunto faltam áreas de lazer (33%), e o acesso restrito aos moradores (20%). Este acesso restrito é uma preocupação característica do Bloco B2, tendo em vista que este não possui nenhum tipo de cercamento. Para os moradores o cercamento deste prédio é importante, pois além da segurança, poderão ser contidos os atos de vandalismo, muito recorrentes. Causa muito incômodo aos moradores do primeiro pavimento deste Bloco, a concentração de pessoas estranhas que ficam sentadas nos pilotis conversando com a voz alta, ou então fumando maconha.

O aspecto da segurança foi tocado por apenas 2% dos moradores sendo estes do Bloco A. Abre-se então uma questão importante, que de forma geral os moradores não consideram a segurança no prédio como algo ausente. A segurança está longe de ser algo sem importância para os moradores, que tomam suas medidas para que ela seja mantida, como a interrupção dos corredores por portões. A exceção dos espaços onde não se pode controlar o acesso de pessoas estranhas, como é o caso dos pilotis e do pátio do 3º pavimento, os moradores do prédio o consideram seguro.

No Bloco A, é interessante perceber que alguns moradores tocaram em assuntos relacionados ao projeto do conjunto, como garagem, área de serviço e a propriedade das unidades. Estes itens foram tocados por um número pequeno de moradores, cerca de 1% para cada item. A falta destes itens no projeto original foi solucionada pelos moradores, como será visto mais a diante. No que diz respeito à propriedade dos apartamentos, há um discurso ambíguo dos moradores, pois eles se sentem proprietários possuindo o direito de “passarem” o direito de uso, mediante o pagamento de uma quantia mais baixa que o valor de mercado. No entanto, não há maiores formalizações como contratos ou procurações que assegurem a propriedade. Os moradores sentem-se seguros por esta prática já ser habitual durante anos.

Para a maior parte dos moradores do Conjunto (57%), o responsável pela sua manutenção deveria ser o Governo do Estado, através da CEHAB. Este resultado é seguido pelo que os moradores se responsabilizam por esta recuperação (13%), ou

consideram que devem atuar junto ao Governo (11%). Este fato é importante pois evidencia a contradição entre a propriedade dos apartamentos e a propriedade do conjunto como um todo. Os apartamentos são mantidos em bom estado de conservação, através de obras de modificação ou de recuperação, enquanto as áreas coletivas permanecem abandonadas, a exceção dos corredores, que em geral são mantidos limpos. No entanto, duas intervenções dos moradores nos espaços coletivos são bastante presentes: A recomposição das paredes de cobogós, mesmo utilizando-se de outros materiais e o fechamento dos corredores com portões. A recomposição dos cobogós é feita, em geral, tentando-se manter a mesma linguagem e cor originais, mantendo-se a relativa transparência e a cor vermelha que caracterizam a fachada leste do prédio.

Atualmente os moradores combinaram que cada um pintaria a parte da fachada frontal, correspondente ao seu apartamento em um tom de azul padrão, o que representa a tonalidade azul mais forte já presente nas fachadas. Um outro fato curioso com relação ao tratamento dos moradores aos espaços coletivos foi a colocação de sancas nas luminárias dos corredores de circulação do 4º e 6º pavimentos.

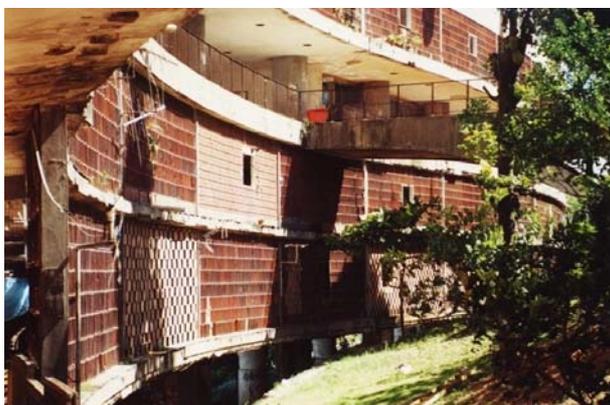


Foto 33: Recomposição dos cobogós feita pelos moradores.

Helga Santos, 2005.



Foto 34: Portões nos corredores.

Helga Santos, 2005.

O espaço dos corredores é apropriado pelos moradores, que nele colocam cadeiras, plantas, mesas, ou móveis que não são utilizados. Os vizinhos tanto do Bloco A, quanto dos Blocos B1 e B2, se conhecem, sabem da antipatia, ou das manias uns dos

outros. Frequentemente, nos deparamos com os vizinhos conversando em suas cadeiras dispostas no corredor. A circulação acaba se transformando em uma extensão do apartamento, a *varanda* ou a *sala de estar*. Existem muitos tios, irmãos, irmãs, pais, ou seja, muitas pessoas da mesma família morando em diferentes apartamentos do Conjunto.



Foto 35: Churrasco no corredor do Bloco A.  
Helga Santos, 2004.

Já no Bloco B1, os vizinhos se reúnem e realizam festas nos pilotis, onde também se estaciona os carros. A área de lazer utilizada neste Bloco se localiza entre ele e o talude que desce até o Bloco B2. Há para os pais uma sensação de segurança para deixarem seus filhos brincando nesta área de lazer, que é a presença de um portão de entrada, equipado com porteiro eletrônico, que, de certa forma, limita o acesso de estranhos ao prédio.

No Bloco B2, observa-se que não há portões fechando o térreo, porém, a entrada do corredor de circulação de cada andar é fechada com portão, possuindo porteiro eletrônico. Neste Bloco, também há a utilização dos pilotis como estacionamento. Os corredores deste prédio também são muito utilizados para o bate-papo entre os vizinhos e as brincadeiras das crianças. A maior parte dos moradores deixa suas portas abertas, pois o corredor funciona como uma varanda, estando voltado para um agradável jardim que se pode avistar do pavimento térreo. Em dias de muito calor,

principalmente à tarde, é comum a utilização deste corredor como espaço de permanência, tendo em vista que a exposição destes blocos é desfavorável com relação à orientação solar.



Foto 36: Violão no Corredor do Bloco B2.  
Helga Santos, 2004.

Embora o Bloco B2 seja voltado para uma grande área de lazer, esta não é considerada como própria dos moradores por não possuir limites, havendo o livre acesso de qualquer pessoa. Há um trecho entre o Bloco B2 e a escola, com bancos de concreto, que acaba sendo mais resguardado, sendo, então utilizado para a realização de festas. Estas também acontecem nos pilotis.

Há, portanto, na entrada do Bloco A, um espaço onde existe uma quadra, salão para festas, bar e trailer. Neste espaço, onde também se localiza o estacionamento, observa-se uma grande movimentação. Integrada ao pavimento intermediário do prédio por uma passarela, esta área é reconhecida pelos moradores como uma importante área de lazer. O espaço livre localizado no acesso ao Conjunto e em todo a sua extensão é ocupado por coberturas para o estacionamento de carros.

Porém o espaço coletivo mais utilizado pelos moradores do Bloco A é o corredor de circulação. Como já foi dito acima é uma extensão dos apartamentos, onde os moradores colocam cadeiras, plantas e fazem festas. Alguns apartamentos localizados na parte extrema dos corredores os transformam em área de serviço fechando com grades, colocando tanque e armários. Um outro indício da apropriação dos corredores pelos moradores é a pintura em cores variadas do trecho correspondente a cada apartamento.

Os corredores são interrompidos por grades com portões, que podem impedir completamente a circulação dos não moradores da parte fechada, pois apenas os moradores possuem as chaves. Outros portões ficam permanentemente abertos. No primeiro pavimento foram abertos dois acessos um direto para a Rua Marechal Jardim, outro para um caminho que leva à Rua Lopes Trovão. Ambos acessos possuem portões que ficam fechados, com chaves em poder dos moradores.

O pátio, localizado no 3º andar do prédio, também é uma importante área de lazer, onde as crianças brincam, andam de bicicleta e soltam pipa. No entanto, os moradores não se sentem totalmente à vontade no pátio. Segundo eles, como não há o controle de quem entra do prédio, não há segurança para que as crianças brinquem sozinhas.



Foto 37: P.U.C..  
Helga Santos, 2005.



Foto 38: Vista que se tem a partir do P.U.C.  
Helga Santos, 2005.

Em um dos extremos desse pavimento, foi implantado um pequeno comércio de legumes e verduras, que os moradores chamam de *sacolão*. No extremo oposto, onde há a concha acústica, há uma igreja evangélica, que mantém esta parte aberta apenas quando há a realização de cultos. Esta igreja executou banheiros, em condições precárias, e vedou parte da fachada frontal com cobogós. O púlpito foi instalado na própria concha acústica, que tem sua curvatura oculta por cortinas.



Foto 39: Igreja onde antes era a concha acústica.  
Helga Santos, 2000.

Os locais destinados à creche e ao jardim de infância hoje possuem outro tipo de ocupação. A parte destinada ao jardim de infância, próxima à igreja, hoje é ocupada com uma pequena mercearia e depósitos de objetos dos próprios moradores, sendo um destinado ao estoque de flores. A parte destinada à creche, que se localiza próxima à entrada principal do Conjunto, é denominada atualmente o *vulcapiso*, e encontra-se vazio, sendo eventualmente utilizado como espaço para grupos de dança e luta. Contíguo a este espaço encontram-se as salas destinadas à administração do Conjunto, num total de duas, compostas por dois ambientes e banheiros. Uma delas é

utilizada como a Associação de Moradores e a outra encontra-se sendo utilizada para atendimento médico, que vem sendo realizado recentemente uma vez por semana.



Foto 40: Associação de Moradores.  
Helga Santos, 2005



Foto 41: Salão "Vulcapiso".  
Helga Santos, 2000.

## Capítulo IV – Considerações Finais

O estudo sobre o Conjunto Mendes de Moraes traz para nós arquitetos um viés para a reflexão de nossas atitudes frente à execução do projeto de arquitetura. As duas questões que motivaram esse estudo remetem à fronteira entre o projeto e sua real implementação. A apropriação dos espaços do Conjunto acabou por denunciar a não assimilação pelos moradores das propostas da Arquitetura Moderna. Se de um lado o projeto do Pedregulho propunha novas regras, por outro lado, elas não foram construídas junto com moradores, que acabaram “desavisados” da regra que conduziria às mudanças em sua forma de vida.

O Conjunto Mendes Moraes não é um conjunto arquitetônico qualquer. Ele foi planejado para solucionar o déficit de moradia com uma proposta de cunho pedagógico. Cada dimensão do projeto traz a marca de um estudo detalhado cujas decisões dotaram de qualidade o empreendimento, desde sua escala de projeto até o detalhamento dos armários embutidos. A preocupação com o detalhe chama a atenção e reforça a intenção pedagógica do projeto: os caminhos definiriam os trajetos – casa – escola – trabalho; definiriam atividades – caminhada; uma mesa fixa na sala do conjugado e as mesas do refeitório da escola definiriam o local de servir a comida; as repartições no armário definiriam o local e posição dos pratos; o acesso a serviços de saúde preventiva, educação, e cultura do corpo definiriam um novo modo de vida, para se atingir a transformação social.

Seu projeto, sua execução e o princípio de sua ocupação foram cuidadosamente acompanhados pela equipe do DHP, centralizada na figura da engenheira Carmen Portinho. Este cuidado é reconhecido e percebido pelas frases contidas no discurso dos moradores: “isso aqui era muito bom”, “aqui foi construído com o que tinha de melhor”, ou simplesmente “aprendi a nadar naquela piscina”.

O conforto, que para esses moradores é o significado da moradia, como pudemos concluir a partir da teoria das representações sociais, vai mais além da busca por espaço físico, sobretudo, é a concretização da satisfação dos moradores com o local onde vivem. O que se observa de uma forma geral é a satisfação dos moradores, principalmente com relação aos seus apartamentos, mesmo que estes estejam alterados. Atribui-se a essa satisfação os cuidados dispensados no projeto do Conjunto. Dentre esses cuidados pode-se destacar dois: a flexibilidade e a escala. Por

mais denso que seja o índice de ocupação do maior bloco, a preocupação com a escala se fez presente, seja pela curvatura que quebra a monotonia dos corredores de circulação, seja pelo número de escadas, que acabam por dividir o maior bloco em blocos menores, delimitando a vizinhança em grupos menores de vizinhos mais próximos.

A flexibilidade na concepção das plantas dos apartamentos fez com que as intervenções fossem realizadas sem o prejuízo do projeto como um todo. Essas modificações são necessárias para que os moradores possam, sobretudo, cumprir com a necessidade de espaço, limpeza e privacidade. Desde o conjugado até o maior apartamento duplex, todos os tipos passam por alterações sem que estas prejudiquem efetivamente suas condições ambientais. Essa flexibilidade é um ponto chave para a satisfação dos moradores com seus apartamentos, pois eles acabaram por responder bem às necessidades das famílias, sem haver o prejuízo da volumetria do Conjunto como um todo.

A principal contribuição da teoria das representações sociais neste estudo foi a descoberta do aspecto simbólico de maior relevância para os moradores com relação à moradia: o *conforto*. Além disso, a Teoria nos mostra como esse conforto se mantém e se atualiza, através dos elementos - *Localização, família, vizinhança, dinheiro, obra e arrumação*. Para nós arquitetos é importante saber o que os moradores do nosso conhecido *Pedregulho* entendem por moradia, e a partir desse entendimento como eles atuam sobre o Conjunto. O dinheiro para manter a moradia, comprar equipamentos e mobiliários; a família e os vizinhos com quem são estabelecidos laços de solidariedade, amizade ou discórdia; a arrumação que permite que cada moradia seja única, mesmo que produzida em massa, pois é o traço individual de cada morador; e, finalmente, a obra que se é um instrumento de intervenção para tornar a moradia confortável no presente, também é uma aspiração futura para todo o Conjunto.

A moradia seria, para os idealizadores do projeto do Conjunto Mendes de Moraes, a peça fundamental para a transformação social. As dimensões do apartamento e o número de quartos deveriam estar apenas relacionados ao tamanho da família que, o utilizaria para exercer atividades básicas. A moradia como um todo compreenderia edificações destinadas à educação, à saúde, ao lazer e ao esporte, enfim, teria todas

as atividades para formação e a saúde. As atividades desenvolvidas coletivamente proporcionariam a troca de idéias e experiência.

Essa proposta normalizadora, no entanto, acabou por não responder como tal, e os moradores do Conjunto não assimilaram os pressupostos idealizados pela Arquitetura Moderna. A apropriação dos apartamentos e corredores de circulação mostra ainda, a aspiração que os moradores possuem de residirem em casas, o que se evidencia através das plantas e cadeiras, dispostas nos corredores como se estivessem na varanda ou no quintal. O apartamento acabou por concentrar, além das atividades fisiológicas dos moradores, as atividades de lazer. O morador acabou por passar mais tempo no interior de seus apartamentos e no trabalho, do que passeando pelo Conjunto e praticando esportes. Outra função que passou a ser exercida no interior da moradia foi a de lavar e secar roupas. A esse fato podemos associar, além da própria resistência dos moradores em lavarem suas roupas coletivamente o da desativação da lavanderia.

Pode-se também associar a não utilização dos serviços do Conjunto devido à desativação dos mesmos. Assim, as decisões políticas que de início viabilizaram o projeto do Conjunto através de um projeto de nação, foram, ao longo do tempo, desmantelando essa proposta, desativando usos como a lavanderia, o mercado e o posto de saúde, ou ainda, restringindo o uso do ginásio e do parque aquático.

A satisfação que, em geral se dá na resposta dos moradores, no entanto, não mascara a insatisfação dos mesmos com a condição atual do Conjunto e a sensação de impotência que atinge moradores e administração, quando confrontados com a enorme estrutura que é o Conjunto, e seus problemas. Mas a satisfação predomina. Satisfação esta que não pode ser medida pela aspiração do morador de se mudar para perto da praia, ou para uma casa com quintal, mas sim pelo trato que ele tem com seu apartamento e com a extensão dele: o corredor, onde se dão conversas amistosas através das quais os moradores dividem seus afetos e desafetos.

Inserido em um projeto de nação mais amplo, no nível nacional, implementado pelo Estado Novo, os projetos idealizados pelos Modernistas, sejam poetas, educadores, arquitetos ou urbanistas, esbarraram nas barreiras políticas, e a partir do golpe militar de 1964 o projeto de nação mudou de rumo. Não podemos considerar o Conjunto Mendes de Moraes como um fato isolado. Encarar os descaminhos da nação como os

descaminhos do próprio Conjunto e de sua população, seria a leitura mais coerente a fazer, quando a pergunta for a respeito do alcance de sua proposta transformação de uma sociedade.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio de A.. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Urbanismo/ IPLANRIO, 1997.156p.

ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ABRIC, Jean - Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In MOREIRA, Antonia S. P. & OLIVEIRA, Denize Cristina (org.), Estudos Interdisciplinares de Representação Social (pp. 27-38). Goiânia: AB, 1998.

\_\_\_\_\_. “L’organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique”. In: C. H. Guimelli. Structures et transformations des représentations sociales (p. 73-84). Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994.

ARAUJO, Maria Celina d'. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000. 73 p.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. LISBOA: Edições 70, 1977. 223p.

BERGAN. Kurt. A Saúde na Representação Social da Moradia de Interesse Social. Estudo de Caso: Conjunto Pedro I, Realengo, Rio de Janeiro – RJ. .Dissertação de Mestrado apresentada ao PROARQ/ FAU/ UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo, 2005.

BONDUKI, Nabil (Org.). Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau, 2000. 215 p.

\_\_\_\_\_. Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998. 343 p.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. 399 p.

CALIHMAN, Susana. Alguns Aspectos e Concepções da Estrutura Urbana no Século XX. Dissertação de Mestrado apresentada à COOPPE. Rio de Janeiro: mimeo, 1975. 184 P.

CAVALCANTI, Lauro. Casas Para o Povo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Museu Nacional. Rio de Janeiro: mimeo, 1987.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: Utopias e Realidades Uma Antologia. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. 350 p.

CORBUSIER, Le. Por Uma Arquitetura. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. 240 p.

\_\_\_\_\_. Precisões: Sobre um Estado Presente da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. 296 p.

\_\_\_\_\_. Os Três Estabelecimentos Humanos. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 267 p.

COULANGES, Fustel de: A Cidade Antiga. Martin Claret. São Paulo, 2003.

DUVEEN, Gerard. O Poder das Idéias in MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social (pp. 7-28). Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR/ PDF/ SGVO. Regulamento para o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes. Rio de Janeiro, 1950a. 8 p.

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR/ PDF/ SGVO. Serviço Social do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes: Regimento. Rio de Janeiro, 1950. 9 p.

EIDGENÖSSISCHE TECHNISCHE HOCHSCHULE ZÜRICH. Institut für Geschichte und Theorie de Architecktur. CIAM Dokumente 1928-1939. Basel, Boston, Stuttgart: Birkhäuser, 1979. 236 p.

ENGELS, Frederic. A Questão da Habitação. Coleção Fundamentos. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

FARAH, Marta Ferreira. Estado, Previdência Social e Habitação. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP. São Paulo: mimeo, 1883.

FINEP – GAP. Habitação Popular - Inventário da Ação Governamental. Rio de Janeiro, 1983. 202p.

FLEURY, A. Vargas, N. Organização do Trabalho Uma Abordagem Interdisciplinar: Sete Estudos Sobre a Realidade Brasileira. São Paulo: Atlas, 1983.

FRAMPTON, Kenneth. História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 470 p.

GRÓPIUS, Walter. Bauhaus: Nova Arquitetura. 3. p. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 224 p.

HALL, Peter. Cidades do Amanhã. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. 578p.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HOLSTON, James. A Cidade Modernista: Uma Crítica de Brasília e Sua Utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 362 p.

HOWARD, Ebenezer. Cidades-Jardins de Amanhã. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 211p.

JODELET, Denise (Org.). As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. Loucuras e Representações Sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 391 p.

KOOP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel/ Edusp, 1990.

MANGABEIRA, Wilma. Lembranças de Moscuzinho (1943-64). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1986.

MINDLIN, Henrique E.. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

MOREIRA, Antonia S. P. & JESUÍNO, Jorge Correia (ORG). Representações Sociais Teoria e Prática. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. 536 p.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 404 p.

MOTTA, Marly Silva da. Saudades da Guanabara. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 164 p.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Entre a Estética e o Hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro 1946-1960). Dissertação de Mestrado apresentada à EESC/USP. São Carlos: mimeo, 2004.

NOBRE, Ana Luiza. Carmen Portinho: O Moderno em Construção. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 158p.

PORTINHO, Carmen. Por Toda a Minha Vida, depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 196p.

PORTO, Rubens. O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. 1938. 267 p.

RYKWERT, Joseph. A Casa de Adão no Paraíso. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. 255 p.

SÁ, Celso Pereira de. Núcleo Central das Representações Sociais. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 189 p.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Quando a Rua Vira Casa: A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. São Paulo: Projeto, 1985.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999. 224 p.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra/ Editora FGV, 2000. 436 p.

Serviço de Documentação da Secretaria Geral de Administração. Boletim da Prefeitura do Distrito Federal (janeiro – junho de 1946), Rio de Janeiro, 1947 – p. 42/43.

TETLOW, John, GOSS, Anthony. Homes, Tows and Traffic. London: Faber and Faber, 1968. 272 p.

VERGÈS, P. L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. Bulletin de psychologie, tome 45, n. 405, 1992.

XAVIER, Alberto (Org.). Depoimento de Uma Geração: Arquitetura Moderna Brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 408 p.

#### Revistas

Revista Municipal de Engenharia. Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Viação e Obras. Volume IX. Janeiro, 1942 – Número 1.

Revista Municipal de Engenharia. Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Viação e Obras. Volume XV. Janeiro - março, 1948 – Número 1.

Revista Municipal de Engenharia. Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Viação e Obras. Volume XV. Julho - Setembro, 1948 – Número 3

Revista Municipal de Engenharia. Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria Geral de Viação e Obras. Volume XVII. Abril - junho, 1950 – Número 2.

#### Artigos

BARCELLOS, Vicente Quintella. Unidade de Vizinhança: Notas Sobre Sua Origem, Desenvolvimento e Introdução no Brasil.

[www.inb.br/fau/pos\\_graduacao/cadernos\\_eletronicos/unidade/unidade.html](http://www.inb.br/fau/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/unidade/unidade.html).

Acesso em 20/12/2004

SANTOS, Mauro. Apropriação dos espaços públicos e privados em conjuntos de habitação popular. Anais do VIII Congresso Ibero-americano de Urbanismo, Porto, 1998.

SANTOS, Mauro, et al. Avaliação De Projetos De Habitação: Decisões De Projeto X Custos Sociais. In Martins, A M. e CARVALHO, M.(orgs.). Fundamentando o espaço arquitetônico e urbano. Book Link e PROARQ: Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, M. et al. Espaço e Qualidade: avaliação pós-ocupação de projetos de habitação popular no Brasil. In Anais do VII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. ENTAC, Florianópolis, 1998. 767 - 774.

SANTOS, M. et al. Habitação Popular no Brasil. In VIII Congresso Ibero Americano de Urbanismo, Portugal - Porto, 1998.

SANTOS, M. et al. Representação Social da Moradia. In Anais da III Jornada Internaional de Representações Sociais. Rio de Janeiro, 2003.